



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB
INSTITUTO DE LETRAS – IL
DEPARTAMENTO DE LINGUÍSTICA, PORTUGUÊS E LÍNGUAS
CLÁSSICAS– LIP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA – PPGL

LINHAS QUE COSTURAM E ENUNCIAM:
ANÁLISE DE REGISTROS DE TRABALHO ESCRAVO DE BOLIVIANOS E
BOLIVIANAS EM OFICINAS DE COSTURA

SARAH LINDALVA DE FRANÇA HELENO PEREIRA

Orientadora: Profa. Dra. Marcia Niederauer

Brasília/DF

2024

SARAH LINDALVA DE FRANÇA HELENO PEREIRA

Linhas que Costuram e Enunciam:

Análise de Registros de Trabalho Escravo de Bolivianos e Bolivianas em Oficinas de Costura

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística em Linguagem e Ensino como requisito para obtenção do título de Mestra em Linguística.

Orientadora: Profa. Dra. Marcia Niederauer

Brasília/DF

2024

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

França Heleno Pereira, Sarah Lindalva

FP4361 Linhas que Costuram e Enunciam: Análise de Registros de Trabalho Escravo de Bolivianos e Bolivianas em Oficinas de Costura / Sarah Lindalva França Heleno Pereira; orientador Marcia Niederauer. -- Brasília, 2024.

144 p.

Dissertação(Doutorado em Linguística) -- Universidade de Brasília, 2024.

1. gênero discursivo. 2. imigrantes bolivianos. 3. trabalho análogo ao escravo. 4. português para migrantes. 5. oficina de costura. I. Niederauer, Marcia, orient. II. Título.

LINHAS QUE COSTURAM E ENUNCIAM:
ANÁLISE DE REGISTROS DE TRABALHO ESCRAVO DE BOLIVIANOS E
BOLIVIANAS EM OFICINAS DE COSTURA

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Linguística em
Linguagem e Ensino como requisito para
obtenção do título de Mestra em
Linguística.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Marcia Niederauer – Orientadora (PPGL/UnB)
Presidente da Banca

Profa. Dra. Tânia Mara Passarelli Tonhati (PPGSol/UnB)
Membro Externo

Profa. Dra. Viviane Cristina Vieira (PPGL/UnB)
Membro Interno

Prof. Dr. Thiago Costa Chacon (PPGL/UnB)
Membro Suplente

À classe trabalhadora que resiste e luta
contra as chagas do passado e do
presente escravagista.

AGRADECIMENTOS

À professora Marcia, minha orientadora por construirmos juntas esta pesquisa, pelas risadas e pelas frutas;

À Livia pela coragem e generosidade ao me apresentar uma perspectiva diferente sobre as relações de emprego e os registros de trabalho análogo ao escravo;

Às autoras e aos autores referenciados que constituem as vozes desta pesquisa e me permitiram aprender. Às professoras, às colegas e aos colegas do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade de Brasília – UnB que me ensinaram com tanta generosidade;

Ao Observatório das Migrações Internacionais – UnB (OBMigra – UnB) pelos dados atualizados que contribuíram para compreender sobre a migração de bolivianos para o Brasil e também no meu processo formativo enquanto pesquisadora;

Aos servidores e trabalhadores terceirizados da UnB, principalmente da Biblioteca e do Restaurante Universitário;

À Sulamita, minha mãe, por ter me ensinado a força da criatividade nas tardes em que passávamos observando as formas das nuvens. Aos meus irmãos e às minhas irmãs que tiveram tanta paciência e cuidado comigo. Aos meus sobrinhos e às minhas sobrinhas que despertam em mim a vontade de ser melhor cada vez mais;

À Aurora por me fazer olhar para a vida com mais generosidade;

À Bia por me lembrar de sonhar, gargalhar e acalmar o coração durante esta jornada;

Às minhas amigas e aos meus amigos por terem compreendido a minha ausência e torcido pelo meu sucesso;

Aos meus camaradas que por mim, tantas vezes, contribuíram um pouco mais na luta política para que eu pudesse me dedicar aos estudos;

Aos colegas de trabalho que me escutaram atentamente sobre o que eu aprendia, traziam café e me aliviavam a tensão com histórias divertidas;

A todos os estudantes que lutaram e lutam incansavelmente por uma educação pública, gratuita e de qualidade.

*Quem é rico mora na praia
Mas quem trabalha nem tem onde morar
Quem não chora dorme com fome
Mas quem tem nome joga prata no ar
Ô tempo duro no ambiente
Ô tempo escuro na memória
O tempo é quente
E o dragão é voraz*

*Vamos embora de repente, vamos embora
sem demora*

Vamos pra frente que pra trás não dá mais

*Pra ser feliz num lugar pra sorrir e cantar
tanta coisa a gente inventa*

Mas no dia que a poesia se arrebenta

*É que as pedras vão cantar
(Fauto Nillo e Dominginhos)*

RESUMO

O objetivo inicial da investigação era interpretar e sistematizar os recursos linguísticos utilizados para criar os vícios de consentimento em contratos de trabalho firmados com venezuelanos no Brasil que tivessem sido explorados em condições análogas ao escravo. A dificuldade de acesso a esse tipo de prova criminal não nos possibilitou a análise, porém, a procura pelos contratos nos permitiu tomar conhecimento da existência de registros – que, para os fins deste estudo, chamamos de *caderninho* – produzidos em oficinas de costura da cidade de São Paulo que empregam imigrantes bolivianos. Uma vez que os cadernos eram predominantemente escritos em espanhol, concluímos que investigar recursos da língua portuguesa não se aplicava, mas era possível, a partir desses registros, compreender a esfera extraverbal do trabalho nas oficinas de costura. Por isso, adotamos a perspectiva de Bakhtin (1997) sobre gênero do discurso uma vez que todas as esferas da atividade humana estão relacionadas à utilização da língua por meio de enunciados (orais e escritos). Investigar o discurso sob a concepção bakhtiniana de gênero, implica lidar com tipos relativamente estáveis de enunciados, identificando, no contexto verbal e no contexto extraverbal, seus aspectos constitutivos, que são situacionais, históricos e ideológicos. A escolha dessa perspectiva é explicada pelas principais propriedades atribuídas ao enunciado. Segundo Bakhtin (1997), o enunciado é capaz de materializar aspectos específicos da situação enunciativa e, ao mesmo tempo, elementos sociodiscursivos estabilizados ao longo de sua história; de reconhecer o espaço do outro na dinâmica do discurso, em que múltiplas vozes se entrelaçam, constituindo o próprio gênero e sobretudo de evidenciar especificidades das esferas sociais nas quais é produzido. Seguindo esta direção, analisamos o gênero *caderninho*, a partir do estudo (a) de suas condições de produção – registro da produção, do controle financeiro e da organização do trabalho, (b) do campo de atividade humana no qual esse gênero é produzido – atividade laboral em oficinas de costura em que imigrantes são submetidos a condições de trabalho análogas ao escravo – e (c) das possíveis funções sociais dos participantes nesse campo de atuação – oficinista, trabalhadores, indústria têxtil e de confecção etc. Esta pesquisa foi empreendida sob a perspectiva qualitativa (Flick, 2009) de investigação, o que significa que a análise dos dados não se pretende imparcial ou livre de tendências sociais, culturais ou políticas e também que as mudanças pelas quais a pesquisa (e a pesquisadora) passa são assumidas como parte do estudo e, por isso, são documentadas, organizadas e, em alguma medida, analisadas.

Palavras-chave: gênero discursivo, trabalho análogo ao escravo; português para migrantes, oficina de costura; imigrantes bolivianos.

RESUMEN

El objetivo inicial de la investigación fue interpretar y sistematizar los recursos lingüísticos utilizados para crear vicios de consentimiento en los contratos de trabajo firmados con venezolanos en Brasil que habían sido explotados en condiciones análogas a la esclavitud. La dificultad de acceso a este tipo de pruebas criminales no nos permitió analizarlas, pero la búsqueda de contratos nos permitió conocer la existencia de registros - que, a los efectos de este estudio, denominamos cuadernos - producidos en talleres de costura de la ciudad de São Paulo que emplean inmigrantes bolivianos. Como los cuadernos estaban escritos predominantemente en español, llegamos a la conclusión de que no era aplicable investigar los recursos en portugués, pero a partir de estos registros era posible comprender la esfera extraverbal del trabajo en los talleres de costura. Por lo tanto, adoptamos la perspectiva de Bajtín (1997) sobre los géneros discursivos, ya que todas las esferas de la actividad humana están relacionadas con el uso del lenguaje a través de enunciaciones (orales y escritas). Investigar el discurso bajo la concepción bajtiniana de género implica tratar con tipos relativamente estables de enunciados, identificando sus aspectos constitutivos en los contextos verbal y extraverbal, que son situacionales, históricos e ideológicos. A escolha dessa perspectiva é explicada pelas principais propriedades atribuídas ao enunciado. Segundo Bakhtin (1997), o enunciado é capaz de materializar aspectos específicos da situação enunciativa e, ao mesmo tempo, elementos sociodiscursivos estabilizados ao longo de sua história; de reconhecer o espaço do outro na dinâmica do discurso, em que múltiplas vozes se entrelaçam, constituindo o próprio gênero e sobretudo de evidenciar especificidades das esferas sociais nas quais é produzido. Seguindo esta direção, analisamos o gênero *caderninho*, a partir do estudo (a) de suas condições de produção – registro da produção, do controle financeiro e da organização do trabalho, (b) do campo de atividade humana no qual esse gênero é produzido – atividade laboral em oficinas de costura em que imigrantes são submetidos a condições de trabalho análogas ao escravo – e (c) das possíveis funções sociais dos participantes nesse campo de atuação – oficinista, trabalhadores, indústria têxtil e de confecção etc. Esta pesquisa foi empreendida sob a perspectiva qualitativa (Flick, 2009) de investigação, o que significa que a análise dos dados não se pretende imparcial ou livre de tendências sociais, culturais ou políticas e também que as mudanças pelas quais a pesquisa (e a pesquisadora) passa são assumidas como parte do estudo e, por isso, são documentadas, organizadas e, em alguma medida, analisadas.

Palabras-clave: género discursivo, trabajo análogo a la esclavitud, portugués para migrantes, taller de costura, inmigrantes bolivianos.

ABSTRACT

The initial aim of the investigation was to interpret and systematize the linguistic resources used to create consent defects in employment contracts signed with Venezuelans in Brazil who had been exploited in conditions analogous to slavery. The difficulty of accessing this type of criminal evidence did not allow us to analyze it, but the search for the contracts allowed us to become aware of the existence of records - which, for the purposes of this study, we call notebooks - produced in sewing workshops in the city of São Paulo that employ Bolivian immigrants. Since the notebooks were predominantly written in Spanish, we concluded that investigating Portuguese language resources was not applicable, but it was possible from these records to understand the extraverbal sphere of work in the sewing workshops. For this reason, we adopted Bakhtin's (1997) perspective on the genre of discourse, since all spheres of human activity are related to the use of language through utterances (oral and written). Investigating discourse under the Bakhtinian conception of genre implies dealing with relatively stable types of utterances, identifying their constitutive aspects in the verbal and extraverbal contexts, which are situational, historical and ideological. The choice of this perspective is explained by the main properties attributed to the utterance. According to Bakhtin (1997), the utterance is capable of materializing specific aspects of the enunciative situation and, at the same time, socio-discursive elements stabilized throughout its history; of recognizing the space of the other in the dynamics of discourse, in which multiple voices intertwine, constituting the genre itself and, above all, of highlighting specificities of the social spheres in which it is produced. Along these lines, we analyzed the *caderninho* genre by studying (a) its production conditions - recording production, financial control and work organization, (b) the field of human activity in which this genre is produced - work in sewing workshops where immigrants are subjected to slave-like working conditions - and (c) the possible social functions of the participants in this field of activity - workshop worker, workers, textile and clothing industry, etc. This research was undertaken from a qualitative perspective (Flick, 2009), which means that the analysis of the data is not intended to be impartial or free of social, cultural or political tendencies, and also that the changes that the research (and the researcher) go through are assumed to be part of the study and are therefore documented, organized and, to some extent, analyzed.

Keywords: discursive genre, slave-like work, portuguese for migrants, sewing workshop, Bolivians immigrants.

SUMÁRIO

LISTA DE IMAGENS	1
LISTA DE FIGURAS	4
LISTA DE GRÁFICOS	5
LISTA DE QUADROS	6
LISTA DE TABELAS	7
INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO 1 – ESCREVER É COMO COSTURAR	12
1.1 O ATO DE FIAR	13
1.2 ATO DE MODELAR	15
1.2.1 Definição do material	17
1.2.2 Caracterização formal do material	17
1.2.3 Análise dos documentos	19
1.3 ATO DE CORTAR E SEPARAR AS PEÇAS	25
1.3.1 Análise da dimensão extraverbal	26
1.3.2 Análise da dimensão verbal	28
CAPÍTULO 2 – COSTURANDO MUNDOS	30
PARTE I	33
2.1 MUNDO DOS MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS	33
2.2 MUNDO DA BOLÍVIA, LA TIERRA REVUELTA	37
2.3 MUNDO DOS QUINHENTOS ANOS DE BRASIL, E O BRASIL AQUI MUDOU?	43
PARTE II	52
2.4 MUNDO DA MIGRAÇÃO DE BOLIVIANOS PARA O BRASIL	52
2.4.1 Brasil, Pátria Gentil?	53
2.5 MUNDO DOS BOLIVIANOS NAS OFICINAS DE COSTURA NO BRASIL	58
2.5.1 A indústria têxtil e de confecção, as oficinas e os trabalhadores	58
2.5.2 Interface das relações de emprego no Brasil e na Bolívia	67
CAPÍTULO 3 – COSTURANDO PALAVRAS	74
3.1 ANÁLISE: CONTEÚDO TEMÁTICO	74
3.2 ANÁLISE: CONSTRUÇÃO COMPOSICIONAL	80
3.2.1 Análise da construção composicional do Livro de Matrícula Especial de Escravos e do Livro de Registro de Empregados	81
3.2.2 Análise da construção composicional do caderninho	91
3.3 ANÁLISE: ESTILO VERBAL	116
3.3.1 Escolha da língua de acordo com a interlocução (espanhol ou português)	116
3.3.2 Escolhas sintáticas (escolhas gramaticais/estilísticas): o uso da primeira pessoa do singular	120
CONCLUSÕES	124
REFERÊNCIAS	128

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 - Caderno 1: Registro mensal da produção	73
Imagem 2 - Caderno 1: Registro diário da produção	73
Imagem 3 - Caderno 3: Divisão de tarefas de limpeza	74
Imagem 4 - Caderno 3: Divisão de função na costura	74
Imagem 5 - Caderno 3: Produção por trabalhador	74
Imagem 6 - Caderno 3: Lista de “Bales”	74
Imagem 7 - Caderno 12: Controle de vendas	75
Imagem 8 - Caderno 13: Distribuição das máquinas de cartão de crédito/débito	75
Imagem 9 - Caderno 15: Lista “Implementos para la oficina”	75
Imagem 10 - Caderno 15: Contato de contadora	75
Imagem 11 - Caderno 15: Lista de gastos da oficina	76
Imagem 12 - Caderno 8: Assinatura do trabalhador confirmando a produção	77
Imagem 13 - Caderno 11: Assinatura dos trabalhadores confirmando a produção	77
Imagem 14 - Modelo A – Livro de Registro Especial de Escravos	83
Imagem 15 - Modelo B – Livro de Registro Especial de Escravos	84
Imagem 16 - Termo de Abertura	86
Imagem 17 - Registro de Empregado	87
Imagem 18 - Caderno 1: Produção encomendada	93
Imagem 19 - Caderno 1: Produção encomendada	93
Imagem 20 - Caderno 1: Identificação do representante da empresa contratante	94
Imagem 21 - Caderno 1: Identificação do representante da empresa contratante	94
Imagem 22 - Caderno 1: Escrita em espanhol	95
Imagem 23 - Caderno 2: Escrita em espanhol	95
Imagem 24 - Caderno 2: Translado de La Paz até São Paulo	97
Imagem 25 - Caderno 5: “Don”	97
Imagem 26 - Caderno 5: “Doña”	97
Imagem 27 - Caderno 9: “Don” e “Doña”	98
Imagem 28 - Caderno 4: Desenho infantil – figura identificável	98
Imagem 29 - Caderno 5: Desenho infantil – figura não identificável	98
Imagem 30 - Caderno 4: Letra infantil	99
Imagem 31 - Caderno 4: Exercício escolar	99

Imagem 32 - Caderno 10: Produção de casal	99
Imagem 33 - Caderno 10: Produção de casal	99
Imagem 34 - Caderno 1: Divisão da função no preparo das refeições	100
Imagem 35 - Caderno 1: Divisão da função de limpeza da cozinha	100
Imagem 36 - Caderno 3: Divisão da função na produção	101
Imagem 37 - Caderno 10: Jornada Exaustiva	101
Imagem 38 - Caderno 3: Cálculo para pagamento	102
Imagem 39 - Caderno 4: Cálculo para pagamento	103
Imagem 40 - Caderno 9: Lista coletiva de vales	104
Imagem 41 - Caderno 5: Lista individual de vales	104
Imagem 42 - Caderno 3: Lista de dívida por passagem	105
Imagem 43 - Caderno 1 – Lista de dívidas	105
Imagem 44 - Caderno 11: Modelo para produção	107
Imagem 45 - Caderno 8: Modelo para produção	108
Imagem 46 - Caderno 11: Lista de pagamentos confirmados por assinatura	109
Imagem 47 - Caderno 12: Relação de Vale sem assinatura	109
Imagem 48 - Caderno 15: Lista de gastos do oficinista	111
Imagem 49 - Caderno 1: Lista de gastos do oficinista	111
Imagem 50 - Caderno 1: Vale para custeio de passagem	112
Imagem 51 - Caderno 4 – Vale para custeio de passagem	112
Imagem 52 - Caderno 6 - Vale dado para custeio de cigarro (carton) e ida ao Brás	112
Imagem 53 - Caderno 11: Endereço de igreja	113
Imagem 54 - Caderno 16: Trabalho acadêmico	113
Imagem 55 - Caderno 2: desenho romântico	114
Imagem 56 - Caderno 2: Anotações para retirar certificação consular	114
Imagem 57 - Caderno 4 – Jogo da velha	114
Imagem 58 - Caderno 4: Contato e endereço de Pastor	114
Imagem 59 - Caderno 1: “mi antogo”	115
Imagem 60 - Caderno 4: adesivo de casa de prostituição	115
Imagem 61 - Caderno 11: “pagado” – registro de pagamento aos trabalhadores	117
Imagem 62 - Caderno 10: “pagado” – registro de pagamento aos trabalhadores	117
Imagem 63 - Caderno 10: “cancelado” – registro de pagamento aos trabalhadores	116

Imagem 64 - Caderno 3: “yo debo” – enunciado da quantia a pagar aos trabalhadores	
118	
Imagem 65 - Caderno 3: “falta pagar” – enunciado da quantia a pagar aos trabalhadores	
118	
Imagem 66 - Caderno 5: “pago” – registro de valor recebido da empresa contratante	118
Imagem 67 - Caderno 1 – Uso do pronome pessoal na primeira pessoa do singular	121
Imagem 68 - Caderno 6: Verbo conjugado na primeira pessoa do singular	121
Imagem 69 - Caderno 3: Verbo conjugado na primeira pessoa do singular	122
Imagem 70 - Caderno 1: Uso do pronome possessivo primeira pessoa do singular	122
Imagem 71 - Caderno 2: Anotação sobre música	122
Imagem 72 - Caderno 5: Declaração de amor	123

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa Mental: Ato de Fiar	15
Figura 2 - Mapa Mental: Ato de Modelar	19
Figura 3 - Mapa Mental: Teoria do Gênero do Discurso de Bakhtin	25
Figura 4 - Mapa Mental: Capítulo 1	29
Figura 5 - Resumo: Capítulo 2	30

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Número de registros de bolivianos de longo termo/residentes, por ano de entrada, 2010 a 2019	53
Gráfico 2 – Número de bolivianos registrados no CadÚnico, 2012 a 2020	58
Gráfico 3 – Vínculos empregatícios de bolivianos nos anos de 2010 a 2020	61
Gráfico 4 – Comparação entre os números de registros de bolivianos de longo termo/residentes e número de vínculos formais de trabalho por ano	62
Gráfico 5 – Comparação entre os três principais grupos de ocupação de bolivianos	64
Gráfico 6 – Comparação entre % de bolivianos com nível de instrução por ano	65

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Comparativo entre Livro de Matrícula Especial de Escravos e o Livro de Registro de Empregados	88
Quadro 2 - Comparativo entre Livro de Matrícula Especial de Escravos, Livro de Registro de Empregados e Caderninho	115
Quadro 3 - Enunciados no caderninho em contraste com o português e o espanhol	119
Quadro 4 - Enunciados no caderninho em contraste com o português e o espanhol	120

LISTA DE TABELAS

- Tabela 1** - Número de matrículas de bolivianos por etapa de ensino, segundo o ano, conforme o Censo Escolar e Censo Superior 56
- Tabela 2** - Bolivianos com vínculo formal de trabalho no Brasil, por ano, segundo os grupos de ocupação, entre os anos 2010 e 2020 62
- Tabela 3** - Comparação entre alguns direitos trabalhistas regulamentados na Bolívia e no Brasil 72

INTRODUÇÃO

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) divulgou na plataforma digital “Painel de Informações e Estatísticas da Inspeção do Trabalho no Brasil” (BRASIL, 2023) que até junho de 2023 foram encontrados 1.443 trabalhadores em condições análogas ao escravo. Neste mesmo Painel, informa que desde a criação do Grupo Especial de Fiscalização Móvel (GEFM), em 1995, foram resgatados dessa condição, em várias atividades, mais de 61 mil trabalhadores e trabalhadoras. O Balanço de 2020 da Atuação da Inspeção do Trabalho no Brasil para a Erradicação do Trabalho Análogo ao Escravo registra que de 2006 a 2020, 46% dos trabalhadores resgatados são de nacionalidade boliviana, quando somados com os peruanos e paraguaios, representam 75% do total de trabalhadores imigrantes resgatados no país (MTE, 2020).

A partir dos dados divulgados pelo MTE, é possível refletir que mesmo depois da Abolição da Escravatura em 1888, o Estado brasileiro ainda precisa investir no fortalecimento das políticas públicas que sejam capazes de erradicar o trabalho em condições análogas ao escravo. Além disso, a constatação de que entre os trabalhadores resgatados são imigrantes indica que se mantém a característica de explorar esse grupo de pessoas em determinados setores da produção, tal qual como foi estabelecido historicamente no país desde o desenvolvimento da agricultura.

Nesse sentido, Faleiros (2001) apresenta a relação entre o fim do tráfico de escravizados no Atlântico Sul e o incentivo da migração para o Brasil em vistas de suprir a necessidade de trabalhadores na produção agrícola, principalmente, nas lavouras de café. O Estado brasileiro, em 1885, fundou a Hospedaria do Imigrante para servir de refúgio para estrangeiros que chegavam em condições de extrema vulnerabilidade. A Hospedaria, conforme explica o autor, tinha um sentido estratégico ao oferecer comida, tratamento médico e camas aos recém-chegados. Com o objetivo de centralizá-los territorialmente, os fazendeiros tinham por objetivo distribuí-los, não apenas pelo território brasileiro, como também pela América do Sul. Tratava-se de “um grande mercado de carne humana para onde dirigiam-se os ricos fazendeiros de café que desfilavam, [...] pelos pátios e corredores, empunhando contratos de trabalho e escolhendo, um a um, os núcleos familiares que iriam compor seu exército de mão-de-obra” (Faleiros, 2001, p.95).

O espectro do escravismo, sempre presente e enraizado nas estruturas do cotidiano, mediava também as relações socioeconômicas entre os latifundiários e homens livres pobres, com o imigrante não foi diferente. Por esta razão, “ainda após a abolição da escravatura e, supostamente, nos marcos de um mundo de pessoas livres, a sociedade brasileira se manteve intensamente marcada pelo binômio homem/coisa originário de mais de três séculos de escravidão” (Faleiros, 2001, p. 98).

Os elementos históricos contribuíram para compreender quais são os atuais mecanismos de organização social que dão sustentação para a manutenção do uso da mão de obra em condições análogas ao escravo. Em vistas de apreender uma perspectiva possível sobre esse fenômeno social, a teoria do gênero do discurso de Bakhtin (1997) possibilitou analisar registros da atividade social nas oficinas de costura, indicando as *condições de produção* do gênero que chamamos de *caderninho*, quem são os *sujeitos participantes do processo discursivo* e os *elementos de composição* (conteúdo temático, estilo verbal e construção composicional). Os cadernos analisados foram todos recolhidos em ações da Subsecretaria Regional de Trabalho de São Paulo – (SRT/SP) de resgate de trabalhadores em condições de trabalho análogas ao escravo, em oficinas de costura, na cidade de São Paulo, que datam de 2009 a 2020.

No capítulo 1 é exposta a metodologia de desenvolvimento desta pesquisa qualitativa a partir das discussões de Flick (2009) e dos princípios da teoria de Bakhtin (1997) para análise do gênero do discurso. Segundo Flick (2009) o procedimento de análise acontece em três etapas: 1) definição do material; 2) caracterização formal do material; e 3) análise dos documentos direcionada pela definição das unidades analíticas (as quais empregaremos as unidades analíticas do gênero do discurso de Bakhtin). Nas etapas 1 e 2 apresentamos os caminhos percorridos até o processo de escolha do material de análise e no que consistem os registros do trabalho nas oficinas de costura. Encerramos indicando as referências que permitiram desenvolver sobre o movimento migratório entre os países da América do Sul, principalmente, o contexto histórico no Brasil e na Bolívia em que ocorrem a migração, as condições de vida e trabalho, bem como acesso à serviços públicos de bolivianos no Brasil. A discussão sobre diferenças entre trabalho escravo e trabalho análogo ao escravo e de que modo é usado pela indústria têxtil e de confecção e um percurso de como os bolivianos foram introduzidos e são mantidos nessa etapa da confecção de roupas.

O capítulo 2 apresenta por meios de cinco seções os elementos extraverbais em que o gênero do discurso é produzido. Na primeira seção, apontamos dados sobre o movimento migratório com foco na América Latina. Na segunda seção, discorremos sobre alguns elementos da história da Bolívia, a partir do final do século XX, em seus processos sociais, políticos e econômicos para compreender a origem da crise que o país enfrenta e a influência sobre o deslocamento de milhares de homens e mulheres nas últimas décadas. Na terceira seção, apresentamos os dispositivos legais para a regularização dos imigrantes no Brasil e o histórico da indústria têxtil e de confecção no Brasil. Na quarta seção, abordamos brevemente sobre o período de decadência do Brasil Colônia, a respectiva resistência dos senhores de engenho em pôr fim ao tráfico transatlântico e as estratégias orientadas pela Teoria Oitocentista de Administração de Escravos para prosseguir, mesmo com a abolição da escravatura, com baixos custos de mão de obra. Na quinta seção, contrastamos as regulamentações do trabalho da Bolívia e do Brasil, por considerar que imigrantes trazem consigo experiências trabalhistas e concepções sobre direitos e deveres que compõem o conjunto das relações estabelecidas no novo país de moradia. Além disso, a pesquisa expõe dados sobre vínculos empregatícios formais, formação desses imigrantes e os principais setores da economia em que estão inseridos.

No capítulo 3, apresentamos os resultados da pesquisa a partir da costura feita entre os elementos extraverbais aos elementos verbais de produção do gênero do discurso. Resgatamos do contexto da produção do gênero a delimitação do conteúdo temático do *caderninho*. Também identificamos os sujeitos sociais que são os locutores e interlocutores do enunciado. Interligado ao conteúdo temático, o estilo os recursos linguísticos utilizados nos enunciados. Por último, relacionamos a construção composicional do gênero com outros gêneros da mesma esfera extraverbal, como o manual de registro de escravos do século XIX e o atual livro de registro de empregado.

A busca pelo termo “bolivianos” na base de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), informou que, no período de 2009 a 2023, foram defendidas 161 teses e 324 dissertações. Na área da Linguística, tem-se 8 dissertações e 3 teses que tratam sobre: os processos de ensino e aprendizagem do português como língua estrangeira, processo de escrita, representações sociais, aspectos fonético-fonológicos e culturais da produção textual, construções pronominais e verbos existenciais, contato linguístico e memória discursiva. As pesquisas se concentram na

investigação da linguagem nos contextos: escolar, de fronteira, feira de São Paulo e empresa (local de trabalho) em SP.

Com base nessas informações e no princípio de que a análise de gêneros discursivos produzidos na sociedade nos permite acessar, sob determinada perspectiva, aspectos da própria sociedade e de certo campo de atividade humana, a presente pesquisa busca contribuir, na área da Linguística, com a temática sobre imigrantes bolivianos e bolivianas, para a expansão dos contextos sociais, introduzindo a perspectiva do trabalho, assim como questões sociais que atravessam esse tema, principalmente, por ser, para uma parcela significativa dessas pessoas, o principal contexto em que estão inseridos. Desta forma, esperamos que este estudo, engajado socialmente, possibilite ampliar linguisticamente a percepção sobre a presença boliviana no Brasil e, quem sabe, instigar pesquisadores de outras linhas de estudo a produzir “sobre e para” estes trabalhadores alçarem melhores condições de vida e trabalho.

CAPÍTULO 1 – ESCREVER É COMO COSTURAR

Em entrevista¹ ao *Canal Brasil*, em 2018, Eduardo Galeano, jornalista e escritor uruguaio, diz que é complicado falar da América Latina no mundo de hoje porque, apesar de ser um período fértil, é difícil de compreender, principalmente quando se olha de fora e de cima. Para interpretar as coisas com alguma nitidez, ele sugere conhecer pela razão e sentir pelo coração para que se possa olhar por dentro e por baixo. O escritor continua, explicando que, se olhamos de cima, com a típica arrogância dos professores de democracia dos Estados Unidos ou Europa e, também olharmos de fora, não entenderemos nada, pois a América Latina é provavelmente o continente mais diverso do mundo, mas, ao mesmo tempo, os países são tão próximos historicamente, ao ponto de permitir ilustrar como uma única pátria. Assim, essa pátria seria a pátria das diversidades humanas.

É na América Latina que se concentra o contexto geopolítico dessa pesquisa. Por este motivo, o esforço em reunir elementos da história da Bolívia que atestam sua proximidade histórica com o Brasil, ajustando o olhar sobre as proximidades que ajudam a evidenciar, primeiro, como Brasil e Bolívia, conforme o contexto histórico, econômico e internacional até hoje lutam pela soberania nacional, conseqüentemente, pela garantia da autodeterminação dos povos; segundo, como as crises internas (que se explicam por fatores externos) desencadeiam movimentos migratórios, em que parte desses trabalhadores são explorados em condições análogas ao escravo, no contexto da divisão internacional do trabalho.

A perspectiva de análise proposta por Galeano parece-nos coerente com o que propõe Flick (2009) sobre o desenvolvimento da pesquisa qualitativa e com o que defende Bakhtin (1997; 1986) a respeito do gênero discursivo. Nas subseções a seguir, apresentaremos a metodologia adotada para o desenvolvimento desta pesquisa. Utilizamos a costura como metáfora para valorizá-la enquanto uma expressão artística e técnica, assim como acreditamos que deve ser a escrita.

¹ CANAL BRASIL. Eduardo Galeano | Sangue Latino, 09 de janeiro de 2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=47aFAIDierM>>. Acesso em: 28 ago 2022.

1.1 O ATO DE FIAR

Os dedos ágeis que entrelaçam os fios no tear impõem o ritmo para determinar a união e o desenho dos fios constituindo os tecidos, matéria prima para as demais etapas de confecção de uma roupa. O esforço nesta seção é explicar como se deu o nosso processo de fiação, ou seja, como nossos “dedos ágeis” buscaram, inicialmente, para o desenvolvimento desta pesquisa, unir algumas interrogativas, com os indícios da realidade até então acessadas e, por último, com um arcabouço metodológico e teórico que subsidiassem a formação de um inteiro, tal qual, os tecidos.

Publicações acadêmicas, por exemplo a de Magalhães (1987), e documentos oficiais de instituições brasileiras, tal qual “Migrantes, apátridas e refugiados” produzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) (2015), afirmam que o desconhecimento da língua portuguesa é um dos elementos que compõem o contexto da exploração da mão de obra de imigrantes no Brasil em condições análogas ao escravo. Sob esta ótica, o projeto inicial de pesquisa se propôs a identificar quais os recursos linguísticos que os exploradores utilizavam, cientes da pouca proficiência em língua portuguesa por parte de trabalhadores venezuelanos – considerando o fluxo migratório no último período – para prejudicar a compreensão dos direitos e deveres firmados em contratos de trabalho, criando assim “vícios de consentimento”². Logo, tratava-se de identificar o que era potencialmente responsável, no âmbito da língua portuguesa, pela renúncia aos direitos trabalhistas, permitindo, assim, que empregadores pudessem impor trabalho forçado, jornadas tão intensas que causassem danos físicos, condições degradantes e restrição de locomoção em razão de dívida contraída.

O objetivo de “sistematizar os recursos linguísticos utilizados para criar os vícios de consentimento em contratos de trabalho” era produto da perspectiva que olhava para essas relações sociais por cima e de fora, tal como explicou Galeano. Logo no início da pesquisa, ao procurar por venezuelanos que se dispusessem a compartilhar conosco cópias de contrato de trabalho no Brasil, verificamos que o objetivo inicial da pesquisa não se adequava ao contexto de trabalho em que muitos estão inseridos, seja formal, informal ou análogo ao escravo. Apesar de conseguir contato com alguns desses

² Conforme Delgado (2019), o vício de consentimento se comprovado efetivo vício na manifestação da vontade (erro, dolo, coação), pode anular o contrato, suplantando os ônus da ruptura contratual desmotivada por ato da parte lesada.

trabalhadores, não puderam disponibilizar o documento para a pesquisa porque eles não tinham vínculo de emprego formal. Sem atentar para as evidências que começavam a surgir de que dificilmente os trabalhadores em condições análogas ao escravo teriam o contrato, decidimos buscar pela internet “contratos irregulares de trabalho”. Foi justamente essa procura que nos levou ao Boletim Informativo do Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais do Trabalho (SINAIT) que narrava a ação de auditores-fiscais, do Programa de Erradicação do Trabalho Escravo na Superintendência Regional do Trabalho de São Paulo (SRT/SP), em oficina de costura em São Paulo, na qual mulheres bolivianas e homens peruanos encontravam-se em cárcere privado por dois meses, trabalhando 14 horas por dia e recebendo menos que o salário mínimo. Entre várias imagens da operação, continha a foto do caderno, de tipo escolar, com os registros do trabalho e da produção.

Imediatamente estabelecemos contato com a imprensa do Sindicato que elaborou o Boletim para solicitar a interlocução com a auditora-fiscal do trabalho que coordenou a operação. Em conversa atenciosa, a auditora narrou sobre a operação divulgada no Boletim e, conseqüentemente, a realidade desses trabalhadores imigrantes resgatados. A partir desse relato, foi necessário parar e repensar o foco da pesquisa. Foi possível entender que, como pesquisadora, eu não poderia apenas considerar como “contrato de trabalho” o modelo convencional que concebemos como “folha de papel com várias cláusulas impressas” que orientam a relação de deveres e direitos do empregado e do empregador. Na oficina de costura, esse “papel” é o caderno. É no caderno que são comprovadas quantas calças foram costuradas por determinada pessoa, como também é ratificada a relação de emprego existente a partir dos cinco elementos fáticos jurídicos, dispostos na legislação brasileira, que serão apresentados no capítulo 2, e explicitado o emaranhado das relações sociais nesse contexto de exploração da mão de obra.

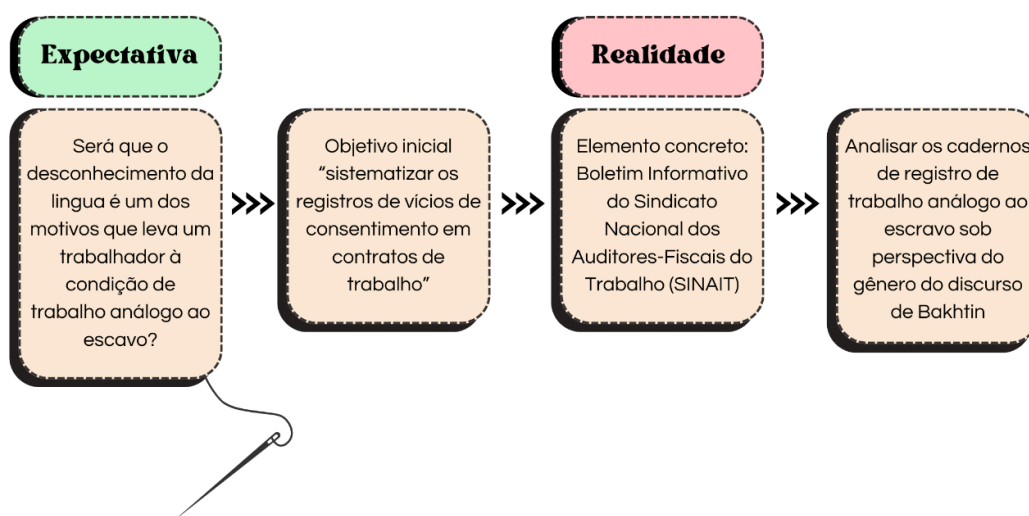
A riqueza dos dados que estavam se apresentando na jornada desta pesquisa tornou-a desafiadora. Primeiro porque foi necessário mudar a concepção inicial de que apenas com o contrato de trabalho formal é possível conhecer a relação de emprego, ou seja, era necessário considerar outras formas de registro desse vínculo, escrito ou não, entre empregador e trabalhador, que regule a relação de emprego conforme a legislação brasileira. E, por isso, considerar que os cadernos recolhidos nas ações de regaste dos trabalhadores poderiam ser utilizados para a análise proposta inicialmente, novamente,

quais os recursos linguísticos, agora, registrados nos cadernos, contribuíam para a exploração a qual os trabalhadores eram submetidos. A partir disso, a conclusão que chegamos é de que os cadernos eram predominantemente escritos em espanhol, assim, investigar recursos da língua portuguesa não se aplicava, mas era possível, a partir desses registros compreender a esfera extraverbal do trabalho nas oficinas de costura. A partir disso, as contribuições de Bakhtin sobre o gênero do discurso se apresentaram ideais para nortear a pesquisa.

Vimos nesta seção a explanação sobre o processo de definição da pesquisa (ver Figura 1) e, adiante, desenvolveremos sobre qual o referencial metodológico e teóricos adotados.

Figura 1 - Mapa Mental: Ato de Fiar

1.1 Ato de Fiar



Fonte: Elaborada pela autora

1.2 ATO DE MODELAR

Após a reorientação da pesquisa conforme descrito anteriormente, partindo agora com base mais sólida, ou seja, compreendendo um pouco melhor o contexto em que se dá a exploração em condições análogas ao trabalho escravo, posicionados “olhando por baixo e para dentro”, temos os cadernos para a geração de dados, assim como os trabalhadores tem o tecido para a confecção de roupas.

Na etapa de modelagem da roupa é quando se decide como materializar a ideia a partir do tecido que se tem. Na pesquisa, corresponde ao ato de decidir sobre qual metodologia será usada para a geração de dados. Significa escolher como tratar metodologicamente os registros de caderno à procura de elementos composicionais que constituem o gênero do discurso, da mesma forma, os instrumentos para compreensão de uma relação histórica e altamente complexa que não é estritamente linguística, mas também social. Por este motivo, adotamos uma perspectiva histórica, social e política da Bolívia e do Brasil, nos apropriamos de elementos do estudo do campo do direito do trabalho e de noções de recursos humanos e administrativo, que tornaram viváveis o processo de leitura crítica das fontes documentais, a partir da interpretação dos usos sociais da escrita.

O aporte teórico-metodológico que subsidia a análise teve por base as propostas de Flick (2009, p.23) para o desenvolvimento da pesquisa qualitativa. Para o autor, ao escolhermos a abordagem-metodológica é necessário centrar em

I – Coerência entre o tema a ser investigado e a escolha de teorias e procedimentos metodológicos;

II – Reconhecimento e análise de diferentes perspectivas;

III – Reflexões dos pesquisadores a respeito de suas pesquisas como parte do processo de produção de conhecimento;

IV – Variedade de abordagens e procedimentos de investigação.

As pesquisas qualitativas permitem, no estudo das relações sociais, verificar a pluralidade das esferas de vida, uma vez que reconhecem e analisam essas relações de diferentes perspectivas. Assim, as reflexões dos pesquisadores fazem parte do processo de produção de conhecimento, como também o uso variado de abordagens e métodos constroem o novo e desenvolvem teorias empiricamente fundamentadas.

Dessa maneira, uma perspectiva de análise das relações sociais é a partir dos registros que assumem forma de documento, possibilitando investigar diferentes realidades e formas de comunicação. Além disso, Flick (2009) aponta que o pesquisador deverá também se perguntar sobre quem produziu o documento, os respectivos objetivos e a quem se dirigia, da mesma forma refletir sobre as possíveis intenções

peçoais ou institucionais com a produção e o provimento de tal documento ou dessa espécie de documento.

Na análise dos cadernos, como documentos, conforme propõe Woolf (2004, *apud* Flick, 2009, p.234), partimos do pressuposto da existência de uma ordenação em todos os pontos, incluindo o modo como o documento é constituído. Esse pressuposto se associa à decisão de codificação e categorização do texto e, para isso, nos apoiamos na teoria de gênero do discurso de Bakhtin (1997). O procedimento da análise qualitativa de conteúdo é realizado em três etapas:

- 1) Definição do material;
- 2) Caracterização formal do material; e
- 3) Análise dos documentos direcionada pela questão de pesquisa e pela definição das unidades analíticas.

1.2.1 Definição do material

Os dados da pesquisa foram gerados a partir de 16 cadernos recolhidos em ações da Auditoria-Fiscal do Trabalho para resgate de trabalhadores em oficinas de costura na cidade de São Paulo (SP). O material foi disponibilizado em cumprimento à Lei de Acesso à Informação, Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. No momento da apreensão, esses cadernos ficavam sob domínio do (ou da) oficinista, pessoa gerenciadora da oficina, em muitos casos, familiar ou amigo(a) muito próximo(a) dos trabalhadores que a ele (ou ela) ficam subordinados. Após o resgate dos trabalhadores, o caderno passa a ser prova material da relação de emprego e, conseqüentemente, da imposição de trabalho em condições análogas ao escravo.

1.2.2 Caracterização formal do material

Os cadernos são de tipo escolar, de diferentes tamanhos. Identificam-se, na maioria deles, registros de datas que estão compreendidas entre os anos de 2009 e 2020.

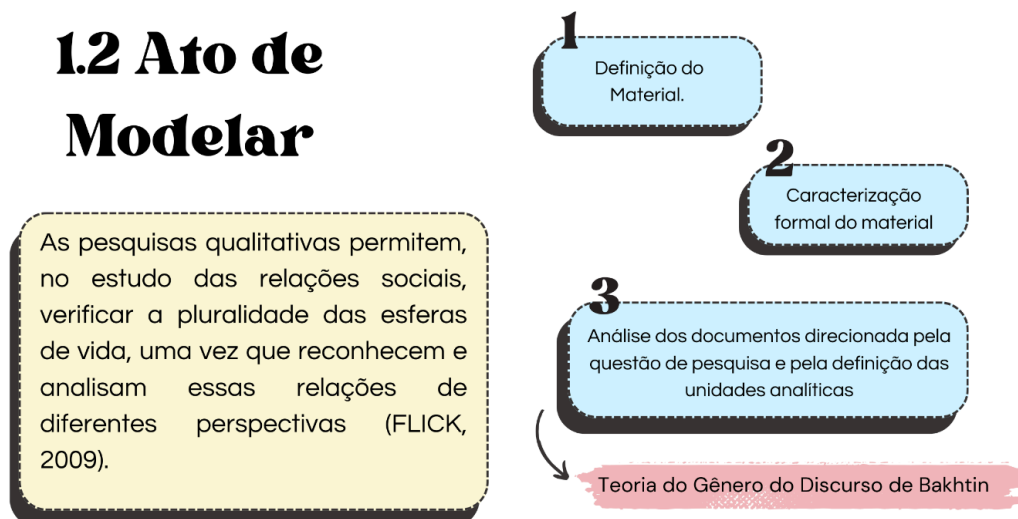
Nesses cadernos estão contidas informações sobre:

- produção;
- rotatividade dos trabalhadores;
- vale (antecipação de uma fração do salário);
- controle de gastos do(a) próprio(a) oficinista;
- controle de gastos do pagamento dos trabalhadores;
- controle de dívidas dos trabalhadores com o(a) oficinista;
- anotações diversas: endereços; telefones, contas bancárias, nomes de lojas comerciais, entre outras.

Os cadernos além de terem como registro um conjunto regular de informações, conforme descritas acima, também têm, em sua maioria, a seguinte lógica de organização do registro das informações: nas páginas da frente para trás é comum que tenha o registro da produção e divisão do trabalho, já de trás para frente, encontram-se as informações que dizem respeito ao controle dos pagamentos, gastos do oficinista e dos trabalhadores com o próprio dinheiro. Portanto, é possível conceber que um único caderno cumpra com quatro funções geralmente designadas separadamente entre: o livro de inspeção do trabalho, livro de registro de empregado e livro de movimento do caixa. Por último, os cadernos são escritos em espanhol, português e português com marcas de espanhol.

Até aqui vimos as contribuições de Flick (2009) para o desenvolvimento da pesquisa qualitativa (ver Figura 2) e passaremos na próxima subseção ao estudo da teoria do gênero do discurso de Bakhtin.

Figura 2 - Mapa Mental: Ato de Modelar



Fonte: Elaborada pela autora

1.2.3 Análise dos documentos

Retomando a proposição de Flick (2009) em manter a coerência entre o tema a ser investigado e a escolha de teorias e procedimentos metodológicos, a primeira delimitação teórica que nos parece importante fazer é da concepção de língua que ampare compreender mais do que a significação e a estrutura dos textos registrados nos cadernos. Para Fiorin (2003), além de possuir um léxico e uma gramática, a língua é a expressão da linguagem humana, de modo que possui a faculdade de condensar o homem historicamente situado. Logo, a língua é a concretização da experiência humana.

À medida em que reconhece a relação imprescindível entre língua e experiência humana, nos parece coerente para esta pesquisa partimos dos estudos de gênero do discurso propostos por Bakhtin (1997). Ao tratarmos das relações de emprego que são relações sociais e históricas, reguladas pelo direito do trabalho, os postulados de Bakhtin nos ajudam a direcionar o estudo por um caminho que extrapola os aspectos circunscritos ao texto. Para ele, o ponto de partida é o vínculo intrínseco existente entre a utilização da linguagem e as atividades humanas (Fiorin, 2011) o que nos permite, antes mesmo de nos debruçarmos sobre questões textuais, questionar sobre quais as necessidades sociais atendem à existência dos cadernos e, em que medida, sua

existência incide sobre as relações sociais do contexto no qual são produzidas e circulam.

Bakhtin (1997) defende que todas as esferas da atividade humana, por mais variadas que sejam, estão relacionadas à utilização da linguagem. Com base nisso, a medida em que a atividade humana se diferencia, diretamente, as formas de uso da linguagem também se diferenciam. Logo, o ato de exprimir os pensamentos, os sentimentos, entre outros, se dá pelo emprego da língua, sob a forma de enunciado, concreto e único, oral ou escrito, proferidos por integrantes de um mesmo (ou não) campo da atividade humana. Isto posto, o enunciado é a “unidade da comunicação discursiva” (1997, p.287) constituído de planos individuais e/ou coletivos, que possibilita, dialogicamente, a língua integrar a vida, bem como é através dos enunciados concretos que a vida entra na língua.

O gênero une estabilidade e instabilidade, permanência e mudança. De um lado, reconhecem-se propriedades comuns em conjuntos de texto; de outro, essas propriedades alteram-se continuamente. Isso ocorre porque as atividades humanas, segundo o filósofo russo, não são nem totalmente determinadas nem aleatórias. Nelas, estão presentes a recorrência e a contingência. A reiteração possibilita-nos entender as ações e, por conseguinte, agir; a instabilidade permite adaptar suas formas a novas circunstâncias (Fiorin, 2006, p. 69).

O plano individual do enunciado corresponde à individualidade de quem enuncia, ou seja, as decisões que adota para a concretização do enunciado, sendo, por exemplo, os recursos linguísticos ou o estilo. Portanto, existem diferentes possibilidades para o ato de enunciar mesmo que pertença a uma mesma esfera extraverbal. Porém, mesmo esse plano individual é socialmente estruturado. Então, apesar da individualidade que marca o ato de enunciar, o enunciado corresponde a alguma esfera extraverbal. É justamente pela esfera extraverbal que são constituídos e se tornam relativamente estáveis, em razão do campo de utilização da língua. Os enunciados relativamente estáveis são chamados por Bakhtin de gêneros do discurso.

Os gêneros do discurso podem ser primários ou secundários conforme a complexidade em que são desenvolvidos e organizados. Os gêneros primários são classificados como simples por serem formados em condições de comunicação imediata, por exemplo, um diálogo cotidiano. Os gêneros secundários são classificados como complexos por terem sido originados em condições de comunicação mais complexas e relativamente mais desenvolvidas e organizadas, por exemplo, produções

artísticas, científicas, jornalísticas etc. Essa diferença entre os gêneros primários e secundários é essencial para compreender a relação mútua que se estabelece entre ambos: o próprio processo de formação histórica que orienta a natureza do enunciado e o problema da relação de reciprocidade entre linguagem e ideologia (Bakhtin, 1997).

O gênero do discurso é constituído de três elementos profundamente atrelados, quase que como uma unidade, em razão do alto grau de dependência que um estabelece sobre o outro. São eles: conteúdo temático, construção composicional e estilo. Os estudos de Bakhtin sustentam que o uso de um determinado gênero do discurso se dá pela eleição de um determinado conteúdo temático, com o objetivo de orientar a comunicação discursiva. O estabelecimento do conteúdo temático ocorre pela situação concreta ou dado campo da comunicação discursiva, pela composição dos participantes etc. (Bakhtin, 1997, p.302). Nas palavras de Ribeiro P. (2010, p.57), “trata-se da potencialidade do dizer sobre um referente em determinada esfera extraverbal, circunscrita por um intervalo de tempo e espaço, aquilo que é ou que pode tornar-se dizível pelo gênero demandado na interação verbal”.

A conceituação de conteúdo temático se dá a partir de um debate feito por Bakhtin (1986) no contexto em que ele buscava desenvolver a resposta para a pergunta “Em que medida a ideologia determina a linguagem?”, nesse sentido ele se debruçou sobre a diferenciação entre significação e tema. Na obra *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, o autor admitiu a concepção de que “todo signo é ideológico; a ideologia é reflexo das estruturas sociais, assim, toda modificação da ideologia encadeia uma modificação da língua” (Bakhtin, 1986, p.15). A partir da relação entre signo e estruturas sociais, Bakhtin (1986) apresenta que a significação é o estágio inferior da capacidade de significar, portanto, oferecer apenas a significação da palavra no sistema da língua. Enquanto que o tema trata do sentido como um todo pertencente a cada enunciação. Assim, o tema é um atributo apenas da enunciação completa, enquanto a significação pertence a um elemento ou conjunto de elementos na sua relação com o todo. Desse modo, o tema e a significação se relacionam (Bakhtin, 1986).

Conforme o autor, o tema da enunciação, na medida em que é individual, também se apresenta como a expressão da situação histórica concreta, sendo determinado não só pelas formas linguísticas que entram na composição, como também

igualmente pelos elementos verbais da situação em toda sua amplitude concreta como fenômeno histórico (Bakhtin, 1986, p.129).

O estilo está relacionado aos recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais de acordo com cada tipo de gênero presente no ato de escolha desses recursos. Uma questão que está presente na definição de estilo é o lugar que se tem a individualidade de quem enuncia, sobre isso, retomamos a questão abordada anteriormente sobre os planos que constituem a enunciação, dessa vez refletindo sobre o estilo. Existem gêneros da literatura que integram e expressam ou não a individualidade do falante a depender da necessidade em que o gênero é produzido. Os gêneros de ficção, por exemplo, são propícios para integrar a individualidade do falante, pois as condições de produção desse gênero pressupõem que o enunciador expresse a individualidade. Não é o mesmo que acontece nos gêneros de documentos oficiais, por exemplo, pois estes requerem que haja uma padronização do enunciado desconsiderando a individualidade do falante.

A partir dessa relação de necessidade de produção do gênero, em que contempla ou não a individualidade, conforme a teoria bakhtiniana, os estilos podem ser funcionais ou individuais. O estilo funcional é proveniente da esfera comunicativa, na maioria das vezes pressuposto para o enunciado, que se relaciona de forma complementar com o estilo individual que é proveniente da individualidade de quem enuncia.

O último campo de análise é a construção composicional. Para os estudos bakhtinianos, em um determinado campo da atividade humana, o ato de enunciar é realizado através de um formato, de uma organização linguística e textual, de modo que essa organização se torne regular em razão do uso da linguagem, que é atualizado na medida em que o sujeito (re)elabora, (re)cria e (re)formula as formas do gênero expressando a intersubjetividade e individualidade.

Bakhtin (1997, p.283) define como “determinados tipos de construção do conjunto, de tipos do seu acabamento, de tipos da relação do falante com outros participantes da comunicação discursiva – com os ouvintes, os leitores, os parceiros, o discurso do outro, etc.”. Alinhada a essa perspectiva, Ribeiro P. (2010, p.60) reforça que

A construção composicional cumpre a função de integrar, de sustentar e de ordenar propriedades do gênero. Ela é apropriada pela forma

arquitetônica, que está vinculada com o “projeto de dizer” do locutor, constituindo o aspecto por assim dizer técnico da realização do gênero, contribuindo para identifica-lo e distingui-lo diante de outros gêneros. O elemento em estudo pode também ser entendido como a logística do gênero, pois cumpriria a atribuição de estruturar e relacionar os elementos constituintes, a ponto de garantir uma unidade orgânica e, portanto, uma vitalidade ao gênero, sempre a partir do projeto enunciativo.

Em certa medida, a construção composicional é o esquema geral e a estruturação das partes do texto, sendo flexíveis, para composição do enunciado que são variáveis. Portanto, o enunciado e a sua respectiva construção composicional estão de acordo com o contexto em que ocorre e o respectivo conteúdo temático. Visto quais são os elementos constitutivos da esfera verbal do gênero do discurso, passaremos ao estudo do dialogismo que é fator essencial da esfera extraverbal do gênero.

A definição de dialogismo como “diálogo comunicativo” é insuficiente, segundo Brait (2005, p.135). Na defesa deste ponto de vista, a autora refaz o percurso dos conceitos de Bakhtin, sendo que o primeiro diz respeito ao campo do diálogo socrático em que dialogismo seria “um debate tenso entre ideias em que as palavras de um interlocutor se confrontam com as palavras do outro no interior de um único discurso” (Brait, 2005, p.135), em outro momento, o dialogismo corresponderia a um “sincretismo das formas carnavalizadas presentes no discurso citado, na paródia, na mistura de línguas e de linguagens, enfim, em todas as formas do discurso dentro do discurso” ou então “fenômenos de bi e multivocalidade que são manifestadas na oralidade” (Brait, 2005, p.135). Sem a pretensão de definir como um sistema teórico acabado, Fiorin (2008, p.22) apresenta o dialogismo, conforme os estudos bakhtinianos, como “as relações de sentido que se estabelecem entre dois enunciados”.

Os sentidos citados por Fiorin (2006) são constituídos pelas relações de interdiscursividade e de polifonia. A interdiscursividade refere-se ao “permanente diálogo, nem sempre simétrico e harmonioso, existente entre os diferentes discursos que configuram uma comunidade, uma cultura, uma sociedade” (Brait, 2005, p. 94). Assim, todo discurso remete a outro discurso, não apenas aos precedentes como também instiga a enunciação de novos. Esse movimento, reflete também a dimensão das vozes que participam da enunciação. O enunciator tanto na escrita quanto na oralidade sempre considera outras vozes que se relacionam com o texto, uma vez que o texto é atravessado por outros textos de outros conteúdos temáticos. Dessa maneira, é

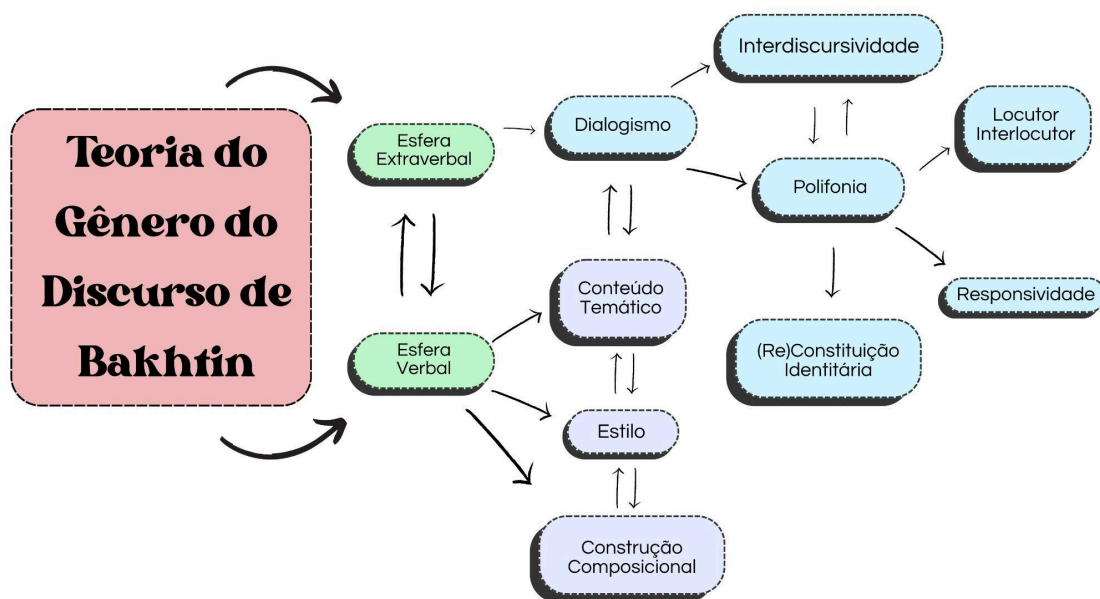
pertinente verificar quais outros textos incidem para a produção do gênero. Ao compor o enunciado, o sujeito não trata exclusivamente do objeto, mas sim considera outros objetos correlacionados (Bakhtin, 1997).

O gênero do discurso, primário ou secundário, é produzido por um fluxo de múltiplas vozes que ecoam da alternância dos sujeitos do discurso nas situações de comunicação (Ribeiro P., 2010). A alternância dos sujeitos do discurso, a atividade responsiva dos interlocutores, constituem o contexto da produção do enunciado. Para Bakhtin (1997) a atividade responsiva é mais do que as representações esquemáticas entre parceiros de comunicação discursiva – chamados por falante e ouvinte – em que o falante cumpre com papel ativo de discurso e o ouvinte tem o papel passivo de receptor do discurso. O autor explica que a posição responsiva acontece de forma fluída e simultânea a compreensão do significado do discurso, ou seja, concorda ou discorda, complementa o enunciado entre outros. Na prática, o ouvinte se torna falante e, mais do que isso, tem a possibilidade de (re)constituir a identidade de um ser, de um dado grupo social, “já que a partir das palavras dos outros repensam-se posicionamentos, incorporam-se reflexões de experiências vivenciadas pelos membros nas interações, reiteram-se ações ou se lhes refutam, realçam-se distinções ou assumem-se similitudes” (Ribeiro P., 2010, p. 63).

Na perspectiva bakhtiniana, para perceber a totalidade, a unidade do mundo, a complexidade do que real, é necessário considerar a interação dialógica entre as vozes que formam o cenário e nele interagem e contradizem. Dialogismo e polifonia constituem as características, essenciais e necessárias, a partir das quais o mundo pode ser compreendido e interpretado de muitas e diferentes maneiras, tendo em vista seu estado permanente de mutação e inacabamento (Brait, 2005, p.325).

Nesta subseção, apresentamos brevemente a teoria de gêneros do discurso de Bakhtin que subsidia a análise dos registros de trabalho análogo ao escravo que constitui o gênero *caderninho* abordado nesta pesquisa (ver Figura 3). A partir disso, na seção a seguir, trataremos das definições teóricas que subsidiam os debates subsequentes.

Figura 3 - Mapa Mental: Teoria do Gênero do Discurso de Bakhtin



Fonte: Elaborada pela autora

1.3 ATO DE CORTAR E SEPARAR AS PEÇAS

A etapa que sucede a modelagem é a do corte e separação das peças. Significa o início da materialização da confecção. Corresponde, para nós, conforme propõe Flick (2009), ao processo de delimitação, separação e estudo das referências que subsidiam a compreensão sobre: o movimento migratório na perspectiva geral; elementos da história da Bolívia que justificam a migração de milhares de bolivianos ao Brasil; os números de bolivianos no Brasil de acordo com o registro de longo termo/residência, as matrículas na educação pública em todos os níveis, os vínculos empregatícios e os respectivos grupos de ocupação; referências sobre o período de escravidão no Brasil, conjunto da legislação brasileira que regulariza e protege os imigrantes; a indústria têxtil e de confecção no Brasil e o trabalho escravo nas oficinas de costura; a inserção dos bolivianos nas oficinas de costura levando em conta a perspectiva histórica; e, por fim, o contexto de proteção ao trabalho asseguradas e regulamentadas.

Fundamentada na proposta metodológica de análise qualitativa de Flick (2009), associada à teoria de gênero do discurso de Bakhtin (1997), esta pesquisa cumpriu as seguintes etapas para análise do gênero *caderninho*:

1.3.1 Análise da dimensão extraverbal

Retomando, para Bakhtin, as esferas sociais devem ser consideradas na análise do gênero como um dos planos que possibilitam o entendimento do uso da linguagem. Uma vez que o gênero é dialógico, iniciamos a análise investigando as condições de produção que refletem a atividade comunicativa. Nesse sentido, essas condições de produção podem ser conhecidas pela perspectiva das circunstâncias de enunciação do contexto socio-histórico:

- dos sujeitos que participam da atividade enunciativa:

Partindo da premissa de que as práticas sociais que compõem o gênero *caderninho* ocorrem no Brasil sobre a erradicação da exploração da mão de obra em condições análogas ao escravo ser um desafio para o Estado brasileiro, Faleiros (2001), Marquese (2004) e Gondim (2019) trazem importantes elementos da história do país que elucidam sobre a perpetuação desse crime.

Para aprender sobre o contexto social dos bolivianos que são trabalhadores nas oficinas de costura em São Paulo, procuramos referências teóricas que tratassem especificamente da migração da Bolívia ao Brasil. Assumindo a perspectiva crítica, Santos (2001) oportunizou a reflexão sobre o processo de globalização. Ao invés de naturalizá-la como capacidade do ser humano de deslocar-se para diferentes espaços, aponta-a como necessidade estabelecida pelo sistema socioeconômico. Standing (2014) e Ribeiro J. (2021) desenvolvem como que o sistema de produção busca diminuir o valor da força de trabalho com o uso da mão-de-obra imigrante.

Andrade (2007), Fuser (2016), Amaral (2017) e Ribeiro J. (2021) ampararam o desenvolvimento da pesquisa ao expor elementos históricos internos e externos que levaram até as atuais condições políticas, econômicas e sociais que contextualizam a migração de milhares de bolivianos para outros países em busca de melhores condições de vida.

Cavalcanti (2021) apresenta dados que montam o perfil desses trabalhadores no Brasil: número de termos de entrada no país, gênero, grau de escolaridade, faixa

etária em quais setores da economia estão inseridos e quantos são assistidos por programas sociais do governo federal.

Para compreender em quais condições de regularização os bolivianos podem se encaixar, nós nos apoiamos nas contribuições de Mesquita (2016) e Rodrigues; Silva (2018) assim como na Lei de Migração nº 13.445/2017 (BRASIL, 2017), no contexto do conjunto de acordos e convenções internacionais, associada às leis de anistia nº6.964/1981 (BRASIL, 1981), nº 7.685/1988 (BRASIL, 1988), nº 9.675/98 (BRASIL, 1998) e, a mais recente, nº 11.961/2009 (BRASIL, 2009) amparam juridicamente a regularização, permanência e proteção dos imigrantes em território nacional.

Em vistas de buscar modelos explicativos sobre as causas e consequências do método de ampliação da produtividade, Standing (2014) aborda sobre a intensificação do trabalho e o estabelecimento da rede de terceirização da produção. Já a relação da terceirização da produção na indústria têxtil e de confecção, especificamente, as oficinas de costura e o uso da mão de obra imigrante é desenvolvida por Gondim (2019) e Ribeiro J. (2021).

Buscando o entendimento sobre qual a justificativa para ser de nacionalidade boliviana com maior participação de imigrantes explorados em oficinas de costura, ao invés de outras, é a questão abordada por Cacciamali (2006) e Silva S. (1997) desenvolvendo sobre o histórico de outras nacionalidades nesse setor (coreanos, por exemplo), como também, as características de aproximação entre o trabalho de extração em minas na região do Altiplano e a dinâmica de trabalho nas oficinas.

Para evidenciar que as condições do trabalho análogas ao escravo se dão pela vulnerabilidade socioeconômica, ao invés de uma suposta predisposição boliviana, seja por concepção distinta à brasileira de trabalho digno ou por razões culturais, estabelecemos um comparativo dos princípios gerais norteadores das legislações trabalhistas brasileira e boliviana (BOLÍVIA, 2006; BRASIL, 1943).

- da interdiscursividade do gênero:

Em vistas de analisar em que medida o registro contábil de senhores de engenho e de pessoas escravizadas no Livro Especial de Matrícula influenciou na produção do gênero *caderninho*, nos aprofundamos nas contribuições de Silva, Vasconcelos, Lira (2021) também estabelecemos um quadro comparativo com as

informações dos livros de registro de trabalho, produção e acertos financeiros a fim de analisar se estes se tornaram pré-gêneros para a formação do gênero *caderninho*.

1.3.2 Análise da dimensão verbal

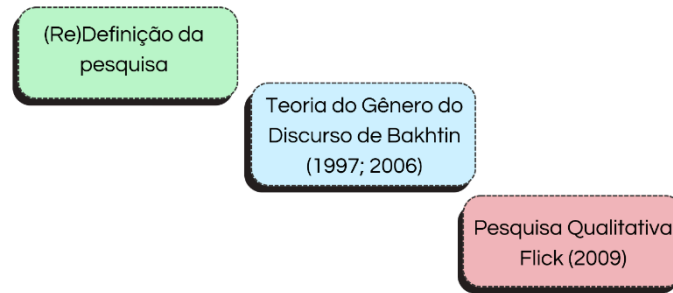
Considerando os engendramentos de aspectos das mais variadas esferas sociais que justificam os elementos extraverbais do gênero do discurso, a etapa concomitante, se concentra na verificação dos elementos verbais de constituição do gênero conforme Bakhtin (1997):

- Conteúdo temático: delimitar o tema e compreender em que medida torna esse gênero diferente de outros e verificar quais outros textos contribuem para a conformação do conteúdo.
- Estilo: identificar as marcas de estilo que podem ser consideradas individuais e funcionais a partir de recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais;
- Construção Composicional: analisar o processo de adaptação do enunciado a outros gêneros de modo a conformar o gênero *caderninho* e identificar suas estruturas.

Neste capítulo buscamos relacionar o processo de confecção de roupas com o desenvolvimento da pesquisa, na medida em que escrever é como costurar. Iniciamos pelo ato de fiar, entrelaçando os questionamentos sobre a realidade com os materiais disponíveis para análise e todo o percurso para (re)definir os objetivos da pesquisa. Na sequência, passamos para a etapa de modelagem quando decidimos como materializar o projeto para o tecido que já estava fiado e pronto para uso, ou seja, estabelecemos qual o arcabouço metodológico Flick (2009) e teórico Bakhtin (1997; 2006) para dar forma aos objetivos estabelecidos. Por último, fizemos o corte e separação das peças, portanto, delimitamos e selecionamos quais as referências a serem utilizadas para compor a análise do gênero do discurso (ver Figura 4). Com base nisso, a seguir, no capítulo 2 iniciaremos a etapa de costura: alinhar as múltiplas partes, a qual chamaremos de mundos, que compõem a esfera extraverbal que estabelece a atividade comunicativa provedora do gênero do discurso *caderninho*.

Figura 4 - Mapa Mental: Capítulo 1

Resumo **Capítulo 1**



Fonte: Elaborada pela autora

CAPÍTULO 2 – COSTURANDO MUNDOS

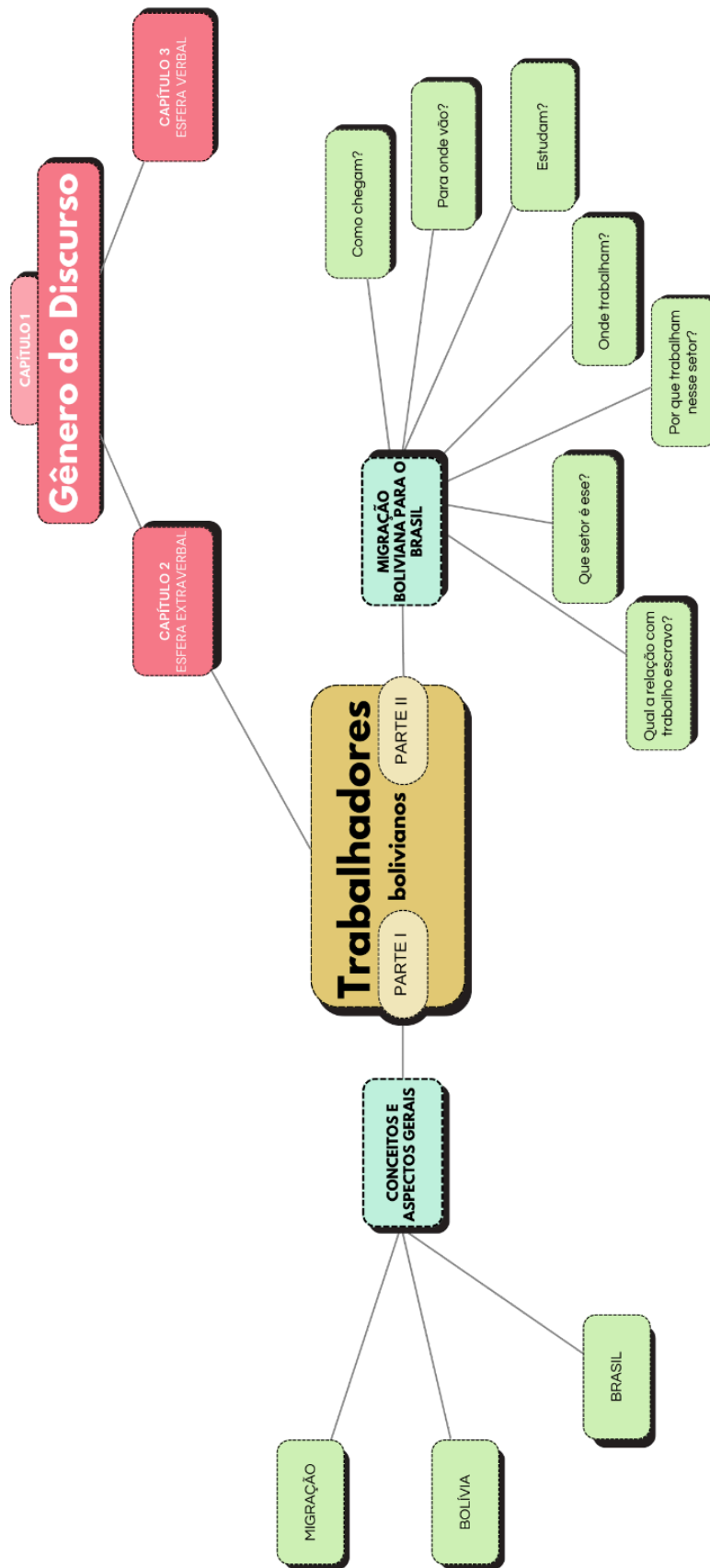
Após tear o tecido, modelar, cortar e separar as peças, nosso processo de produção parte para a etapa da costura. Neste capítulo, vamos costurar alguns mundos. O mundo em que a lei era a de escravizar, o mundo em que apesar da abolição da escravatura a exploração da mão de obra em condições análogas persiste, o mundo em que as pessoas são motivadas a deixar seu país por uma crise que atende aos interesses de outros países historicamente exploradores, o mundo em que supostamente tudo é supostamente homogêneo e unido, mas, na verdade não é bem assim, o mundo em que para a economia crescer o custo do trabalho precisa diminuir, o mundo em que apesar de tudo, ainda tem que resistir. Em outras palavras, as seções deste capítulo vão apresentar dados sobre diversas esferas da atividade humana que se interseccionam quando se estuda sobre o contexto do trabalho escravo de bolivianos em oficinas de costura.

Para isso, dividimos em duas partes este capítulo. Na Parte I, vamos discutir de forma ampla conceitos sobre migração e aspectos de formação social, histórica e econômica da Bolívia e do Brasil. Dessa maneira, na seção *2.1 Movimentos Migratórios* Milton Santos (2001) nos traz a reflexão crítica sobre a globalização que contextualiza os movimentos migratórios e, afinal, de que maneira as pessoas que se deslocam são percebidas pelas sociedades. Na seção *2.2 Bolívia: La tierra revuelta* Andrade (2007) e Fuser (2016) contribuem com estudos sobre a história recente do país e as implicações econômicas motivadoras para a migração. Por último, na seção *2.3 Quinhentos anos de Brasil, e o Brasil aqui mudou?* para localizar que país é esse em que o trabalho análogo ao escravo ainda existe Marquese (2004) e Faleiros (2001).

Na Parte II vamos aprofundar a pesquisa sobre quais as condições de vida e trabalho que os bolivianos estão inseridos no Brasil. Com base nisso, na seção *2.4 Bolivianos no Brasil* iniciamos com dados de Cavalcanti (2021) sobre o número de registros de bolivianos de longo termo/residentes, quais as leis que regularizam e asseguram direitos aos bolivianos, a inserção na educação pública e no programa social federal. Por último, na seção *2.5 Bolivianos nas oficinas de costura no Brasil* a presença de bolivianos na indústria têxtil e de confecção e conclui com uma interface dos direitos

trabalhistas dos dois países. A Figura 5 apresenta visualmente a organização deste capítulo.

Figura 5 - Resumo: Capítulo 2



Fonte: Elaborada pela autora

PARTE I

2.1 MUNDO DOS MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS

*Crucé fronteras para llegar a
estas tierras lejanas.
Abandoné a mi madre,
abandoné a mi pueblo.
Canto à Virgem de Urkupiña,
José Bolívia.³*

O trecho acima pertence à oração *Canto à Virgem de Urkupiña*, santa padroeira de Cochabamba, um dos departamentos da Bolívia. Silva S. (2003) narra, em sua obra *Virgem/Mãe/Terra – Festas Tradicionais Bolivianas na Metrópole*, as festas bolivianas tradicionais que ocorrem em São Paulo, principalmente no mês de agosto, que concentra o ciclo de festas em honra da Virgem Maria, sob as invocações de Copacabana e Urkupiña. A oração retrata o deslocamento realizado pelos bolivianos, ressaltando uma descrença em retornar à terra natal ao utilizar o verbo abandonar para descrever o afastamento da mãe e do povo.

Afinal, o que leva ao deslocamento? Ao abandono da família e do próprio povo? A globalização não teria oportunizado o encurtamento das distâncias e apagamento das fronteiras? Dessa forma, não seria possível o retorno ao lar boliviano? Neste sentido, Milton Santos (2001) critica o conceito de globalização como fenômeno que tornou a informação acessível para todos e que contraiu o tempo e o espaço. Nesse sentido, a difusão da notícia, além de instantânea, estaria disponível para todos. Logo, o mundo, na sua completude, seria tangível para todos. A disponibilidade e a acessibilidade às informações se tornaram possíveis porque a globalização teria eliminado as barreiras entre os Estados-nação. As fronteiras perderam a premissa de proteção de um território, da economia, do mercado consumidor, das matérias-primas, entre outras. Por exemplo, as empresas estrangeiras que, em outro momento, não estabeleceriam sedes em um país que não fosse o de origem, passaram a se instalar em países diferentes com a finalidade de reduzir os custos de produção ao baratear a mão de obra. Então, uma indústria alemã, instalada em um país da América Latina, não fabrica produtos porto-riquenhos, mas sim, alemães.

³ SILVA, Sidney Antonio da. *Virgem/ Mãe/Terra: Festas e Tradições Bolivianas Na Metrópole*. São Paulo, HUCITEC/FAPESP, 2003.

Outro exemplo da suposta fluidez do espaço em relação às fronteiras seria a livre circulação de produções culturais. As supostas condições de ampla e ilimitada circulação, seja de mercadorias, produção ou cultura, conforme os exemplos dados acima, seriam a expressão do caráter positivo, agregador e progressista da globalização em relação ao que impacta a humanidade. Toda essa descrição é tida por Santos (2001) como uma fábula. O autor se dedica a desconstruir a aparente homogeneidade e unidade das nações que teriam sido forjadas pela globalização. O primeiro argumento é de que a fábula sobre a globalização esconde uma verdadeira fábrica de perversidades do modo de produção capitalista. O desemprego crescente, o aumento da pobreza, a diminuição da qualidade de vida, a desvalorização do salário, a fome e o desabrigo generalizados confirmam que no mercado financeiro, no sistema produtivo, essas igualdades e homogeneidades de cada nação se constituir como uma nação economicamente desenvolvida não se confirmaram. A circulação de informação ao alcance de todos deveria contribuir para o desenvolvimento da ciência e da tecnologia para extirpar e evitar o aparecimento de novas doenças ou o retorno daquelas que já tivessem sido superadas. Portanto, ao invés do processo de globalização possibilitar que a humanidade progredisse, aprofundou um atraso (Santos, 2001).

Qual a razão de a globalização ter impactado negativamente o desenvolvimento da humanidade e feito surgir tantos problemas sociais ao invés de ter criado soluções? O autor explica que esse conjunto de mazelas decorrem da crise do sistema capitalista. Durante o período de ascensão do sistema capitalista, havia um mercado consumidor para a produção das indústrias. O desenvolvimento do sistema alcançou um determinado estágio em que o mercado consumidor ficou saturado e, para escoar a produção, o próprio sistema capitalista passou a criar crises para que mercados consumidores existentes fossem recriados, por exemplo, a partir da guerra. Uma nação construída (com casas, escolas e instituições) precisa de muito menos material de construção, por exemplo, do que um país que é fortemente destruído por um conflito armado. Outra forma de forjar nova margem de ganhos é migrar a produção para países em que a legislação trabalhista assegura menos direitos e, conseqüentemente, diminua os custos empresariais com a mão de obra. Por isso, a importância de reduzir as fronteiras, para baratear os custos com a produção, para ampliar a possibilidade de mercados consumidores, ao invés de colaborar para que os países desenvolvam as próprias tecnologias e tudo o que for necessário para garantir a subsistência de forma

soberana. Isto posto, a globalização está a serviço da crise do capitalismo para fazer acreditar ideologicamente que é necessário abrir mão da soberania dos povos, dos recursos naturais, das leis de proteção aos trabalhadores, entre outras formas. Ou seja,

todos os países, lugares e pessoas passam a se comportar, isto é, a organizar sua ação, como se tal “crise” fosse a mesma para todos e como se a receita para afastá-la devesse ser geralmente a mesma. Na verdade, porém, a única crise que os responsáveis desejam afastar é a crise financeira e não qualquer outra. Aí está, na verdade, uma causa para mais aprofundamento da crise real – econômica, social, política, moral – que caracteriza o nosso tempo (Santos, 2001, p.36)

A descrição feita por Milton Santos (2001) contextualiza a análise de período da história da Bolívia que justifica o deslocamento de milhares de bolivianos nas últimas décadas e, a vinda de parcela deles, para o Brasil a partir das consequências da crise do sistema capitalista, que promovem a destruição e desigualdade para a humanidade em razão da competitividade pelo monopólio do mercado e da produção, ainda que seja a custos de guerras e ataques às soberanias.

Conforme o *Global Trends 2020* (Acnur⁴, 2020), entre 1951 e 2020, cerca de 84 milhões de pessoas, em todo o mundo, se deslocaram. Para Standing (2014), esses grupos migrantes interessam à acumulação capitalista em razão de sua vulnerabilidade socioeconômica, tornando-se passíveis à superexploração da sua força de trabalho, no limite, análoga à escravidão. Então, ao mesmo tempo em que esses sujeitos são marginalizados pelo sistema em seus países de origem, são destinados a outros países em que provavelmente exercerão trabalhos com baixos salários, sem ou com poucos benefícios.

Convém abrir breve parêntese para definir alguns termos: migração, migração forçada, refugiado, migração irregular, imigrante ou imigrado e divisão internacional do trabalho. Migração é a mudança permanente de residência entre locais distantes (Campos, 2017). A migração forçada é uma subcategoria de migração internacional que é considerada involuntária, incluindo fluxos de refugiados e solicitantes de refúgio (Reynolds, 2017). Dentro dessa subcategoria, refugiada é a pessoa que, devido ao fundado temor de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, pertencimento a um determinado grupo social ou opinião política, se encontra fora do país de nacionalidade e que não pode voltar, em virtude desse temor,

⁴ Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (Acnur).

ou não queira valer-se da proteção desse país no qual tinha residência habitual de acordo com a Convenção das Nações Unidas, Artigo 1^a (2), alterado pelo Protocolo das Nações Unidas (Ramirez; Moraes, 2017). Assim, os solicitantes de refúgio são imigrantes forçados que atravessaram as fronteiras em busca de proteção, mas que ainda não têm suas reivindicações deferidas (Reynolds, 2017). A migração irregular se dá em desconformidade com as hipóteses previstas em normas jurídicas que regem o ingresso e a permanência de estrangeiros em determinado país (Gediel, 2017). O imigrante ou imigrado é pessoa que deixou a sua terra natal para residir em outro espaço social (Ribas-Mateos, 2004 *apud* Silva L., 2017).

A definição de imigrante socialmente concebida é de pessoa que se desloca de um país economicamente menos favorecido e socialmente “atrasado”, no sentido civilizatório, para outro país mais favorecido e socialmente “avançado”. Por outro lado, o estrangeiro é associado como indivíduo originário de uma nação economicamente mais desenvolvida (Ribas-Mateos, 2004 *apud* Silva L.; 2017). A associação de possíveis “problemas sociais” às diferentes concepções socialmente construídas para imigrante/estrangeiro tem consequências sociopolíticas de diversas origens, inclusive de justificar o enquadramento de nacionalidades em um grupo de exploração de mão de obra. É nesse sentido que é útil refletir sobre a divisão internacional do trabalho como divisão da produção e das trocas comerciais entre diferentes países e a incidência entre as migrações internacionais recriando a pobreza em países ricos nos espaços de trabalho que exploram trabalhadores em condições precárias ou que os expulsam dos espaços produtivos (Segnini, 2017).

Os imigrantes oriundos do sul global são ainda mais vulneráveis – financeira e socialmente – e, em busca de inserção econômica, consideram como destino países industrializados, que estão concentrados no norte global (Ribeiro J., 2021, p.39). Todavia, conforme Basso (2013 *apud* Ribeiro J., 2021), existe uma tentativa de restringir os imigrantes do sul global à condição de “periféricos na periferia” quando o diálogo foi interrompido e o abandono do Pacto Global para Migração Segura, Ordenada e Regular da Organização das Nações Unidas (ONU)⁵ por

⁵ O Pacto Global para Migração Segura, Ordenada e Regular da ONU teve suas diretrizes definidas em uma conferência internacional realizada em Marrakech, capital do Marrocos, nos dias 10 e 11 de dezembro de 2018. Ao todo, 164 países aderiram ao Termo, que não contou com a adesão dos Estados Unidos. O país alegou que as diretrizes do Pacto eram divergentes da atual política do governo para imigração. É um documento abrangente que pretende, a partir da colaboração entre Estados-nação,

parte dos países do norte. Essas barreiras contribuíram para o decréscimo da taxa de imigração legal em países industrializados, de acordo com os dados do relatório *Migração Mundial em Números*, publicado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2010).

A imigração legal de tipo permanente de estrangeiros (cerca de 4.4 milhões) baixou 6% em 2008, este é o primeiro decréscimo após cinco anos com um aumento médio de 11%. [...] O decréscimo de fluxos continuou em 2009, com a imigração a baixar na maioria dos países da OCDE como resultado da crise econômica.

Basso (2013 *apud* Ribeiro J., 2021) alerta que está contida na política restritiva para a migração legal de imigrantes do sul global a suposta finalidade de “nenhuma migração”, que significa, em termos reais, “imigração sem nenhum direito”. Para Standing (2014), os sujeitos imigrantes são concebidos como “exército de reserva fantasma” alimentado pela migração “não documentada”. O autor explica que os trabalhadores não registrados ocupam empregos mal remunerados e podem ser demitidos a qualquer hora ou mesmo deportados. Assim, para o modo de produção capitalista, é vantajoso que esses sujeitos permaneçam sem documentos, pois eleva-se exponencial e repentinamente a produtividade em geral, na medida em que mais pessoas são recrutadas sem aparecer nas estatísticas, e o emprego, “misteriosamente”, cai mais do que a queda de produção e da demanda das recessões (Standing, 2014, p. 143).

Diante do fluxo de bolivianos ao Brasil, para esta pesquisa, é importante compreender o desenvolvimento das condições históricas e socioeconômicas da Bolívia que provocaram o deslocamento de um contingente populacional no quadro dos países das migrações sul-sul. Por isso, na seção a seguir, veremos elementos gerais da história da Bolívia e as condições sociais que contextualizam a migração de bolivianos.

2.2 MUNDO DA BOLÍVIA, LA TIERRA REVUELTA

Para Bakhtin (1997), os interlocutores são seres socialmente formados e suas vozes são constituídas por outras vozes, que enunciam em conformidade com a atividade comunicativa, estabelecida em uma determinada esfera extraverbal. Sendo

gerenciar a migração internacional, enfrentar seus desafios e fortalecer os direitos dos imigrantes, contribuindo para o desenvolvimento sustentável (Basso, 2013 *apud* Ribeiro J., 2021).

assim, estudar o gênero *caderninho* implica saber quem são esses bolivianos e de onde vem. Esta seção apresenta elementos da história da Bolívia e do desenvolvimento econômico do país que influenciaram diretamente as condições de vida e trabalho do povo boliviano que contextualizam as migrações. Para esse estudo, as leituras de Andrade (2007) e Fuser (2016) possibilitaram uma visão desde as primeiras crises internacionais que diminuíram o preço dos minérios até a disputa pela exploração do petróleo no início dos anos 2000.

Andrade (2007), na obra *A Revolução Boliviana*, situa a formação econômica capitalista da Bolívia a partir da consolidação da exportação de minérios, principalmente o estanho, “com uma economia rural atrasada de traços pré-capitalistas”. Até o início da década de 1920, a mineração era altamente rentável. A tonelada do estanho ultrapassava 917 dólares. O autor explica que, durante o período de alta da exportação e valorização da tonelada do estanho, o principal beneficiado foi um pequeno grupo de mineradores.

Entre 1900 e 1909 o estanho já representava em 40% do comércio exterior; entre 1910 e 1919 subia para 60%; entre 1920 e 1939 alcança 72%, e entre 1940 e 1949 chegou a 75% do total do comércio exterior do país. No entanto, essas crescentes exportações traziam pouco retorno para o desenvolvimento da economia nacional. Em primeiro lugar, pelos baixos impostos cobrados pelo governo, que durante muitos anos variaram de 3 a 5% do valor exportado, chegando a 13% em certos períodos mais curtos. Em segundo lugar, porque a exploração estava extremamente concentrada: Simon I. Patiño, em 1931, detinha 62% do volume de exportações em 1938 e Carlos Aramayo, 10% em 1934 (Guzmán, 1986, p.263-6). Esses grandes proprietários priorizavam a exportação bruta de minérios, sem investir no processamento dessas matérias-primas em solo boliviano (Andrade, 2007, p.27)

Frente ao que parecia ser uma base econômica sólida, Andrade (2007) desenvolve que após as crises da 1ª Guerra Mundial, de 1929 e da Guerra do Chaco, comprovou que a partir da queda dos preços os países latino-americanos seriam fortemente abalados. A concentração da produção citada anteriormente perdurou até 1952, quando as minas foram nacionalizadas pelo Estado boliviano, como resultado de efervescência política dos setores populares, mas até lá, o país já tinha se tornado extremamente dependente do mercado mundial. Dessa forma, a ruína das finanças públicas foi inevitável quando iniciou a queda internacional dos preços.

Em 1929 o orçamento para pagamento da dívida pública, feita com os bancos internacionais pelo colapso da queda dos preços, alcançava 37%, ao passo em que se aprofundava o encolhimento da produção, conseqüentemente, o desemprego e a inflação cresciam. Após a derrota na Guerra do Chaco em 1932 a 1935, os problemas se agravaram. A crise econômica abateu pesadamente a pequena burguesia e o proletariado urbano. A capitalização e a expansão da grande mineração foram interrompidas. A insatisfação crescente da pequena burguesia associou-se à do Exército que saía derrotado da guerra, mas pretendia se salvar do colapso em que o país estava mergulhado. Essa junção resultou no golpe militar em 1936 quando o coronel David Toro assumiu o poder político do país.

Com apoio popular e contra os interesses estadunidenses, David Toro estatizou a empresa Standard Oil, principal exploradora de petróleo na região, exportava ilegalmente e sonegava impostos. Essa mesma empresa que, a princípio era vista como aliada da Bolívia na Guerra do Chaco contra o Paraguai, foi responsabilizada por traição ao exportar clandestinamente petróleo para a Argentina, país pertencente ao grupo paraguaio de aliados.

Em 1938, German Busch sucedeu a David Toro. Comprometido com as linhas gerais do governo anterior, Bush convocou uma nova constituinte cujo resultado foi uma nova constituição mais progressista. Além de reservar ao Estado o papel de interventor na economia, incorporou e legalizou conquistas trabalhistas, introduziu conceito de função social da propriedade, proteções aos camponeses e às mulheres. De forma complementar promulgou o Código de Trabalho (Andrade, 2007, p.36-37). Em relação a exportação de minérios, o governo obrigou aos empresários mineiros depositarem no banco estatal 100% de toda a moeda estrangeira obtida com a venda de seus produtos, impondo de forma inédita o mínimo controle sobre a exportação de minérios.

As concessões econômicas à pequena burguesia e ao proletariado realizadas pelos dois governos militares não expressaram uma ruptura com o Estado oligárquico e, muito menos, o fim da crise do regime político que se aprofundava com a insatisfação popular reprimida. A partir de então abriu-se um período de golpes e contragolpes, marcado por mobilizações populares, principalmente dos mineiros, brutalmente reprimidas, provocando ainda mais revoltas populares. Se por um lado os partidos

representantes dos mineiros buscavam ao estar no poder político do país se recusando a atender aos interesses estadunidenses de diminuição do preço dos minérios, por outro, tentava-se conciliar os interesses dos mineradores com concessões de direitos aos trabalhadores e camponeses (Andrade, 2007).

As pressões contra todos os governos para atender aos interesses do mercado, capitaneados pelos Estados Unidos, tomava dimensão muito maior em razão da construção histórica que levou a Bolívia a depender economicamente dos EUA, conforme Pando (1984 *apud* Andrade, 2007, p.131) afirma:

A situação da economia boliviana teve grande importância nas decisões e nas opções políticas adotadas pelo governo, pois a economia, em 1952, era altamente dependente em relação aos Estados Unidos, para onde provinham 41% de suas importações. Do total da dívida externa do país, cerca de 60% eram com os norte-americanos. A extrema fragilidade e dependência da economia boliviana também eram devidas ao fato de que 97% dos produtos exportados em 1952 eram compostos por minerais, sujeitos a flutuações e manipulações dos mercados internacionais (Pando, 1984 *apud* Andrade, 2007, p.131).

Apesar de avanços conquistados pelos bolivianos na revolução em 1952, como a nacionalização da mineração, as limitações impostas pela influência dos EUA, permitiram em 1964 o país entrar em mais um período de ditadura militar que durou até 1982. Para Fuser (2016), a efervescência política que pôs fim à ditadura militar, criou as condições para a antecipação das eleições presidenciais em 1985, que elegeram, com apoio dos latifundiários de Santa Cruz, Vitor Paz Estenssoro, da Acción Democrática Nacionalista (ADN), iniciando um período de “Democracia Pactuada” com alternância de poder entre os principais partidos políticos⁶, com características próximas à “Política de Café-com-Leite” no Brasil.

A Nova Política Econômica aplicada pelo governo Estenssoro eliminou a proteção às indústrias nacionais, reduziu drasticamente os gastos públicos, fomentou o setor privado para o mercado de trabalho, abriu o país aos investimentos estrangeiros, fechou as estatais deficitárias e iniciou a privatização em setores estratégicos da economia, como eletricidade, telecomunicações e extração de hidrocarbonetos. Essas medidas foram aprofundadas no governo Gonzalo Sánchez de Lozada (1993-1997), em

⁶ Cinco partidos fundamentais: MNR (Movimiento Nacionalista Revolucionário), ADN (Acción Democrática Nacionalista), MIR (Movimiento de Izquierda Revolucionária), CONDEPA (Conciencia de Patria) e UCS (Unión Cívica Solidaridad).

que uma série de empresas estatais, que representavam 12,5% do PIB boliviano, foram privatizadas. As demissões de milhares de mineiros, operários e servidores públicos, somadas à falta de orçamento público devido à privatização de empresas estatais, levou o Estado boliviano a uma situação de insolvência, dificultando ao governo obter recursos para pagar o déficit fiscal, o que significou passar a depender de ajuda externa (Fuser, 2016).

Segundo Fuser (2016), o presidente Hugo Banzer do ADN (eleito em 1997) instituiu o programa *Plano Dignidade*, financiado pelos Estados Unidos, para acabar com a plantação de coca no país. Essa operação militar travou um grande conflito com os cocaleros, que, tendo o cultivo como sua principal fonte de sobrevivência, impuseram grande resistência ao programa. Foi nesse contexto que o líder cocalero aimará Evo Morales se tornou uma figura pública ao ponto de ser eleito deputado⁷ para a Assembleia em 1997. Além de instituir o Plano, o governo privatizou a empresa de fornecimento de água, que passou a ser gerida por duas empresas: uma estadunidense e a outra italiana. No seio das manifestações populares e indígenas contra as medidas antipopulares adotadas ao longo dos governos da “democracia pactuada”, surgiu o *Movimiento Al Socialismo – Instrumento Político para la Soberanía de Los Pueblos* (MAS-IPSP), que convergia a pauta de vários movimentos sociais e deu força à conquista da reestatização da empresa de água, evidenciando que o caminho era a luta pela soberania nacional e pela nacionalização das riquezas naturais.

Ainda no cumprimento da “Democracia Pactuada”, Gonzalo Sánches de Lozada, reeleito para a presidência em 2003, realizou um consórcio entre empresas transnacionais, que transportavam o gás do campo de Margarita, na Bolívia, para um porto chileno, de onde iria para a América do Norte ser vendido 20 vezes superior ao que recebia a Bolívia pelos royalties. A reação popular veio com a “Agenda de Outubro”, que pautava a “revisão da Lei dos Hidrocarbonetos, o controle pelo governo e a industrialização do gás”. A crise política chegou ao ponto de Lozada renunciar ao governo e deixar o vice-presidente, Carlos Mesa, no cargo. Mesa propôs um projeto que

⁷ Na Bolívia, o parlamento nacional se chama Assembleia Legislativa Plurinacional. É composta por 166 membros eleitos representantes dos departamentos, sendo: 130 deputados e 36 senadores. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA PLURINACIONAL DA BOLÍVIA. In: WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Assembleia_Legislativa_Plurinacional_da_Bol%C3%ADvia#:~:text=A%20Assembleia%20Legislativa%20Plurinacional%2C%20anteriormente,presidido%20Vice%2Dpresidente%20da%20Rep%C3%BAblica. Acesso em: 28 de agosto de 2022.

aumentava os impostos sobre alguns campos de petróleo/gás natural. Em contraposição, o MAS propôs a revisão de todos os contratos e a cobrança de 50% de impostos em todos os campos. Em caráter intermediário das duas posições, o Congresso boliviano aprovou, em 2005, a nova Lei Geral de Hidrocarbonetos, que, mesmo não atendendo na totalidade as aspirações populares, ia na contramão dos interesses do FMI e do Banco Mundial, que pressionaram o presidente Mesa a não promulgar a lei. Manifestações populares gigantescas por todo o país tornaram a situação insustentável e, assim como Sánchez, Mesa renunciou.

Nas eleições antecipadas, em 2005, o MAS obteve 52% dos votos, rompendo com a “democracia pactuada” e elegendo Evo Morales conforme aspirações populares, que o comprometia com a retomada pelo Estado do controle da indústria do petróleo e do gás natural, para aumento da arrecadação do Estado e mais investimento nas áreas sociais. De forma limitada diante do esperado pelos movimentos sociais, Morales reafirmou a propriedade estatal sobre o petróleo e o gás natural, aumentou as receitas fiscais do Estado mediante a renegociação dos contratos com as empresas estrangeiras, estabeleceu o protagonismo estatal no setor de hidrocarbonetos recuperando o controle acionário sobre os ativos das empresas “capitalizadas” durante o período neoliberal e com a criação de bases para uma política de industrialização, tipicamente desenvolvimentista, que permita à Bolívia transformar o seu gás natural em produtos de maior valor agregado, como fertilizantes e plásticos.

As medidas econômicas adotadas por Morales tiveram efeitos positivos na economia em geral, propiciando à Bolívia ótimos indicadores macroeconômicos, com crescimento médio do PIB de 5,2% nos três primeiros anos de governo. Esses resultados aumentaram o apoio popular a Evo Morales, levando-o à reeleição em 2009 e fortaleceram o apoio à Assembleia Nacional Constituinte. O desenvolvimento econômico foi acompanhado de melhorias sociais, como o aumento do salário mínimo de 440 bolivianos, em 2005, para 1646 bolivianos, em 2015, enquanto o desemprego caiu de 8,1% para 5,5%. Também ocorreu queda no nível de pobreza, que foi de 60,6%, em 2005, para 49,9%, em 2010 (Fuser, 2016).

Reeleito em 2019, Morales foi acusado de fraude pela oposição. Para mediar a situação, o presidente eleito aceitou a proposta dos opositores, que consistia em delegar à Organização dos Estados Americanos (OEA), liderada pelos Estados

Unidos da América, maior interessado na retomada das medidas liberais de exploração e exportação de petróleo, a regularidade do pleito. Em 48 horas, a OEA declarou irregularidades no pleito, precipitando o golpe contra o presidente legitimamente eleito.

Os efeitos das sucessivas crises políticas, em especial as que antecederam a eleição de Evo Morales, empurraram o povo para uma condição de vida e trabalho precárias. É o que justifica, em parte, o deslocamento de bolivianos para outros países. Desde o século XIX, estimativas apontam que aproximadamente 20% da população boliviana migrou principalmente para a Argentina (Baeninger, 1999 *apud* Ribeiro J., 2021, p.51); para os Estados Unidos; para países da União Europeia – dos quais se destacam Espanha e Itália -; para Israel, para o Japão e para a Austrália; bem como, mais recentemente, para o Brasil, o Peru e a Venezuela; (Hinojosa Gordonava, 2004; 2008; 2009; de La Torre, 2006 *apud* Ribeiro J., 2021, p.51). Amaral (2017) afirma que as maiores concentrações de imigrantes saem dos departamentos de La Paz e Cochabamba, região em que está a cordilheira dos Andes, em municípios rurais ou de baixa urbanização, porção do país mais distante do Brasil.

Ao aprofundar sobre os elementos sociais e econômicos da Bolívia pretendíamos, além de contextualizar o processo de migração de bolivianos, possibilitar a reflexão de como um país, dada as riquezas nacionais, foi subjugado à condição de país atrasado industrialmente, exportador de matéria prima, dependente economicamente de outro país, com estreita margem de possibilidade de crescimento econômico que possibilitasse melhores condições de vida e trabalho ao próprio povo. Em relação ao Brasil, na seção a seguir, tem por objetivo traçar proximidades históricas com a Bolívia no que diz respeito à entrega por parte da elite nacional ao mercado internacional das riquezas naturais e, além disso, do próprio povo como mão de obra a ser superexploradas.

2.3 MUNDO DOS QUINHENTOS ANOS DE BRASIL, E O BRASIL AQUI MUDOU?

Propomos nesta seção reflexões sobre a relação entre presente e passado do modo de produção no Brasil. A música “A vida é desafio” de Racionais MC, lançada em 2002, faz uma crítica à relação étnica-racial entre pessoas negras e brancas. A

composição expõe que as diferenças de oportunidades de acesso à educação, emprego e renda se dá pela perpetuação do racismo estrutural que se arregimentou desde a escravidão. Por este motivo, na música é afirmado que “500 anos de Brasil e o Brasil aqui nada mudou”. Motivados por este exercício de pensar o trabalho escravo na atualidade e raízes históricas, questionamos sobre o que mudou desde o período colonial até a contemporaneidade.

Dessa forma, nós nos apoiamos na perspectiva de Gondim (2019) de que é necessário compreender como a cultura e práticas sociais escravocratas e o passado colonial possibilitaram a perpetuação da exploração dos trabalhadores. Nesse sentido, utilizamos dos estudos de Marquese (2004) e Faleiros (2001) que tratam da resistência dos senhores de engenho em dar fim ao regime escravocrata.

A ordem da economia colonial nas Américas no século XIX foi abalada pela Revolução Industrial, que, por meio da Inglaterra, sob o discurso humanitário, pressionava os países que resistiam a dar fim ao regime escravista. Por trás desse discurso de igualdade haviam objetivos econômicos bem delimitados: abrir mercado consumidor para a produção mecanizada. Para isso, era necessário pôr fim ao tráfico negreiro e libertar os negros escravizados, reduzindo a capacidade de produção dos países não industrializados e aumentando os custos, tornando-os menos competitivos no mercado internacional (Marquese, 2004).

Marquese (2004) defende que, no Brasil, o governo e os senhores de engenho relutaram contra o fim do tráfico de pessoas e à escravidão pelo impacto negativo que causaria nos custos de produção. Ao mesmo tempo, não se podia desprezar pressões inglesas, o que fez com que surgissem debates de como manter a mão de obra escrava sem precisar do tráfico transatlântico, assegurando o crescimento do quantitativo de escravizados, para dar conta de todo o território que ainda era possível de ser explorado pela *plantation*, e, deter as revoltas e manter a subordinação.

O autor expõe debates entre governantes, senhores, juristas e letrados a respeito do modo de administração de escravos, a partir da análise de: tratados morais, manuais agrícolas, obras econômicas e leis das principais regiões escravistas da América, especificamente Brasil, Caribe (inglês e francês), Cuba e Estados Unidos.

Um dos materiais analisados por Marquese (2004) é o *Manual do Agricultor Brasileiro*, de Carlos Augusto Taunay, impresso pela primeira vez em 1839, que não se

limitava a orientar tecnicamente o manejo da terra para o plantio. O Manual concentrava-se principalmente em apresentar uma sistemática sobre a gestão dos escravos, baseada em três princípios: disciplina, coação e medo. O autor do Manual fundamentava o emprego do trabalho escravo no Brasil pela alegada inferioridade racial do africano e, por isso, valer-se da imagem do regime militar para caracterizar o padrão disciplinar ideal a ser obedecido na gerência da propriedade rural escravista (Marquese, 2004, p.273):

O modo de proceder na alimentação também era ocasião de fazer os escravos sentirem o preceito disciplinar, eixo da gerência do trabalho nas propriedades rurais: ‘o método de tomar o alimento não é menos necessário à saúde do que a suficiente quantidade, e portanto, em uma fábrica bem disciplinada, os escravos deverão comer juntos, e em ranchos de cinco, ou dez, três vezes ao dia [...]’.

A orientação aos senhores era no sentido de manutenção dos corpos dos negros escravizados pela concepção de que a preservação era necessária, não pela perspectiva humanitária, mas por serem o capital do senhor. Nesse sentido, as vestimentas e habitações deveriam ser conservadas para proteção do corpo, manter o negro útil para a produção, e como elemento disciplinador. Recomendava-se que os feitores fizessem inspeção nas senzalas para assegurar o controle sanitário.

Os “bons tratos” dados pela garantia da alimentação, vestimentas e moradia não eram suficientes para impedir as revoltas dos negros escravizados, para isso, Taunay orientava o uso da coação e do medo para o controle de forma consciente para garantir o principal: forçar os negros escravizados a cumprirem as determinações laborais do senhor. A coação era feita pela vigilância assídua, já o medo era interiorizado pela aplicação dos castigos de acordo com as máximas “aplicados com moderação, com razão, proporcionados à qualidade da culpa e conduta do ‘delinquente’ e executados à vista dos demais escravizados” (Marquese, 2004, p. 276).

Taunay alertava que, mesmo com comida, roupa, moradia, coerção e medo, poderia haver resistência dos escravizados às tentativas de manutenção da escravização e, para isso, propunha inculcar a doutrina do catolicismo romano para, supostamente, transformar a percepção dos negros escravizados em relação aos senhores, não mais como proprietários ou tiranos, mas como pais, a quem deveriam amar e servir para merecerem as bênçãos dos céus. Marquese (2004, p.275), descreve as orientações de Taunay:

O dia ideal para a propagação da doutrina cristã era o domingo, data à primeira vista sem utilidade por se tratar do descanso semanal, mas que se organizado convenientemente pelo senhor, tornar-se-ia o mais adequado para ‘conservar a boa ordem e subordinação’. Desse modo, do nascer do sol até as dez horas, as roupas usadas durante a semana e as senzalas seriam limpas, tudo sob inspeção rigorosa do feitor; das dez até o jantar, seria celebrada uma missa [...]; por fim, após o jantar, os escravos teriam permissão de realizar seus folguedos africanos, distribuindo o senhor a cachaça entre os cativos [...].

Por último, era necessário criar mecanismos de controle interno aos próprios negros escravizados, ou seja, interlocutores dos senhores que pudessem dirimir tensões, assim, os senhores premiavam negros escravizados de “boa conduta” ao cargo de “feitores inferiores”. Na prática, esses negros ganhavam uma roupa um pouco melhor e não mudava em nada a quantidade de trabalho que realizavam antes de serem promovidos. Serviam como “modelo” a ser seguido pelos demais para que também tivessem o “reconhecimento” da boa conduta.

Essa série de mecanismos dispostos no Manual, a fim de arregimentar a administração dos escravos, também se justificava pela preocupação que tinham os senhores de engenho com os prejuízos advindos da alta taxa de mortalidade dos negros escravizados que não seria resposta caso aplicada a proibição do tráfico negreiro. A solução apresentada pelos pensadores da Teoria de Administração de Escravos era de estimular a constituição de famílias entre os negros, incentivando o crescimento vegetativo, para que houvesse a tendência dos negros se multiplicarem ou, pelo menos, que fosse conservado o mesmo quantitativo de escravizados. As consequências desse estímulo foram várias: interrupção do trabalho das negras gestantes por dois meses antes de parirem e dois meses depois para cuidar do negro recém-nascido, com objetivo de “domesticá-los” e “moldá-los” em consonância com os anseios do senhor para ter “trabalhadores robustos e disciplinados que amassem aos seus senhores” se tornando uma geração mais instruída do que a vinda nos navios negreiros (Marquese, 2004).

Outro autor oitocentista importante na defesa da família escrava como elemento disciplinador dos escravizados para manutenção dessa mão de obra, foi Francisco Peixoto de Lacerda Werneck. Fazendeiro com experiência de anos no cultivo do café e líder na região de Vassouras - RJ, com a obra *Memória sobre a fundação de uma fazenda na província do Rio de Janeiro* manifestava reflexões ao âmbito específico da cafeicultura fluminense. Marquese (2004) expôs que a obra de Werneck desde o início, destacava a preocupação com a saúde dos negros escravizados, para mantê-los

vivos e subjugados. Werneck fez uma série de recomendações para as construções das senzalas que influenciou, inclusive, o padrão arquitetônico dos *baracones* cubanos. O fazendeiro compartilhava dos princípios de disciplina defendida por Taunay, por isso, prescrevia um “toque de chamada” para a classificação dos negros escravizados em filas conforme o sexo, altura, fosse feita a revista pelos feitores, distribuição de ferramentas e organização da ida ao campo. Todo esse processo deveria ser acompanhado pelo administrador, que, após a ida dos escravizados aos campos, deveria se ocupar da inspeção dos terreiros.

A maior diferença entre Taunay e Werneck era a ênfase dada pelo último à importância de os senhores permitirem aos negros escravizados usufruir de roças próprias. Para Werneck, conforme cita Marquese (2004, p. 283),

O fazendeiro deve, o mais próximo que for possível, reservar um bocado de terra onde os pretos façam suas roças; plantem seu café, o seu milho, feijão, banana, batata, cará, aipim, cana etc. Não se deve porém, consentir que a sua colheita seja vendida a outrem, e sim a seu senhor, que deve fielmente pagar-lhe por um preço razoável, isto para evitar extravios e súcias de taberna. Esse dinheiro serve-lhe para o seu tabaco, para comprar sua comida de regalo, sua roupa fina, de sua mulher se é casado, e de seus filhos. [...] Essas suas roças, e o produto que delas tiram, faz-lhe adquirir certo amor pelo país, distraí-los um pouco da escravidão, e entreter com esse seu pequeno direito de propriedade. [...] O extremo aperreamento desseca-lhes o coração, endurece-os e inclina-os para o mal. O senhor deve ser severo, justiceiro e humano.

Acreditava-se, portanto, que, nessas condições, o negro escravizado se tornaria “domesticado” para continuar servindo aos senhores de engenho e aos governantes como mão de obra escrava e satisfeita, assim como asseguraria o crescimento populacional de negros que, escravizados desde o nascedouro, com simpática retribuição ao senhor pelos “cuidados” lhe serviria melhor até que os negros sequestrados da África e o principal: manteria a continuidade da ordem da economia colonial no Brasil.

Apesar da resistência do governo e dos senhores de engenho, a política britânica de combate à escravidão para o fim do tráfico negreiro continuou, mesmo com as tentativas internas de resistência dos senhores de engenho e o esforço das teorias oitocentistas. Em 1845, com o Ato de Aberdeen, cruzadores da marinha britânica passaram a apreender navios brasileiros suspeitos de realizarem tráfico de negreiro e levá-los a julgamento. Em resposta às pressões como desse episódio, em 1850, o

governo brasileiro promulgou a Lei Eusébio de Queiroz (Lei nº 581, 1850) que criminalizava o tráfico negreiro. A Câmara dos Deputados e a elite brasileira passaram a se articular para amenizar os danos aos proprietários rurais e à agricultura que poderiam perder com a gradual emancipação dos escravos (Silva, Vasconcelos, Lira, 2021). Nesse sentido, em 1871, foi aprovada a Lei nº 2.040 conhecida como a *Lei do Ventre Livre*, que tornava livre todos os filhos de escravizadas nascidos após a data da promulgação.

O dispositivo legal que veio junto com a nova lei foi a instituição do Fundo Público Financeiro (art.3), constituído por recursos financeiros dos valores arrecadados de taxas e impostos sobre escravizados, loterias, multas e contribuições. Silva, Vasconcelos e Lira (2021) explicam que o Fundo instituído deveria ser administrado pelo governo imperial, destinado à compensação dos senhores de escravos pela propriedade perdida (escravos). Tornando-se o maior aparato burocrático emancipacionista das Américas, o Fundo mobilizou o levantamento do número de escravos existentes, que se materializava na forma do registro denominado “Matrícula Especial”, realizado sob a responsabilidade direta de agentes públicos e não públicos (como párocos e associações), com dados iniciais para a formação do Fundo. Sobre a importância desse registro Silva, Vasconcelos e Lira (2021, p.3) destacam que o levantamento da população escravizada servia de base para o cálculo do número de escravizados a serem libertos e da quantia financeira (quota) do Fundo de Emancipação destinada para cada província do Império. Em decorrência disso, desenvolveu-se o sistema de registro contábil com dois objetivos contábeis (o escravo e o seu senhor) lavrados em livros distintos.

Faleiros (2001) apresenta a relação entre o fim do tráfico de escravizados no Atlântico Sul e o incentivo da imigração para o Brasil em vistas de suprir a necessidade de trabalhadores na produção agrícola, em particular, nas lavouras de café. O Estado brasileiro, em 1885, fundou a Hospedaria do Imigrante para servir de refúgio para estrangeiros que chegavam em condições de extrema vulnerabilidade. A Hospedaria, conforme explica o autor, tinha um sentido estratégico ao oferecer comida, tratamento médico e camas aos recém-chegados. Com o objetivo de centralizá-los territorialmente, os fazendeiros tinham por objetivo distribuí-los não apenas pelo território brasileiro, como também pela América do Sul. Tratava-se de “um grande mercado de carne humana para onde dirigiam-se os ricos fazendeiros de café que desfilavam, [...] pelos pátios e corredores, empunhando contratos de trabalho e escolhendo, um a um, os

núcleos familiares que iriam compor seu exército de mão-de-obra” (Faleiros, 2001, p.95).

O espectro do escravismo, sempre presente e enraizado nas estruturas do cotidiano, mediava também as relações socioeconômicas entre os latifundiários e homens livres pobres, dessa forma, com o imigrante não foi diferente. Por esta razão, ainda após a abolição da escravatura e, supostamente, nos marcos de um mundo de pessoas livres, a sociedade brasileira se manteve intensamente marcada pelo binômio homem/coisa originário de mais de três séculos de escravidão (Faleiros, 2001, p. 98).

Com a promulgação da Lei Áurea, em 1888, a posse e a extensão territorial passaram a ser a unidade de poder da elite. Os negros escravizados, agora livres, sem nenhuma indenização que a eles propiciasse condições de verdadeira autonomia ou liberdade, desprovidos de posse de terras, se submetiam a nova relação de trabalho em troca de alimentação e moradia do proprietário das grandes fazendas. Nesse contexto social, foi mantida a relação de subordinação no trabalho em condições análogas à de escravo apesar do regime de salários e, sem impedir, a ocorrência da servidão por dívidas.

Desde o século XIX até os dias atuais, para muitos trabalhadores, a condição degradante do trabalho foi alterada apenas superficialmente, pois ainda permanecem em situação de miserabilidade no agronegócio, nos garimpos, nas carvoarias, na prostituição, na construção civil e nas oficinas de costura, sendo vítimas dos traços da escravidão que são mantidos vivos entre nós (Gondim, 2019).

A ausência do Estado como agente coercitivo à perpetuação dessa condição de trabalho é problematizada por Viera (2003 *apud* Gondim, 2019). Somente em 1940 o país registrou no Código Penal, no artigo 149, a tipificação da redução a condição análoga à de escravo com previsão de pena de reclusão de dois a oito anos. Apesar da criação do artigo, os legisladores não explicitaram o que consistia em crime e não delimitaram o que seria a tal “condição análoga” de modo a enfraquecer a aplicação da lei.

Em 2003, após a condenação do Brasil, na Corte Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA), pelo caso de trabalho escravo na fazenda Espírito Santo, localizada no sul do Pará, ocorrido em 1989, que medidas pela busca da erradicação do trabalho em condição análoga à de escravo foram

adotadas. A primeira foi a criação de grupos móveis de fiscalização no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), em 1995. Em 1998, houve a promulgação da Lei nº 9.777 que alterou o art. 203 do Código Penal – CP. A partir da apresentação da PEC do Trabalho Escravo nº 438/01 o art. 243 da CRFB/1988 passou a permitir a expropriação de imóvel em que foi constatada a exploração de trabalho escravo (EC nº 81/2014). A extensão do seguro-desemprego aos resgatados em situação análoga ao escravo passou a existir em 2002.

Foi apenas em 2003 que ocorreu a alteração do tipo penal do crime de exploração em condição análoga à de escravo pela Lei nº 10.803/2003, explicitando as hipóteses caracterizadoras. No mesmo ano, foi lançado 1º Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo e a instituição da Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo (Conatrae). O surgimento da ‘lista suja’ se deu no âmbito do MTE (2004) e a formalização, em 2005. Em 2008, foi aprovado o 2º Plano Nacional de Erradicação ao Trabalho Escravo.

Afinal, o que é trabalho escravo?

Para Brito Filho (2014 *apud* Gondim, 2019, p.30), do ponto de vista técnico-jurídico, não seria adequado usar o termo “trabalho escravo” uma vez que a Lei Áurea em 1888 aboliu a escravatura no Brasil, e, com base nisso, o que ocorre é a existência de um “trabalho em condição análoga à de escravo” pois, não sendo a escravidão mais um ordenamento jurídico, não se pode admitir que a pessoa humana, mesmo em razão de conduta ilícita de outrem, possa vir a ser escrava; no máximo ela estará em condição análoga”.

Além da conceituação defendida por Brito Filho (2014 *apud* Gondim, 2019), Gondim (2019) sugere que existem vários outros termos cuja finalidade é tratar da mesma realidade jurídica, ainda presente em nossos dias: Palo Neto (2008 *apud* Gondim, 2019) defende o uso do termo “trabalho escravo contemporâneo”, enquanto Melo (2003 *apud* Gondim, 2019) apresenta “formas modernas de escravidão”, já Galdino e Lopes (1993 *apud* Gondim, 2019) “escravidão por dívida, escravidão branca”, Cavalcanti (2016 *apud* Gondim, 2019) empenha “neoescravidão” e Severo (2017) “escravidão contemporânea”.

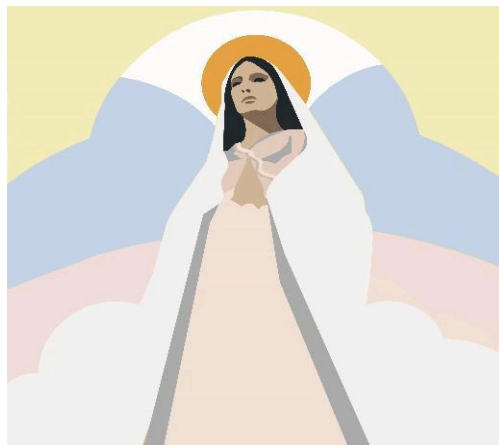
Neste trabalho adotamos a forma reduzida “trabalho escravo” do termo “trabalho análogo ao escravo”, conforme consta no art.149 do Código Penal brasileiro,

que tipifica como crime a submissão a trabalhos forçados, à jornada exaustiva, a condições degradantes de trabalho, ou a restrição de locomoção em razão de dívidas contraídas com o empregador ou preposto. São figuras equiparadas descritas no parágrafo primeiro do mesmo dispositivo, cercear o uso de qualquer meio de transporte por parte do trabalhador, manter vigilância ostensiva ou se apoderar de documentos ou objetos pessoais do trabalhador, todas cometidas com o fim de reter o trabalhador no local de trabalho.

Ante o exposto, analisaremos, a seguir, como o trabalho escravo se torna uma realidade dentro da cadeia de produção têxtil e de confecção, especificamente no setor das oficinas de costura e quem são esses trabalhadores.

PARTE II

2.4 MUNDO DA MIGRAÇÃO DE BOLIVIANOS PARA O BRASIL



*Virgen morena linda
patrona de mi nación
sollozando a tus piés
te canto esta canción.*

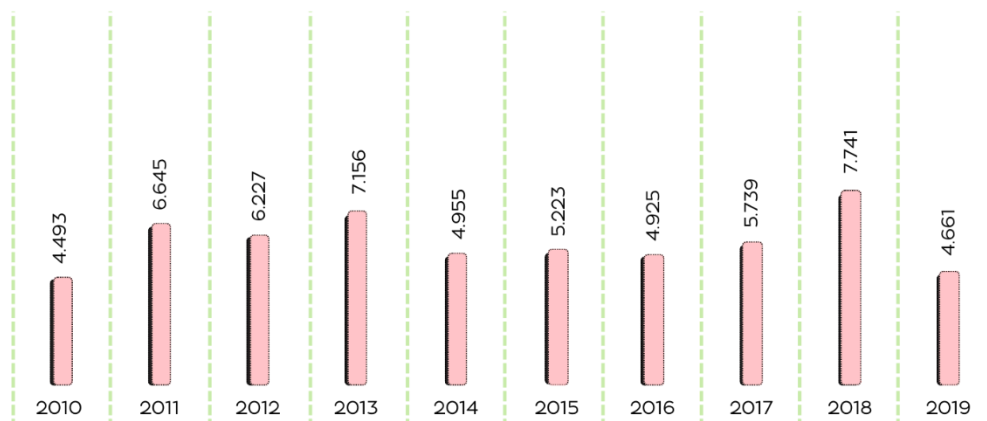
*Virgen de Copacabana
pedimos tu bendición
a este suelo brasileño
que nos dio su
protección.*

Canto à Virgem de
Copacabana,
Félix Flores

O *Canto à Virgem de Copacabana* retrata, primeiro, a preservação da devoção a santa boliviana, reafirmando a cultura, segundo, dá indícios da representação do Brasil como uma nação protetora. Contraditoriamente, segundo os dados do MTE (2005) mostram que ainda há muitos desafios para que o território brasileiro seja plenamente protetor àqueles que chegam aqui. Para compreender como os bolivianos se estabelecem, apresentaremos adiante dados sobre a entrada no país, o volume demográfico que representam, a legislação a qual são assistidos e em que medida são atendidos por serviços públicos ou políticas públicas.

Aproximadamente 57.765 bolivianos chegaram ao Brasil, de 2010 a 2019, principalmente pela fronteira com o Mato Grosso do Sul (Cavalcanti, 2021). Esse estado-membro ocupou a 16ª posição em participação no Produto Interno Bruto (PIB) nacional em 2019 (IBGE, 2019) e o 10º lugar em Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) (IBGE, 2010). Tanto o índice do PIB, quanto o IDH, sinalizam que as fragilidades econômicas do estado receptor reverberam no financiamento de políticas públicas. Essa preocupação em atenuar o impacto do crescimento populacional, principalmente, na cidade de Corumbá, município de porta de entrada, é defendida por Araújo; Filartigas; Carvalho (2015).

Gráfico 1 - Número de registros de bolivianos de longo termo/residentes, por ano de entrada, 2010 a 2019



Fonte: Elaborado pela autora com base nos números de Cavalcanti (2021)

São dados significativos, mas é provável que não revelem o número real de imigrantes que atravessaram a fronteira. Conforme explica Ribeiro J. (2021), há uma parcela significativa de bolivianos que entram no país em situação irregular, por meio dos chamados “coiotes”, brasileiros e bolivianos que operacionalizam a migração ilegal, produzindo e comercializando documentos falsos, providenciando o deslocamento da fronteira até as grandes cidades, principalmente, São Paulo – SP.

Essas redes migratórias se aproveitam da expectativa, nutrida pelos imigrantes, de transformação da própria realidade, como um dos recursos usados para atrair trabalhadores e abastecer, por exemplo, a produção global da costura (Ribeiro J., 2021, p.49). Os imigrantes em situação irregular acabam sendo mais vulneráveis ao assédio de “coiotes” ou “gatos” com ofertas de bons empregos, mas que ao chegar nos locais de trabalho são coagidos a trabalhar em condições de superexploração. Por medo de serem denunciados pela condição irregular ou pela própria necessidade de garantir qualquer forma de subsistência, muitos trabalhadores se submetem à violência. Sobre a questão da regularização como medida protetiva dos imigrantes e o acesso à educação, bem como programas sociais, é que abordaremos na seção a seguir.

2.4.1 Brasil, Pátria Gentil?

Nesta seção, nos propomos a refletir como o Estado brasileiro, para além das leis de anistia, atende aos imigrantes em políticas públicas ao ponto de verificar se,

conforme o hino nacional brasileiro, ser “mãe gentil” para os “filhos deste solo” se estende também aos que aqui não nasceram, mas aqui chegaram e se estabeleceram. Por isso, o primeiro elemento de discussão são as medidas de regularização, em seguida, o atendimento na rede pública de ensino em todos os níveis e etapas e, por último, o quantitativo de bolivianos cadastrados no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico).

No Brasil, a Lei nº 6.815, de agosto de 1980, conhecida como Estatuto do Estrangeiro, concebia o estrangeiro como estranho e potencial ameaça. Sob essa justificava, restringia-os como sujeitos sem direitos, a serviço da produção de riquezas para o Brasil e ao povo brasileiro (Rodrigues; Silva, 2018). Porém, os marcos conceituais e legais expressos na Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados vigente a partir de 28 de julho de 1951, no Protocolo sobre o Estatuto dos Refugiados de 31 de janeiro de 1967, na Convenção de 1969 da Organização da Unidade Africana (OUA) e na Declaração de Cartagena de 1984 tiveram efeito sobre a legislação brasileira quando o Estatuto do Estrangeiro foi substituído pela nova Lei de Migração - nº 13.445, de maio de 2017, em que o migrante, incluindo o refugiado, é estabelecido como pessoa portadora de direitos.

Essa mudança é significativa uma vez que contribui para a superação dos valores históricos da lógica de dominação colonial em que os negros escravizados e os imigrantes que chegaram ao Brasil, tinham como papel social o dever de produção econômica.

Apesar da existência do Estatuto do Estrangeiro, foram criadas e promulgadas leis de anistia com objetivo de reduzir a quantidade de imigrantes em situação irregular, ou seja, indocumentados. São elas: Lei nº6964, de dezembro de 1981, Lei nº7685, de dezembro de 1988, Lei nº9675, de junho de 1998 e Lei nº 11.961, de julho de 2009.

Para esta pesquisa, vamos nos concentrar na Lei de Anistia Migratória nº 11.961, de julho de 2009 que “dispõe sobre a residência provisória para o estrangeiro em situação irregular no território nacional e dá outras providências” e estabelece que

Art. 1º Poderá requerer residência provisória o estrangeiro que, tendo ingressado no território nacional até 1º de fevereiro de 2009, nele permaneça em situação migratória irregular.

Art. 2º Considera-se em situação migratória irregular, para fins desta Lei, o estrangeiro que:

I - tenha ingressado clandestinamente no território nacional;

II - admitido regularmente no território nacional, encontre-se com prazo de estada vencido; ou

III - beneficiado pela Lei no 9.675, de 29 de junho de 1998, não tenha completado os trâmites necessários à obtenção da condição de residente permanente. (BRASIL, 2009, s/p)

Mesquita (2016, p. 43) discute os impactos das leis que tratam da migração no Brasil e os processos de anistia para os bolivianos. A autora explica que, em 1988, entre as diferentes nacionalidades solicitantes de anistia e presentes na cidade de São Paulo, sobre isso, afirma que

Os bolivianos, entretanto, aparecem como maior número de solicitantes na anistia de 2009, representam sozinhos mais de 40% dos pedidos (16.881); em segundo lugar ficaram os chineses com (5.492) seguido por peruanos (4.642) e paraguaios (4.135). O que se pode observar através destes dados é que apesar do medo, a quantidade de documentação a ser apresentada e os fatores já anunciados acima, o processo de anistia através dos anos demonstra uma tendência crescente em termos de pedidos de regularização.

A regularização da documentação pode fortalecer e incidir para o aumento das possibilidades de combate à superexploração do trabalho, pois o imigrante documentado pode ter mais possibilidades de inserção no mercado de trabalho formal e garantia de acesso a outros direitos sociais. Nessa perspectiva de estabelecimento dos bolivianos no país, com acesso aos serviços públicos, consideramos que a educação é instrumento fundamental para a permanência dos bolivianos que trazem consigo crianças e, para os próprios adultos que buscam formação para qualificação profissional.

Conforme dados do Censo Escolar do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), ao longo do período de 2010 a 2020, matrículas de imigrantes cresceram regularmente em todas as etapas de ensino, conforme evidencia a tabela a seguir.

Tabela 1 - Número de matrículas de bolivianos por etapa de ensino, segundo o ano, conforme o Censo Escolar e Censo Superior

Ano	Etapa de ensino - Censo Escolar						Censo Superior
	Educação infantil	Fundamental	Ensino Médio	Técnico	EJA	Não especificada	
2010	619	3807	563	22	278	50	98
2011	651	4136	720	27	262	57	136
2012	877	4792	1013	33	345	92	155
2013	1131	4972	1164	60	337	304	165
2014	1156	5380	1345	86	321	376	218
2015	1144	5552	1487	92	329	524	259
2016	1012	5286	1624	103	361	417	285
2017	1013	5238	1583	110	356	444	289
2018	963	5552	1460	114	365	236	323
2019	1470	5948	1503	121	363	269	316
2020	1918	6989	1653	133	354	33	-

Fonte: Elaborada pelo OBMigra, a partir dos dados do Inep - Censo Escolar 2010 a 2020 e Censo Superior 2010 a 2019

A forte presença de crianças bolivianas, na faixa etária de 6 a 14 anos, no ensino fundamental chama a atenção. É a etapa de ensino com maior número de matrículas de bolivianos e, em contraste com o número de matrículas no ensino médio, constata-se a continuidade dos estudos nas etapas de ensino seguintes. O número de matrículas, no ensino técnico, quase dobrou de 2012 para 2013 e praticamente quadruplicou de 2012 para 2020. O ensino superior também registrou crescimento de matrículas, passando de 98, em 2010 para 316, em 2019. O que demonstra interesse por parte dos bolivianos em extrapolar a lógica de migração para trabalho, buscando, portanto, assegurar a formação das crianças e adolescentes e a autoqualificação.

No campo da educação, fazem-se necessários alguns apontamentos sobre a aprendizagem de língua portuguesa. O Ipea, em parceria com o Ministério da Justiça, realizou o levantamento *Migrantes, apátridas e refugiados: subsídios para o aperfeiçoamento de acesso a serviços, direitos e políticas públicas no Brasil* que defende que o idioma é barreira primária e primordial para o atendimento e proteção aos imigrantes:

[...] entre os **obstáculos institucionais** destacam-se o **idioma** (como uma barreira primária e primordial para o atendimento e a proteção aos imigrantes), a falta de **recursos humanos** (que prejudica a

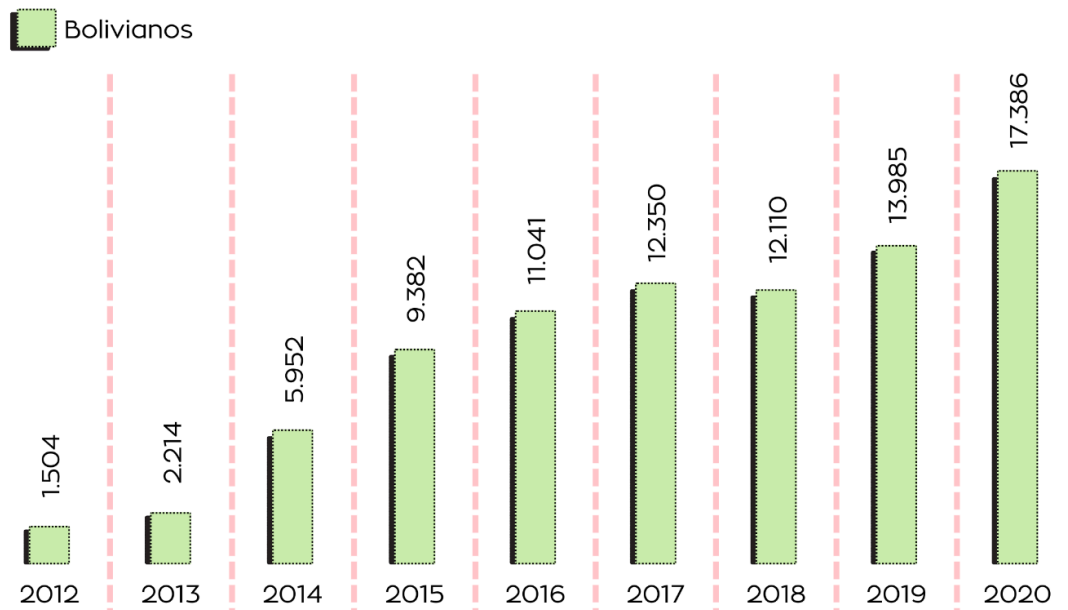
qualidade do atendimento bem como o levantamento de dados específicos sobre migrações e imigrantes no país) e a falta de **capacitação** (sobre temas migratórios, sobre as peculiaridades dos imigrantes e também sobre as diretrizes e regras da migração e dos direitos humanos no país). (Ipea/Ministério da Justiça, 2015, p. 151, grifos em negrito no original)

A concepção de que o desconhecimento da língua portuguesa é um impeditivo para garantia de atendimento e proteção pode ser relacionada com o estudo de Magalhães (2017) sobre a atividade laboral de haitianos no Brasil. Segundo o autor, existem três estratégias de superexploração da força de trabalho haitiana, entre as quais a terceira indica que, de forma clara e deliberada, por meio da existência de cláusulas, em contratos de admissão e de demissão, os empregadores se aproveitam do estado de vulnerabilidade socioeconômica e desconhecimento da língua portuguesa para fazê-los abrirem mão de direitos trabalhistas. Diante dessas hipóteses, o papel da educação, incluindo o ensino da língua portuguesa, deve ser pensada como parte de uma política de proteção desses trabalhadores.

Por outro lado, cumpre destacar duas características do perfil dos imigrantes bolivianos na cidade de São Paulo, apontadas por Carneiro Jr. et al. (2022, p.4): “[...] a maioria trabalha em oficinas de costura (90,9%), independentemente da escolaridade (89,7% entre os que têm escolaridade fundamental, 91,6% entre os de escolaridade média e 81,0% entre os que têm nível superior)”. Esses dados parecem mostrar que o grau de escolaridade não impede que esses imigrantes sejam submetidos ao trabalho análogo ao da escravidão em oficinas de costura.

A inclusão em programas de assistência social e redistribuição de renda do governo federal pode ser um fator para o estabelecimento dos bolivianos no Brasil. A partir dos dados do Cadastro Único (CadÚnico), instrumento de coleta de dados e informações, objetiva identificar todas as famílias de baixa renda existentes no país, é possível observar a crescente procura por esses serviços no intervalo de 2012 a 2020.

Gráfico 2: Número de bolivianos registrados no CadÚnico, 2012 a 2020



Fonte: Elaborado pela autora com base nos números de Cavalcanti (2021)

Consideradas as condições para regularização dos bolivianos no Brasil, associadas à procura de melhores condições de vida seja pela formação, seja pelos programas sociais, passaremos a compreender como foi constituída a presença dos bolivianos nas oficinas de costura no Brasil.

2.5 MUNDO DOS BOLIVIANOS NAS OFICINAS DE COSTURA NO BRASIL

Nessa seção, apresentamos a partir das contribuições de Gondim (2019) um panorama do desenvolvimento da indústria têxtil e de confecção no Brasil, o respectivo sistema de produção taylorista e a presença boliviana. A partir disso, nos propomos a compreender a origem dessa relação de bolivianos com as oficinas de costura. Por último, contrastar elementos do Direito do Trabalho da Bolívia e do Brasil a fim de verificar em que medida a experiência trabalhista tida por trabalhadores na Bolívia, respaldada por um ordenamento jurídico, se aproxima da normativa brasileira e influencia ou não na prática laboral no território brasileiro.

2.5.1 A indústria têxtil e de confecção, as oficinas e os trabalhadores

Williams (2012 *apud* Gondim, 2019) afirma que a primeira fábrica com uso de tear a vapor data de 1806, em Manchester, na Inglaterra. O autor desenvolve que, a partir disso, rapidamente, a indústria inglesa incorporou novos métodos de produção, como a transição do modo de produção doméstico e artesanal para o industrial, fazendo coexistir dois sistemas distintos: o sistema fabril (*factory system*) e o sistema de suor (*sweating system*), sendo que, este último, cria um contexto com maior possibilidade de exploração do costureiro, apesar da condição de trabalho livre.

Bignami (2011) discute a relação do sistema de suor criado na Inglaterra e o desenvolvimento da indústria têxtil e de confecção no Brasil. Conforme explica o autor, esse sistema de produção confunde os locais de trabalho com as residências, os trabalhadores permanecem sob condições de extrema opressão por salários miseráveis, jornadas exaustiva, extensas e precárias ou inexistentes condições de segurança e saúde, podendo se configurar em trabalho análogo ao escravo, sobre o qual desenvolvemos adiante.

A “cadeia produtiva” da indústria têxtil e de confecção acontece pela sucessão de etapas necessárias: mudança de fibras em fios, transformação dos fios em tecidos e tecidos em produtos. Fazem parte da cadeia produtiva os produtores das matérias-primas (algodão e outras fibras), dos insumos (corantes e outros produtos) e os fabricantes de máquinas têxteis e de confecção. Além do processo de produção também está contida a venda de produtos finalizados ao consumidor final. Dessa forma, a confecção da roupa é apenas uma fase da etapa de produção que agrega a criação e o desenho, a modelagem, o corte do tecido, a costura e o beneficiamento do produto. (Gondim, 2019).

O modelo de produção adotado na produção da atividade de vestuário das grandes e médias empresas é o *just in time* desenvolvido pela *Toyota Motor Company*. Trata-se de evitar desperdícios, o que significa produzir de acordo com a demanda e, para isso, o desenvolvimento da terceirização, ao transferir para empresas de menor envergadura a produção de segmentos do processo produtivo. Logo, as empresas menores recebem os cortes prontos para que trabalhadores fechem, formando a peça final que entrará em circulação e venda. Esse modelo é o que ocasiona as oficinas de costura para fora da estrutura “convencional” da indústria, apesar de se manter dentro da cadeia produtiva como um fragmento. A descentralização propicia usar como recurso a

precarização do trabalho, como o subemprego e a informalidade, trazendo consigo novas formas de exploração do trabalho (Marcelino, 2014 *apud* Gondim, 2019).

Para acomodar e respaldar essas novas formas de exploração do trabalho, se faz necessário alterar a legislação trabalhista, com objetivo de flexibilizar e desregulamentar as relações de trabalho, tornando ainda mais precárias. São nessas condições de fragmentação da produção por meio da subcontratação de empresas terceirizadas, que o trabalho em domicílio e o autônomo contribuíram para que o contrato de trabalho caísse em decadência no setor têxtil e de confecção, e, por sua vez, tendem a promover o trabalho em condição análoga à de escravo se comparada à relação de emprego bilateral (Filgueiras, Cavalcante, 2015 *apud* Gondim, 2019).

Com base nesse panorama sobre a cadeia produtiva e de seu modelo de produção, analisamos a mão de obra desse processo produtivo. Choi (1996 *apud* Gondim, 2019) explica que a indústria da confecção brasileira era dominada por judeus e árabes até que passaram a utilizar a mão de obra de imigrantes coreanos que inicialmente tinham migrado ao Brasil para trabalhar na agricultura, mas não se adaptaram e optaram por morar em área urbana, instalando-se nos bairros paulistanos do Brás, Bom Retiro e Liberdade, e passaram a trabalhar em confecções ao invés da fabricação ou o tingimento dos tecidos.

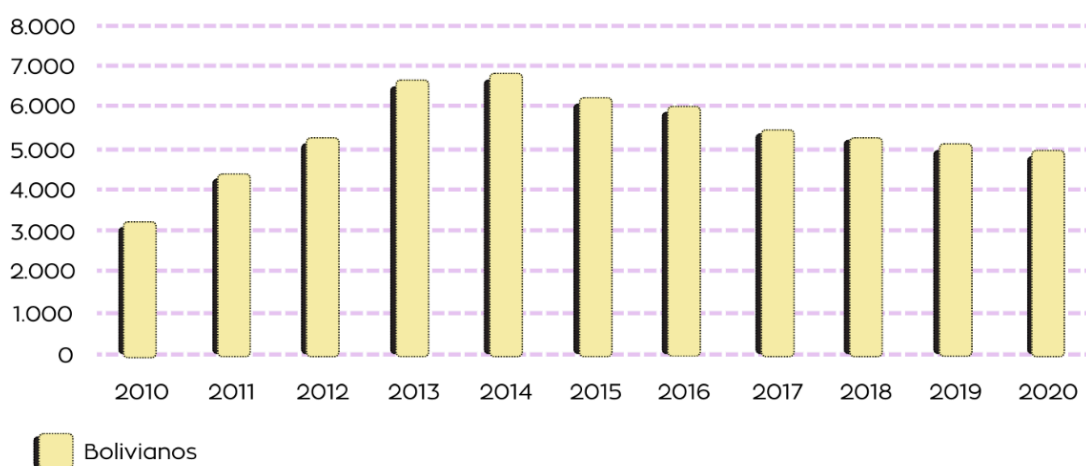
É a partir da década de 1990 que a nacionalidade dos trabalhadores na confecção de roupas no Brasil passa a mudar. Se até esse período os coreanos eram os principais trabalhadores, com o aumento da migração boliviana para o Brasil, esses passaram a ser, gradativamente, os principais sujeitos nesse processo. Um traço interessante que pôde ser identificado não foi apenas a substituição de uma nacionalidade por outra, mas também as mudanças nas relações do interior da produção. Se antes com os trabalhadores coreanos e empregadores árabes ou judeus existiam uma relação em delimitada, com os costureiros bolivianos não necessariamente, pois o empregador, muitas vezes, pode ser um familiar ou compadrio, estabelecendo e evoluindo em uma condição ambígua de fidelidade e de exploração (Cacciamali, 2006). Ribeiro J. (2021) apresenta os dados sobre a propriedade das oficinas de costura na cidade de São Paulo de acordo com a Receita Federal (RAIS-CAGED e SRTESE). De acordo com a pesquisa, os imigrantes bolivianos detêm apenas 4,23% da propriedade das oficinas de costura registradas, o que revela que a mobilidade socioeconômica deles

é muito restrita. Este pequeno número, segundo a autora, corresponde a oficinas subcontratadas por outras pertencentes a brasileiros e coreanos.

A concentração dos bolivianos na indústria têxtil e de confecção não se dá apenas pela relação de trabalho informal, mas também, com vínculo empregatício formal. Em um quadro geral, a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) de 2010 a 2020 apresentam os vínculos ativos de empregos formais de imigrantes, dentre eles bolivianos:

Gráfico 3 – Vínculos empregatícios de bolivianos nos anos de 2010 a 2020

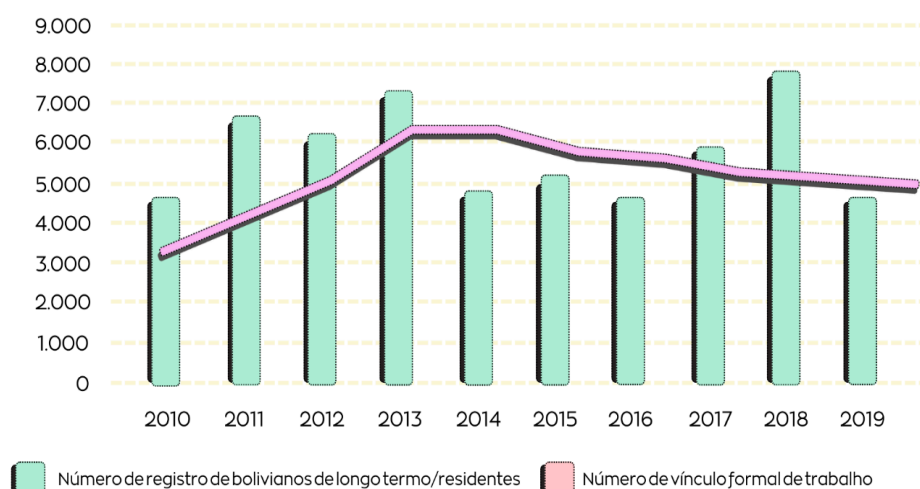
Fonte: Elaborado pela autora a partir de tabela criada pelo OBMigra com dados do Ministério da



Economia, base harmonizada RAIS-CTPS estoque, 2010-2020

Em 2010, os bolivianos predominavam entre as nacionalidades de imigrantes que tinham vínculos empregatícios segundo a RAIS (2010-2020) e, além disso, foi a partir de 2010 que cresceu o número de vínculos, alcançando o ápice em 2014, diminuindo nos anos subsequentes. No gráfico a seguir, os registros de vínculos empregatícios de bolivianos não correspondem à diminuição ou ao crescimento do número de registros de residentes. Por exemplo, em 2010, foram registrados 4.493 bolivianos residentes e, no mesmo ano, foram 3.172 registros de vínculos de trabalho, em 2011 cresce para 6.645 o número de residentes, ou seja, mais que duplica, mas o número de vínculos de emprego foi 4.368, crescendo, portanto, muito pouco em relação ao crescimento populacional de bolivianos no Brasil, esse descompasso pode ser observado no gráfico abaixo:

Gráfico 4 - Comparação entre número de registros de bolivianos de longo termo/residentes e número de vínculos formais de trabalho por ano



Fonte: Elaborado pela autora a partir de tabela disponibilizada pelo OBMigra com dados do Ministério da Economia, base harmonizada RAIS-CTPS estoque, 2010-2020 e com base nos números de Cavalcanti (2021)

O número de vínculos ativos de empregos formais de bolivianos no período de 2010 a 2020 é muito inferior ao número de residentes no Brasil, o que nos permite considerar que a maioria dos bolivianos esteja fora do mercado de trabalho formal, não apenas pela falta de documentação, como também, pela influência da taxa de desocupação⁸ geral da população em território brasileiro, que encerrou no terceiro trimestre de 2018 em 11,9% segundo a *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Terceiro Trimestre de 2018* (IBGE, 2018, p.8).

Nessas condições, aventamos a hipótese de que os bolivianos considerados desocupados pelo IBGE estejam no trabalho informal que é conceituado, pelo IBGE, como trabalhadores sem carteira assinada (empregados do setor privado ou trabalhadores domésticos), sem CNPJ (empregadores ou empregados por conta própria) ou trabalhadores familiares auxiliares.

⁸ Taxa de desocupação se refere a estatística de quantas pessoas estão desocupadas. Pessoas desocupadas é um indicador do IBGE utilizado para classificar as pessoas com 14 anos ou mais de idade, que na semana de referência da coleta de dados, sem trabalho (trabalho que gera rendimento para o domicílio) nessa semana, que tomaram alguma providência efetiva para consegui-lo no período de referência de 30 dias e que estavam disponíveis para assumi-lo na semana de referência. Consideram-se, também, como desocupadas as pessoas sem trabalho na semana de referência que não tomaram providência efetiva para conseguir trabalho no período de referência de 30 dias porque já haviam conseguido trabalho com início previsto para após a semana de referência e prazo limite para esse início de até 3 meses. (IBGE, 2018, p.3). No dicionário Michaelis Online a definição é 1 Que não está ocupado; desempregado, inativo, ocioso. 2 Que se desocupou, não ocupado, não habitado. 3 Em que não existe nada nem ninguém; desabitado, vago, vazio. 4 Com tempo livre; sem compromisso nem dever a cumprir.

Para esta pesquisa também interessa identificar em quais grupos de ocupação os bolivianos estão presentes. Por isso, na tabela 2, apresentamos os dados da distribuição do vínculo formal de emprego segundo os grupos de ocupação.

Tabela 2 – Bolivianos com vínculo formal de trabalho no Brasil, por ano, segundo grupos de ocupação, Brasil, 2010 – 2020

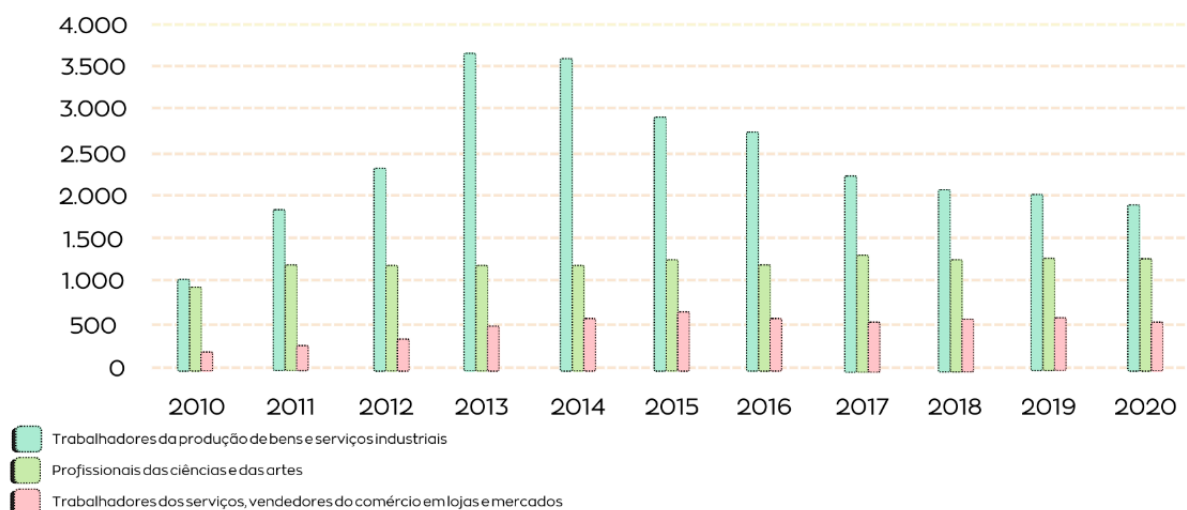
Grupos de ocupação	ANO										
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Total	3.172	4.368	5.239	6.690	6.834	6.230	5.985	5.482	5.320	5.175	5.026
0 – Forças Armadas, Policiais e Bombeiros Militares	0	0	0	0	0	0	0	0	1	2	1
1-Membros superiores do poder público, dirigentes de organizações de interesse público e de empresas e gerentes	160	203	253	216	207	214	197	185	181	181	199
2 – Profissionais das ciências e das artes	1.003	1.113	1.143	1.174	1.183	1.227	1.244	1.298	1.247	1.232	1.207
3 – Técnicos de nível médio	395	388	460	478	502	496	485	479	519	493	506
4 – Trabalhadores de serviços administrativos	261	395	395	473	492	503	456	447	504	460	503
5 – Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados	244	301	408	504	588	631	579	560	584	581	535
6 – Trabalhadores agropecuários, florestais, da caça e pesca	15	20	38	88	76	85	102	103	27	24	26
7 – Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais	1.031	1.872	2.398	3.592	3.599	2.893	2.750	2.244	2.111	2.065	1.890
8 – Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais	50	49	62	77	85	94	77	73	64	66	86
9 – Trabalhadores de manutenção e reparação	49	63	79	87	100	84	93	93	82	71	73
999 – Ignorado	0	0	3	1	2	3	2	0	0	0	0

Fonte: Elaborada pelo OBMigra, a partir dos dados do Ministério da Economia, base harmonizada RAIS-CTPS estoque, 2010-2020

Com base na tabela 2, entre os bolivianos, existem três principais grupos ocupacionais, de forma regular durante os anos. São eles: trabalhadores da produção de bens e serviços industriais (do grupo referente aos trabalhadores que usam equipamentos rudimentares ou sofisticados), profissionais das ciências e das artes (pesquisadores e professores de diferentes áreas do conhecimento, artistas, religiosos e

comunicadores) e trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados. No gráfico 5, podemos ver a comparação entre os três grupos.

Gráfico 5 – Comparação entre os três principais grupos de ocupação de bolivianos



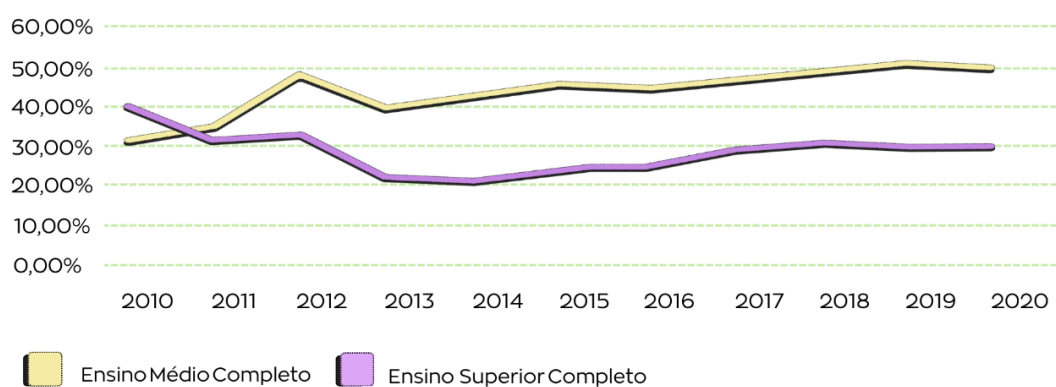
Fonte: Elaborado pela autora a partir de tabela formulada pelo OBMigra com dados do Ministério da Economia, base harmonizada RAIS-CTPS estoque, 2010-2020

Podemos observar que o grupo de trabalhadores da Produção de bens e serviços industriais foi o mais dinâmico, tendo um crescimento de 2010 a 2014, mas de 2015 a 2020, ainda que com pequenas oscilações, sofreu uma queda em registros de vínculos de emprego. O grupo de Profissionais das ciências e das artes teve um crescimento tímido. Ao mesmo tempo, o grupo de Serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados tiveram um crescimento compassado aos outros dois grupos até 2013, esse, ao contrário dos demais grupos, nos anos de 2014 e 2015 manteve um crescimento, porém, em 2016, voltou a diminuir.

Outra possibilidade de análise do perfil desses trabalhadores diz respeito à formação no gráfico 8. Ao longo da década de 2010, provenientes dos fluxos migratórios do Sul Global, consolidou a presença do imigrante com formação a nível médio completo no mercado de trabalho. Em 2020, os imigrantes com nível médio completo já correspondiam a quase metade de todos os trabalhadores imigrantes no mercado de trabalho formal, enquanto os trabalhadores de nível superior reduziram sua participação de forma significativa para em torno de 20% (Cavalcanti, 2021).

Desde 2010 é possível observar a regularidade de perfil dos bolivianos com vínculo formal de trabalho segundo o nível de instrução. Os trabalhadores com nível médio completo que se mantiveram ao longo dos dez anos são representados entre 31% a 48%. Ao mesmo tempo, também é bastante considerável a porcentagem de trabalhadores com formação completa no ensino superior oscilando entre 39,4% em 2010, diminuindo um pouco até 2014 quando tem 22,4%, mas volta a crescer até 2020 alcançando 30%. Essa expressão da quantidade de trabalhadores com ensino superior pode ajudar a entender porque é tão significativa a presença de bolivianos nos grupos de ocupação de profissionais das ciências e das artes, por exemplo.

Gráfico 6 – Comparação entre % de bolivianos com nível de instrução por ano



Fonte: Elaborado pela autora a partir de tabela criada pelo OBMigra com dados do Ministério da Economia, base harmonizada RAIS-CTPS estoque, 2010-2020

Na trajetória do desenvolvimento desta pesquisa, nós nos questionamos sobre qual(is) razão(ões) para serem justamente os bolivianos a nacionalidade predominante neste grupo de ocupação. À procura destas explicações que nos permitissem compreender de que maneira os bolivianos passaram a trabalhar nas oficinas de costura encontramos contribuições de Cacciamali (2006) e Silva S. (1997).

Sobre o recrutamento desses trabalhadores na Bolívia, Cacciamali (2006) relata que

Os trabalhadores são recrutados nas cidades de Santa Cruz de la Sierra, La Paz e Cochabamba, que funcionam como pólos receptores dos emigrantes procedentes das regiões andinas mais pobres da Bolívia onde as atividades econômicas mercantis são muito reduzidas. Nessas localidades o recrutamento é realizado por várias mídias nas cidades de maior porte e de redes de contatos informais nas vilas andinas. No início da viagem, o agenciador apreende os documentos

dos emigrados. A viagem é realizada principalmente pelo Paraguai, onde os emigrantes aguardam em ninhos o momento para atravessar a fronteira pela Ponte da Amizade. Durante a espera muitas vezes não há comida ou água. A viagem para São Paulo é realizada de ônibus. A viagem também pode ser realizada através da região de Corumbá ou da região amazônica (Cacciamali, 2006, p. 136).

Ainda sobre a origem dos bolivianos que chegam ao Brasil, o estudo de Silva S. (1997) explica que na região andina, citada por Cacciamali (2006), os estados de Oruro, Potosí e La Paz, é o centro da produção de minérios, como estanho e prata, entre outros minerais. Essa condição de empobrecimento da região se deu por uma crise econômica na década de 80 em que houve a baixa internacional dos preços, provocando o desemprego de milhares de mineiros que migraram para outras cidades do país, principalmente grandes centros como Santa Cruz de la Sierra, La Paz e Cochabamba.

Silva S. (1997) pesquisou a presença boliviana em São Paulo, em particular daqueles que trabalham no ramo da costura, na condição de indocumentados. Na obra *Costurando Sonhos* (1997), o autor inicia relatando o resultado de uma observação etnográfica desde o país de origem, especificamente, na cidade de Oruro, durante a celebração do carnaval dando lugar de destaque à representação carnavalesca relacionada à mineração na região. Durante a festividade, existem duas percepções conforme o grupo social: a dos turistas – de que se trata apenas de uma festa popular e folclórica; e, a do povo – de que se trata de uma festa eminentemente religiosa marcada de duas formas: a) pela expressão católica da devoção à Virgem de Socavón, tida como a protetora dos mineiros e b) de origem Inca, pelo culto a El Tío que se manifesta por meio das várias danças típicas, entre elas, a diablada, que apresenta a crença de que El Tío é o dono das riquezas do subsolo e protetor dos mineiros duramente explorados.

A expressão cultural no carnaval evidencia que o lugar da mineração não é apenas a atividade econômica para a subsistência do povo, ela também é responsável por contribuir na formação da perspectiva de mundo que pode ser expressa, inclusive, culturalmente. Dessa maneira, o olhar sobre o mundo a partir da mineração também pode implicar sobre a adaptação dessa parcela de bolivianos, a princípio, mineiros, a outras funções de trabalho em outros setores econômicos. Nesse sentido, Silva S. (1997) aventa a possibilidade do trabalho nas minas de exploração de minérios ser a referência análoga ao que vivem os bolivianos costureiros em São Paulo, sendo as oficinas a recriação da mesma dinâmica de reprodução do capital nas minas, o que exige dos

costureiros fidelidade e dedicação total, para assegurar maior produtividade e menor custo de mão de obra para os empregadores.

Assim, os bolivianos nas oficinas de costura, empresas terceirizadas, conforme o modelo de produção taylorista, estariam sob o sistema de suor que organiza a produção de forma fracionada em cadeia de pequenas empresas que concorrem entre si, e, para sobreviverem no mercado, pagam baixos salários e atuam em péssimas condições de trabalho (Bignami, 2011). Essa exploração acontece de maneira mais facilitada devido às sucessivas fragmentações e terceirizações que, segundo Severo (2017a), permitem fraudar responsabilidades trabalhistas. Para aprofundar a compreensão das práticas sociais de bolivianos no Brasil, vamos apresentar, a seguir, alguns conceitos centrais do regramento jurídico do campo do direito do trabalho da Bolívia e Brasil, que possam incidir sobre as relações de emprego e nos discursos que se referem aos bolivianos e aos brasileiros.

2.5.2 Interface das relações de emprego no Brasil e na Bolívia

Inicialmente, destacamos que para os estudos do campo do Direito do Trabalho no Brasil, existe uma diferença de conceito entre trabalho e emprego, a qual desenvolvemos a seguir, mas essa diferença não se aplica à legislação boliviana para as quais não existe diferenciação.

No Brasil, as relações de trabalho tratam-se de um gênero a que se acomodam todas formas de pactuação de prestação de trabalho existentes, conforme explica Delgado (2019). Dessa maneira, a expressão relação de trabalho engloba a relação de emprego, a relação de trabalho autônomo, a relação de trabalho eventual, de trabalho avulso e outras modalidades em que há pacto de prestação de labor (como trabalho de estágio etc.).

Adotamos, nesta pesquisa, a noção de relação de emprego existente no gênero das relações de trabalho. A relação de emprego tem um tipo legal próprio e específico, inconfundível com as demais modalidades de relação de trabalho baseadas nos elementos fático-jurídicos, que são um conjunto de fatores reunidos em um dado

contexto social ou interpessoal considerados como fenômeno sociojurídico (Delgado, 2019, p.337).

Conforme o *caput* do art. 2º e o *caput* do art. 3º do Decreto-Lei nº 5.452/1943 – Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) são cinco elementos fático-jurídicos: a) prestação de serviço por pessoa física, ou seja, a figura do trabalhador como uma pessoa física e não jurídica; b) pessoalidade, logo, outro trabalhador não pode substituir intermitentemente ao longo da prestação de serviços pactuados; c) não-eventualidade, dessa forma, não é um trabalho esporádico; d) subordinação ao tomador dos serviços, assim, o empregado deve obedecer as regras do padrão, mas isso é diferente da sujeição pessoal que era característica aos trabalhadores escravizados que se mantêm equivocadamente demandando uma série de intervenções por meio dos instrumentos jurídicos-institucionais existentes; e) onerosidade que pode ser de forma objetiva (pagamento do salário propriamente dito) e de forma subjetiva (intenção contraprestativa).

A jurisprudência boliviana, por outro lado, não faz distinção entre relação de trabalho e de emprego, como ocorre no Brasil. Na Bolívia, a relação de emprego diz respeito ao vínculo jurídico de emprego que desencadeia direitos e obrigações entre o trabalhador e o empregador regulados pelos dispositivos legais: Lei Geral do Trabalho de 1942 e Decreto Supremo nº 28.699/2006.

O Decreto Supremo nº 28.699/2006 regulamenta:

Artículo 2º- (Relación laboral) De conformidad al Artículo Primero de la Ley General del Trabajo, que determina de modo general los derechos y obligaciones emergentes del trabajo asalariado, constituyen características esenciales de la relación laboral: La relación de dependencia y subordinación del trabajador respecto al empleador. La prestación de trabajo por cuenta ajena. La percepción de remuneración o salario, en cualquiera de sus formas y manifestaciones (BOLÍVIA, 2006, s/p).

A característica de *dependencia e subordinación* estabelece o vínculo entre o trabalhador como sujeito obrigado a cumprir com as normas e instruções determinadas pelo empregador durante a jornada de trabalho. O *trabajo por cuenta ajena* é o trabalhador que presta serviço para empresas ou organizações. A *remuneración* ou *salario* é a quantia em dinheiro que o trabalhador recebe pelo seu trabalho. Essas três características se aproximam de três dos cinco elementos

fático-jurídicos da legislação brasileira: subordinação, prestação de serviço por pessoa física e onerosidade.

A jornada de trabalho, conforme a legislação boliviana, não deve exceder 8 horas por dia e nem 48 horas semanais, e, no caso das mulheres, a 40 horas semanais. O direito às férias é ordenado de forma diferente à do Brasil. O art. 44 da Lei Geral do Trabalho e o art. 1 do Decreto Supremo nº 17.288/1980 descrevem que, após um ano de trabalho ininterrupto, o trabalhador tem direito a férias remuneradas com duração de 15 dias úteis, apenas do 6º ao 10º ano de trabalho serão permitidas férias no período de 20 dias úteis e, por último, após 10 anos de trabalho, serão permitidos 30 dias úteis de férias.

O contrato de trabalho boliviano é o vínculo jurídico laboral entre o trabalhador, que vende sua força de trabalho ao empregador, em troca de remuneração. De acordo com o art. 6 da Lei Geral do Trabalho, o contrato pode ser oral ou escrito e terá validade para a legislação trabalhista conforme as provas apresentadas pelo empregado quando demandado pelo Tribunal de Justiça ou por órgãos concernentes. Os contratos também podem ter vigência por tempo definido ou indefinido, temporada ou para um determinado fim.

Na legislação brasileira, a vinculação entre trabalhador e empregador também acontece por meio do contrato de emprego, conhecida pela expressão genérica “contrato de trabalho”. O *caput* art. 442 da CLT (BRASIL, 1943) define o contrato individual de trabalho como acordo tácito ou expresso com manifestação de vontade entre as partes de modo a regular direitos e obrigações recíprocas. Assim, a celebração das cláusulas contratuais em relação a prestação de serviço não precisa necessariamente existir porque, para o Direito do Trabalho, na contratação tácita, a relação de emprego é confirmada pelos elementos fático-jurídicos, que podem ser verificados a partir de outros tipos de registro, por exemplo, os auditores-fiscais do trabalho que recolhem como prova do vínculo empregatício, cadernos de registros de produção, pagamentos e dívidas.

O contrato individual de emprego têm características: a) direito privado – natureza essencialmente privada não só dos sujeitos pactuantes como também dos interesses envolvidos; b) sinalagmático – aponta para direitos e obrigações recíprocas entre as partes; c) consensual – as partes apresentem o interesse ou não de

prestação/contratação de serviço, d) “*intuitu personae*” – aponta para a existência de obrigações contrárias entre empregado e empregador; e) sucessivo – as prestações centrais deste contrato (trabalho e verbas salariais) sucedem-se continuamente no tempo; f) atividade – determina a relações de obrigatoriedade prestação de fazer, o emprego tem a obrigação de a prestação principal e do ponto de vista do empregador, é a própria causa de formação do contrato; g) oneroso – consiste na previsão de perdas e vantagens econômicas para ambas as partes no âmbito do contrato; h) alteridade — o risco inerente à prestação de serviços e a seu resultado, além dos riscos do próprio empreendimento empresarial recaem sobre o empregador; i) complexo – possibilidade de associar-se a outros contratos, que tendem a ter perante ele uma relação de acessoriedade.

O contrato de emprego no Brasil será válido quando os elementos jurídicos formais estiverem presentes. No plano da Teoria Trabalhista das Nulidades, o contrato de emprego será tido como nulo em função da presença de algum vício da forma do contrato ou de elementos constitutivos, ou seja, se no contrato houver alguma cláusula que por natureza seja contra a legislação trabalhista, ensejará todos os efeitos jurídicos até o instante de decretação da nulidade (Delgado, 2019, p. 632).

O *caput* art. 443 da CLT (BRASIL, 1943), antes da alteração promovida pela Lei nº13.467/2017 – Reforma Trabalhista –, determinava que o contrato poderia ser expresso de forma verbal⁹ ou por escrito e por prazo determinado (certo ou incerto) ou indeterminado (sem prefixação do termo final). Após a recente legislação, o artigo assume nova redação, qual seja:

Art. 443. O contrato individual de trabalho poderá ser acordado tácita ou expressamente, verbalmente ou por escrito, por prazo determinado ou indeterminado, **ou para prestação de trabalho intermitente.** (BRASIL, 1943, s.p, *grifo nosso*)

A Lei nº 13.467, de julho de 2017 (BRASIL, 2017) ao modificar a CLT (1943) abriu a possibilidade de trabalho intermitente ao introduzir “não é contínua” no § 3º do art. 443 que diz

o contrato de trabalho no qual a prestação de serviços, com subordinação, não é contínua, ocorrendo com alternância de períodos de prestação de serviços e de inatividade, determinados em horas, dias


⁹ A CLT adota como termo “verbal” para se referir à modalidade oral do contrato. Esse uso pode provocar ambiguidade uma vez que a modalidade escrita da língua também é verbal.


ou meses, independentemente do tipo de atividade do empregado e do empregador, exceto para os aeronautas, regidos por legislação própria. (BRASIL, 1943, s/p).

A implicação da modificação na CLT pela nova legislação desencadeou um debate no Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a inconstitucionalidade da aceitação de contratação por trabalho intermitente. O trabalhador é considerado empregado subordinado, mas perde o reconhecimento do tempo de inatividade como tempo à disposição ao empregador e deixa de receber onerosamente por esse tempo, conforme o §5º do art. 452, podendo ter comprometido o recebimento do parâmetro mínimo salarial para arcar com as despesas pessoais e de seus dependentes.

A aplicação plena da teoria trabalhista das nulidades ocorre quando há vício em relação à manifestação de vontade das partes contratantes. É o que acontece quando o contratante reduz o trabalhador às condições análogas ao escravo, já que ao trabalhador não é assegurado o direito de expressar desacordo à imposição de impossibilidade de deslocamento, de condição degradante para exercício da atividade laboral, da falta de recebimento permanente de salário e de outras circunstâncias. A tabela a seguir resume de forma comparativa a discussão feita nesta seção sobre alguns pontos das legislações boliviana e brasileira.

Tabela 3 – Comparação entre alguns direitos trabalhistas regulamentados na Bolívia e no Brasil

País	Emprego x relação de trabalho	Contrato de trabalho	Características do contrato de emprego	Duração do contrato de trabalho	Salário	Jornada de trabalho	Férias
 BOLÍVIA	Não tem diferença	O que é: Vínculo jurídico laboral entre empregador e empregado.	Informações do empregado	Determinado ou indeterminado	Existe salário mínimo	8h/dia	1 ano de trabalho – 15 dias úteis
	Critérios para definição de relação de trabalho: 1) Dependência subordinada	Pode ser oral ou escrito validade conforme as provas apresentadas pelo empregado quando demandado pelo tribunal de justiça	Duração da jornada ordinária de trabalho Salário estipulado e a maneira de calcular			48h/semanais homens	6 ao 10 ano de trabalho – 20 dias úteis
	2) Prestação de trabalho por pessoa física 3) Salário	Contratos podem ter a duração definida ou indefinida	Forma e local de pagamento Benefícios a receber			40h/semanais mulheres	10 anos de trabalho 30 dias úteis de férias

País	Emprego x relação de trabalho	Contrato de trabalho	Características do contrato de emprego	Duração do contrato de trabalho	Salário	Jornada de trabalho	Férias
 BRASIL	Tem diferença	Acordo de manifestação de vontade entre empregador e empregado que regula direitos e obrigações recíprocas.	1 – Direito Privado	Determinado, indeterminado ou intermitente	Existe salário mínimo	8h/dia	1 ano de trabalho – 30 dias corridos, desde que não tenha tido 5 faltas.
	Relação de trabalho – Relação de emprego – 5 elementos fáticos-jurídicos	Pode ser oral (tácito) ou escrito (oral)	Sinalagmático Consensual Intuito Personae Sucessivo Atividade Oneroso Alteridade Complexo			44h/semanais sem distinção de gênero	

Fonte: Elaborada pela autora.

O que pretendemos, neste capítulo, foi demonstrar que o movimento migratório de bolivianos é provocado por crises social, econômica e política cuja natureza não se explica apenas por uma conjuntura nacional, mas também por ações externas de países historicamente dominantes, como os EUA, cujo interesse é a

exploração de matéria prima (minério e petróleo). Fizemos um apanhado de dados que ajudam a entender a presença dos bolivianos no Brasil, inicialmente, para ter mais elementos sobre quem são imigrantes e, principalmente, perceber que há muito em comum entre Brasil e Bolívia tanto na história dos países, quanto na economia e no próprio direito que regula as relações de trabalho. Portanto, os bolivianos no Brasil estão inseridos em uma realidade não tão distante da que vivem no país de origem, da mesma forma que trazem consigo experiências do próprio país que podem ser compatíveis com as experiências vividas por brasileiros no Brasil.

Considerando a centralidade dos aspectos constitutivos do gênero discursivo para a análise de um gênero, dedicamo-nos a identificá-los no *caderninho* que compõem os dados desta pesquisa. Isto significa dizer que analisamos as condições de sua produção, a esfera de atividade humana nos quais esse gênero é produzido e os possíveis papéis sociais dos participantes dessa esfera. Análise que apresentamos, juntamente com o estudo de outros aspectos também cruciais, no próximo capítulo.

CAPÍTULO 3 – COSTURANDO PALAVRAS

Costuramos mundos para explicar de onde emergem o gênero do discurso analisado neste capítulo. Desta vez, costuramos a teoria do gênero do discurso ao registro de trabalho análogo ao escravo existente nos cadernos apreendidos pela auditoria fiscal do trabalho nas oficinas de costura em São Paulo. Alinhavamos os mundos que compõem a atividade da esfera extraverbal que para Bakhtin (1997) nada mais é do que a esfera extraverbal, absolutamente intrínseca à esfera verbal, em que se localiza o dialogismo e, a partir disso, a respectiva interdiscursividade e polifonia. Nesse sentido, neste capítulo, retomando elementos da esfera extraverbal, trataremos na análise dos elementos da esfera verbal, elementos essenciais da composição do gênero discursivo, a saber: (a) Conteúdo temático (tema, tópico discursivo, plano temático); (b) Estilo verbal (plano estilístico) e; (c) Construção composicional (composição, estrutura composicional, forma de composição, plano composicional).

Na primeira seção, apresentamos o *conteúdo temático*, sobre o que se enuncia e quais os sujeitos sociais que participam da atividade enunciativa. Na segunda seção, exploramos o estudo da *construção composicional* de que forma o gênero é enunciado. Por último, na terceira seção, avaliamos de que maneira o *estilo* possibilita examinar o que se enuncia.

3.1 ANÁLISE: CONTEÚDO TEMÁTICO

No capítulo 1, apresentamos a teoria de Bakhtin (1997) sobre o gênero do discurso. Retomamos o conceito de que o enunciado reflete as condições específicas e as finalidades de cada uma das esferas da atividade humana. Sendo assim, o conteúdo temático do gênero do discurso *caderninho* que reflete a relação de trabalho em condições análogas ao escravo, é socialmente dirigido e determinado de maneira mais imediata pelos integrantes de determinado campo da atividade humana.

Os sujeitos sociais, os locutores e interlocutores da enunciação, se distinguem de acordo com a necessidade comunicativa imediata e os papéis sociais que ocupam dentro da relação de trabalho, construindo a polifonia do gênero. No capítulo 2,

caracterizamos a oficina de costura, inserida na cadeia produtiva da indústria têxtil e de confecção, como uma empresa terceirizada que cumpre a função de produzir uma das etapas da confecção de roupas, a costura, e, como se relaciona com outra empresa contratante (esta, por sua vez, prestadora de serviços para a empresa matriz ou outra empresa terceirizada). A organização dessa cadeia produtiva implica na instituição de inúmeros grupos de sujeitos.

O conteúdo temático, conforme resume Ribeiro P. (2010, p.57), contempla tanto fundamentos individuais do sujeito quanto da coletividade – conhecimentos semânticos historicamente construídos nas práticas sociais dos grupos. Isso significa dizer que a produção do *caderninho* é determinada pela dimensão individual e pela dimensão do próprio gênero discursivo *caderninho*.

Se, por um lado, o conteúdo temático se articula tanto no plano individual quanto no coletivo, por outro, apoia-se no plano imediato da situação concreta de enunciação e, ao mesmo tempo, toma como base o plano histórico das relações sociais que emergem pela significação (Ribeiro P., 2010, p.58). Assim, para analisar esse elemento crucial do gênero discursivo, é imprescindível considerar, além dos aspectos linguísticos e textuais, os aspectos discursivos, tais como: (1) o papel dos sujeitos, que para Bakhtin (1997) é a polifonia, a qual temos o locutor, o interlocutor, a (re)constituição identitária e a responsividade; e (2) a conjuntura sócio-histórica, a esfera extraverbal em si.

Sob este preceito, analisamos (1) o papel dos sujeitos que dão forma à atividade aqui estudada e as relações que estabelecem entre si, e; (2) a conjuntura sócio-histórica desta esfera de atividades. A seguir, discutimos os papéis sociais – na qualidade de aspecto discursivo do conteúdo temático – que, segundo a análise dos dados, podem ser circunscritos em quatro grupos e as respectivas relações que estabelecem entre si.

O primeiro grupo de papéis sociais que constituem a polifonia do gênero: oficinista, responsável da oficina contratada para a confecção, e o contratante, quem demanda a costura de peças de roupa, designa as quantidades e realiza os pagamentos da encomenda.

Com base na Imagem 1 e Imagem 2, abaixo, podemos observar a relação de (re)constituição identitária entre os locutores e interlocutores a partir da condição de

subordinação entre contratado com o contratante, ao identificar que, nos registros de entrega de produção e recebimento de pagamento, não é feita assinatura por nenhuma das partes. O que não ocorre na relação oficinista-trabalhador, uma vez que o trabalhador rubrica ao lado do cálculo do pagamento, confirmando a própria produção registrada e a quantia a ser recebida pelo seu trabalho. Os dados parecem mostrar que o trabalhador, em relação de subordinação ao oficinista, assina o caderno para legitimar o registro feito e o valor do pagamento a ser recebido, ainda em um contexto de trabalho análogo ao escravo. Essa prática contribui para a construção de um sentido de normalidade, como se o trabalho realizado estivesse no parâmetro da legalidade, podendo até conduzir o trabalhador a pensar que não está sendo explorado, por exemplo. Retomando a questão da assinatura, a ausência deste registro na prática de acertos pela produção é símbolo, na nossa perspectiva, da ilegalidade da prática. Afinal, a assinatura do contratante seria uma forma de identificação que é incompatível com o que se espera em uma prática criminosa. Ao mesmo tempo, não descartamos a possibilidade de que, havendo, por parte do contratante, algum material de controle que o oficinista possa assinar, mas sendo ele o assinante, também confirma a relação de subordinação.

Imagem 1 - Caderno 1: Registro mensal da produção

October 2019							
	S	T	Q	Q	S	S	D
77 = polo masc.	2088						pagº
92 = Hellstar Ilusioa	2112						pagº
13 = moletão siper	720						pagº
17 = polo masc.	2352						pagº
3 = Tomy masc	2170						
5 = Bermuda ORECY	1470						

Legenda: Produção do mês de outubro de 2019. Registro composto pelos elementos de quantidade de peças, marcas, modelos, valor total a ser recebido, status do pagamento "pagº" e o nome de quem solicitou a produção na primeira linha e centralizado.

Imagem 2 - Caderno 1: Registro diário da produção

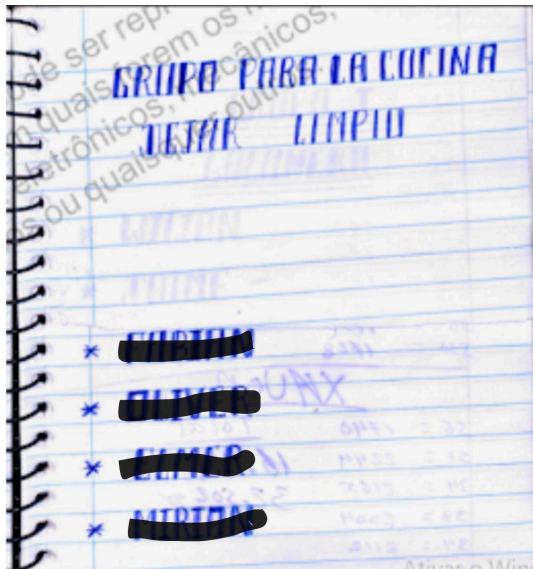
1-176	7-180	2.054 x
2-240	8-167	0,60
3-180	9-168	1,235,4
4-180	10-182	
5-239	11-167	
6-180	12-	

Legenda: Registro diário da produção de um trabalhador para base de cálculo do valor a ser recebido (2.054 peças x R\$0,60 = R\$1.235,40) legitimado pela assinatura do trabalhador.

Uma vez estabelecida a relação de prestação de serviços de uma empresa à outra, surge o segundo grupo social e polifônico: o oficinista, quem assume o papel social de gerenciamento da produção e discursivo de registro nos caderninhos, e os trabalhadores, quem além de ter a produção controlada, tem a vida sob vigilância, por

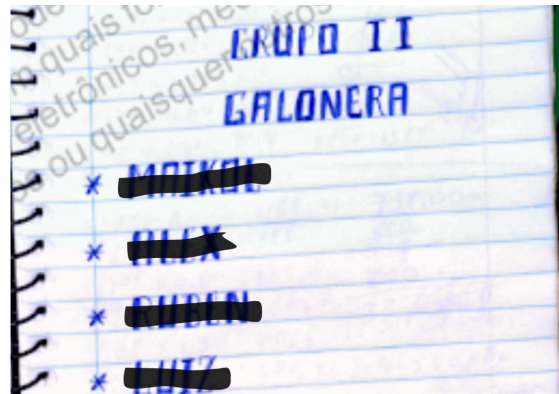
exemplo, com o controle do que se gasta o pagamento recebido e, organização da rotina de manutenção da oficina por meio da limpeza (Imagem 3 e Imagem 35), organização (Imagem 4) e até preparação da alimentação coletiva (Imagem 34).

Imagem 3 - Caderno 3: Divisão de tarefas de limpeza



Legenda: Registro dos nomes dos trabalhadores encarregados pela limpeza da cozinha.

Imagem 4 - Caderno 3: Divisão de função na costura



Legenda: Registro da divisão de tarefas entre os trabalhadores para costura (galonera – máquina de costura).

Imagem 5 - Caderno 3: Produção por trabalhador

1	196P	320x	395x	60x
2	80C	660	200	070
3	60bv	313.c	790	40
4	66B			
5	60C	66x	40x	
6	40M	100	030	
7	135C	66	80	
8	326P			
9				
				Total = 1231

Legenda: Registro da produção de um trabalhador.

Imagem 6 - Caderno 3: Lista de "Bales"

Bales	
1	Passage + 200 + 100
2	Passage + 200 + 100
3	Passage + 200 + 100
4	Passage + 200 + 100
5	Passage + 200 + 100
6	Passage + 200 + 100
7	Passage + 200 + 100
8	Passage + 200 + 100
9	Passage + 200 + 100
10	Passage + 200 + 100
11	Passage + 200 + 100
12	Passage + 200 + 100
13	Passage + 200 + 100
14	Passage + 200 + 100
15	Passage + 200 + 100
16	Passage + 200 + 100
17	Passage + 200 + 100
18	Passage + 200 + 100
19	Passage + 200 + 100
20	Passage + 200 + 100
21	Passage + 200 + 100
22	Passage + 200 + 100
23	Passage + 200 + 100
24	Passage + 200 + 100
25	Passage + 200 + 100
26	Passage + 200 + 100
27	Passage + 200 + 100
28	Passage + 200 + 100
29	Passage + 200 + 100
30	Passage + 200 + 100
31	Passage + 200 + 100
32	Passage + 200 + 100
33	Passage + 200 + 100
34	Passage + 200 + 100
35	Passage + 200 + 100
36	Passage + 200 + 100
37	Passage + 200 + 100
38	Passage + 200 + 100
39	Passage + 200 + 100
40	Passage + 200 + 100
41	Passage + 200 + 100
42	Passage + 200 + 100
43	Passage + 200 + 100
44	Passage + 200 + 100
45	Passage + 200 + 100
46	Passage + 200 + 100
47	Passage + 200 + 100
48	Passage + 200 + 100
49	Passage + 200 + 100
50	Passage + 200 + 100
51	Passage + 200 + 100
52	Passage + 200 + 100
53	Passage + 200 + 100
54	Passage + 200 + 100
55	Passage + 200 + 100
56	Passage + 200 + 100
57	Passage + 200 + 100
58	Passage + 200 + 100
59	Passage + 200 + 100
60	Passage + 200 + 100
61	Passage + 200 + 100
62	Passage + 200 + 100
63	Passage + 200 + 100
64	Passage + 200 + 100
65	Passage + 200 + 100
66	Passage + 200 + 100
67	Passage + 200 + 100
68	Passage + 200 + 100
69	Passage + 200 + 100
70	Passage + 200 + 100
71	Passage + 200 + 100
72	Passage + 200 + 100
73	Passage + 200 + 100
74	Passage + 200 + 100
75	Passage + 200 + 100
76	Passage + 200 + 100
77	Passage + 200 + 100
78	Passage + 200 + 100
79	Passage + 200 + 100
80	Passage + 200 + 100
81	Passage + 200 + 100
82	Passage + 200 + 100
83	Passage + 200 + 100
84	Passage + 200 + 100
85	Passage + 200 + 100
86	Passage + 200 + 100
87	Passage + 200 + 100
88	Passage + 200 + 100
89	Passage + 200 + 100
90	Passage + 200 + 100
91	Passage + 200 + 100
92	Passage + 200 + 100
93	Passage + 200 + 100
94	Passage + 200 + 100
95	Passage + 200 + 100
96	Passage + 200 + 100
97	Passage + 200 + 100
98	Passage + 200 + 100
99	Passage + 200 + 100
100	Passage + 200 + 100

Legenda: Registro do pagamento de vales e a finalidade do uso do dinheiro (passage, makina).

Existe ainda uma terceira relação social e polifônica que deriva da etapa da costura que é a venda das peças finalizadas, composta pelo oficinista e pelo vendedor. O oficinista contrata vendedores para comercializar as roupas (Imagem 7 e Imagem 8) e, com isso, forma o terceiro grupo de relações.

Imagem 7 - Caderno 12: Controle de vendas

	VALOR	VALOR	VALOR
1	1150,00	789,00	35,00
2	560,00	635,00	25,00
3	415,00	620,00	15,00
4	469,00	630,00	60,00
5	459,00		459,00
6	1250,00		44,00 + 25,00
7	1620,00	930,00	260,00 + 100,00
8	445,00	690,00	40,00
9	1090,00	645,00	285,00
10	820,00	835,00	580,00

Legenda: Registro do trabalho do vendedor organizado por dias do mês, valor do total da mercadoria entregue para o vendedor, por quanto foi vendido, a presença (falta e folga) e o vale.

Imagem 8 - Caderno 13: Distribuição das máquinas de cartão de crédito/débito

01 → [redacted] →

02 → [redacted] → V. NOVAEIRA + CASHEM

03 → [redacted] → SERAFIA + GUMERI

04 → [redacted]

05 → [redacted] → C. JULIA + CASA GRANDE

06 → [redacted] → P. DOROTEIA + J. SILVA

07 → [redacted] → E. OLIVEIRA + G. [redacted] + C. JULIA 2

Legenda: Registro da distribuição das máquinas de cartão crédito/débito por pessoa e localização do ponto de venda.

Por último, a amostra de cadernos nos permite interpretar o momento da constituição da oficina, conforme ilustrado na Imagem 9, na Imagem 10 e na Imagem 11), indicando a possibilidade de relações equivalentes à sociedade de uma empresa, sendo, portanto, o quarto grupo o dos sócios.

Imagem 9 - Caderno 15: Lista "Implementos para la oficina"

Item	Valor
IMPLEMENTOS DE LA OFICINA	
DEPOSITO	1.550,00 R\$
CABLE	35,00 R\$
MARTILLO	5,00 R\$
APARTE	3,00 R\$
DESARMADOR	10,00 R\$
CABLE	15,00 R\$
BROCHA	3,00 R\$
SEGURO DE CABLE	3,00 R\$
SINTA USLANZE	1,00 R\$
COCHARON DE MADERA	4,00 R\$
BOMERO	6,30 R\$
HELADERA	250,00 R\$
DUCHA Y FOCOS	80,52 R\$
GARBAFA-COQUINA	182,00 R\$
INTER LOK	2.800,00 R\$
FOCO (220) Y ADAPTADOR	59,00 R\$
MAQUINA RECTA	550,00 R\$
OLLAS	104,80 R\$
CERRA MECANICA	
CLAVE QUESER	26,00 R\$

Legenda: Lista de itens necessários para abertura de uma oficina e respectivos valores.

Imagem 10 - Caderno 15: Contato de contadora

[redacted] [redacted] [redacted]

[redacted] [redacted]

27777691 972867691

9 DE JULIO

100 R\$

NA RPEF. SENHA ACCESO

COD. DIGITA

RNE

EPT

CON PROVA

Activar o Windows

Accesse Configurações para

Legenda: Contato de contadora, composto pelo nome, telefone e endereço.

Imagem 11 - Caderno 15: Lista de gastos da oficina

A photograph of a handwritten list of expenses on lined paper. The list is organized into two columns: numerical values on the left and corresponding expense categories on the right. The categories include 'PRANCHA', 'MAQUINA', 'GAS', 'AGUA', 'FORRO', 'CNPJ', 'SILLA', 'PAGO', 'COCCON', and 'TRANSP.'. Some items have checkmarks next to them, and there are some corrections or deletions, such as '120' being crossed out and replaced with '20'.

540	PRANCHA
1674	MAQUINA
565	MAQUINA
120	GAS
20	AGUA
25	FORRO
500	CNPJ
60	SILLA
120	PAGO
90	COCCON
15	TRANSP.

Legenda: Lista de gastos (prancha, maquina, gas, agua, forro, cnpj, silla, pago, cocchon, transp., licuadora).

Resumidamente, para fins de definição do conteúdo temático, a análise dos dados nos possibilitou diferenciar quatro grupos distintos de locutor e de interlocutor (e a respectiva responsividade), sendo eles: 1 – relação entre oficinista e empresa terceirizada contratante: encomenda da produção e o respectivo pagamento, 2 – relação entre oficinista e trabalhadores: organização, divisão e resultado da produção, além de, controle das atividades pessoais dos trabalhadores, 3 – relação entre oficinista e vendedores das mercadorias – venda das mercadorias, recebimento do valor e pagamento do trabalho, e 4 – registro da criação de uma oficina de costura: compra de materiais e divisão de responsabilidades entre associados.

Acrescentamos ainda que, a respeito das classes sociais dos interlocutores, a constituição identitária, os dados nos permitem dizer que, com exceção das “empresas de marca”, todos os outros grupos – oficinista, trabalhadores, vendedores e responsáveis pela empresa contratante – fazem parte da mesma classe, a trabalhadora.

O conteúdo temático é o tópico que ativa um conjunto de conhecimentos sociais discursivamente construídos e compartilhados pelos sujeitos que atuam em determinada comunicação discursiva, orientando-a (Ribeiro P., 2010, p.57). Esta ótica explica o fato de a amostra do gênero *caderninho* ser composta por cadernos todos muito semelhantes e de, no limite, serem aceitos pelos trabalhadores como registro legítimo da atividade laboral em questão. Tanto é assim que se tem a assinatura (ou rubrica) dos trabalhadores, conforme ilustram, a seguir, a Imagem 12 e a Imagem 13.

Imagem 12 - Caderno 8: Assinatura do trabalhador confirmando a produção

Atividades Mecânicas
ou quaisquer outros.

Preto	38	40	42	44	46	48
Amarillo	24	24	24	24	12	12
Laranja	24	24	24	24	12	12
Azul	25	25	25	25	13	13

Total: 474 peças

Wilfredo
Claudio
Amparo
Fatima

Ativar o Wi-Fi
Acesse Configurações

Legenda: Registro de produção com assinatura do trabalhador.

Imagem 13 - Caderno 11: Assinatura dos trabalhadores confirmando a produção

mes de maio 2018

[Redacted]	P	2847	[Signature]
[Redacted]	F	1622	[Signature]
[Redacted]	ch	1697	[Signature]
[Redacted]	CH	00	[Signature]

mes de junio 2018

[Redacted]	CH	1431	[Signature]
[Redacted]	CH	710	[Signature]
[Redacted]	CH		[Signature]

Legenda: Registro de pagamentos dos meses de maio e junio.

Bakhtin (1997) defende que há uma relação de interdependência do conteúdo temático com os demais elementos verbais: o estilo e a construção composicional. São esses elementos que, a partir do tema, explicam “o que” e “como” se enuncia. A seguir, em cada uma das seções, abordamos a diferença entre os conteúdos temáticos revelada pela análise desses elementos.

3.2 ANÁLISE: CONSTRUÇÃO COMPOSICIONAL

Conforme discutido na seção 1.2.3 desta dissertação, a construção composicional diz respeito à organização linguística e textual dos gêneros do discurso, que, segundo a perspectiva bakhtiniana, se tornam regulares em função do uso que os sujeitos fazem da linguagem em um determinado campo da atividade humana. Trata-se da arquitetura do gênero, que integra, estrutura e ordena as propriedades de um enunciado e relaciona os elementos constituintes do gênero (conteúdo temático e estilo), conferindo-lhe unidade e, por isso, possibilitando identificá-lo e distingui-lo entre outros gêneros.

Essa organização, relativamente estável, da construção composicional, conforme os estudos de Bakhtin, é renovada pelos sujeitos a partir da atualização no uso

da linguagem na esfera de atividade em que atuam. Daí a necessidade de, ao analisar um gênero, considerar sua interdiscursividade, o que significou, nesta pesquisa, investigar outros gêneros que em outros momentos históricos, em teoria, cumpririam as mesmas funções do *caderninho* na esfera do trabalho em outras circunstâncias de produção e de circulação, de modo a verificar em que medida, pode ou não o *caderninho* ser uma atualização desse(s) gênero(s).

Para isso, dois períodos históricos nos pareceram particularmente especiais para a compreensão do contexto de produção de gêneros que, de alguma maneira, pudessem corresponder ao *caderninho*: o período colonial e a república. O primeiro para compreender a forma com que, em outro período, pessoas escravizadas eram registradas e seu respectivo trabalho (se eram). O segundo para compreender como que pessoas com direitos trabalhistas e seu respectivo trabalho são registrados. Tanto no primeiro, quanto no segundo, focando no gênero do discurso que era produzido conforme a necessidade enunciativa do contexto social a qual emanaram. A partir das contribuições de Silva, Vasconcelos, Lira (2021) sobre inscrições contábeis no caso do Fundo de Emancipação de Escravos no Brasil, conhecemos o Livro de Matrícula Especial de Escravos. O Decreto-Lei de Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) de 1953 estabeleceu a criação do Livro de Registro de Empregados. Diante disso, para explorar alguns elementos de interdiscursividade de produção do gênero *caderninho*, na subseção a seguir, analisamos ambos os livros em seu contexto de produção e suas categorias de organização, para, em seguida, aprofundar o estudo sobre a construção composicional do *caderninho*.

3.2.1 Análise da construção composicional do Livro de Matrícula Especial de Escravos e do Livro de Registro de Empregados

No capítulo 2, resumimos alguns aspectos do Brasil Colônia, principalmente, a resistência dos senhores de engenho em abolirem, na prática, a escravização de pessoas, e de que modo o Estado brasileiro indenizou, por meio do Fundo de Emancipação, criado pela Lei Eusébio de Queiroz, esses senhores por “perderem” a propriedade sobre a mão de obra dos escravizados libertos. A criação desse Fundo resultou na elaboração do Sistema de Registro Contábil, que tinha dois

objetivos contáveis (o escravo e o seu senhor) lavrados em livros distintos conforme Silva, Vasconcelos, Lira (2021) o Modelo A (Imagem 14) e o Modelo B (Imagem 15).

O escravo é o primeiro objeto contável referido no Decreto nº 5.135 (art.1), cujo registro incluía alguns dos seus atributos (i.e., nome, sexo, cor, idade, estado civil, filiação, aptidão para o trabalho, profissão e observações relevantes) e de seu respectivo senhor (i.e., nome e residência). Esse conjunto de dados era introduzido no livro denominado Modelo A, que incluía quatro colunas destinadas à captura do dia da matrícula (i.e., registro inicial), os números de inscrição atribuídos ao escravo e a seu senhor, e informações relevantes pós-matrícula (Silva, Vasconcelos, Lira, 2021, p.7).

De acordo com as autoras, o segundo objeto contável previsto no Decreto nº 5.135 era o senhor de engenho cujo registro feito no livro denominado Modelo B, resumia-se ao nome completo, município de residência e assinatura. Além disso, no livro Modelo B, repetiam as informações dos escravizados registrados no Modelo A. Assim,

[...] a primeira coluna à esquerda no Modelo B era destinada à menção do número de inscrição geral do escravo no município, enquanto que a segunda seria o número de ordem na relação do senhor em questão. A assinatura do senhor no livro, ou de seu preposto, legitima a relação entre devedores e credores, fato que caracteriza o sistema contabilístico de partidas simples (Yamey, 2005). (Silva, Vasconcelos, Lira, 2021, p.7)

Espíndola (2016) ao pesquisar sobre os usos que senhores fizeram da matrícula especial de escravos sob perspectiva da historicização da matrícula articulada à utilização desse documento para reivindicar o direito de propriedade na justiça, apresenta imagens de ambos os modelos do Livro.

Imagem 14 - Modelo A – Livro de Registro Especial de Escravos

MODELO A.

Para a escripturação do livro da matricula especial de todos os escravos existentes no Municipio de.....da Provincia de.....

(Art. 1º do Regulamento.)

SENHORES		MATICULA				ESCRAVOS.							Observações	Averbações.
NUMERO DE ORDEN DAS RELACOES	NOMES	RESIDENCIA	NUMERO DE ORDEN Nas relações apre-sentadas do municipio	DATA	NOMES	SEXO	COOR	IDADE	ESTADO	FILIAÇÃO	APTIDÃO PARA O TRABALHO	PROFISSÃO		
1.º	Justino de Mendonça...	Nitheroy.....	1	2 Janeiro... 1872	Maria da Gloria Feminino...	Parda, 23 annos.			Solteira, Desconhecida.	Capaz de qual-quer trabalho,	Costureira...		Alugada na Corte	Mudada para a Pro-vincia de S. Paulo em 5 de Abril de 1872.
2.º	Manoel Antonio da Silva Corte.....		2	4 Abril..... 1872	Antonio..... Masculino...	Preto, 56 "			Viuvo...	Capaz de traba-lho que não seja muito pesado,	Carpinteiro.		Fugido desde o tembro de 1871	Fallecido no dia 6 de Maio de 1872.
3.º	José da Silva Peixoto....		3	5 "	Manoel.....	" 45 "			Solteiro, Filho legitimo de Manoel Casado com Maria crioula,	Invalido.....	Trabalhador de enxada			Manumittido por carta do 1º de Maio de 1872, lançada em notas do Tabelliao Fialho.
4.º	Manoel José Borges.....	Curato de Santa Cruz.....	4	5 "	Eudoxia..... Feminino...	Parda, 48 "			Casada.. Filha natural de Beatriz..	Nenhuma.....	Engomma-deira.....			Vendida a Manoel José da Silva, escriptura de 6 de Maio de 1872

Fonte: Apresentado por Espindola (2016)

MODELO B.

Relação n. 4 dos escravos pertencentes a Justino de Mendonça, residente no Município de Nictheroy. (Art. 2º do Regulamento.)

	NOMES	COR	IDADE	ESTADO	NATURALIDADE	FILIAÇÃO	PROFISSÃO	OBSERVAÇÕES.
8	1 João.....	Preta.....	32 annos....	Solteiro....	Rio de Janeiro.....	Desconhecida..	Cavouqueiro....	
9	2 Mathias.....	Pardá.....	40 »	Casado.....	Bahia.....	»	Cosinheiro.....	E' casado com a escrava Joanna desta relação, sob n. 7.
10	3 Firmino.....	Preta.....	35 »	Solteiro.....	Rio de Janeiro.....	»	Marítimo.....	
11	4 Thomé.....	»	50 »	»	»	»	»	
12	5 Jacintho.....	»	25 »	»	»	»	Pedreiro.....	
13	6 Thereza.....	Pardá.....	50 »	»	S. Paulo.....	»	Lavadeira.....	
14	7 Joanna.....	Preta.....	35 »	Casada.....	Bahia.....	»	Costureira.....	Mulher de Mathias.—N. 2.
15	8 Rita.....	»	20 »	»	Rio de Janeiro.....	»	Engommadeira..	
16	9 —pagão.....	Pardá.....	4 mezes....	Côrte.....	Filho legítimo de Joanna e Mathias.

Apresentado á matricula e matriculado em 3 de Janeiro de 1872.

Pagou quatro mil e quinhentos réis de emolumentos.

O Administrador
Vieira Pinto.

O Escrivão
Sáez.

N. B. A' excepção do ultimo, que é cria da casa, todos os mais foram havidos por legitima paterna.

Côrte, 3 de Janeiro de 1872.

Como Procurador do senhor,
Diogo de Mendonça.

Fonte: Apresentado por Espindola (2016)

Assim como a Lei Eusébio de Queiroz de 1850 motivou a criação do Livro de Matrículas dos Escravos, o Decreto-Lei nº 5.452 – Lei de Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) de 1953 estabeleceu o Livro de Registro de Empregados. A seguir,

apresentamos um breve panorama das condições sociais que provocaram a promulgação do decreto e a respectiva construção composicional prevista na lei para estrutura do Livro de Registro de Empregados.

Conforme já foi abordado, as classes dominantes resistiram ao fim da economia colonial de base escravista. Nesse contexto, Silva M. (2020) explica que mesmo com a abolição da escravatura em 1888, a lentidão para introdução de uma legislação social e trabalhista propiciou a continuidade do trabalho escravo que sobreviveu após a declaração da independência nacional, em 1822. Portanto, o autor afirma que desde os seus primórdios, no século XIX, a legislação trabalhista brasileira foi conquistada pela ação organizada dos trabalhadores em defesa de melhores condições de vida e trabalho (Silva M., 2020, p.130).

O fim do cativo, ou seja, a Abolição da Escravatura, era um progresso insuficiente para a construção de um país democrático, de acordo com Maringoni (2013 *apud* Silva M., 2020), por isso, os trabalhadores iniciaram a luta pelo reconhecimento ao direito de greve e pelos primeiros direitos trabalhistas no Brasil. No contexto de mobilizações de diferentes categorias trabalhistas, a partir da década de 1930, no governo do presidente Getúlio Vargas, deu-se início à construção do arcabouço da legislação social do trabalho no Brasil em vistas de legitimar as reivindicações do proletariado e do poder público de se inserir como mediador das relações entre as classes (Ianni, 1989 *apud* Silva M., 2020).

Em 1º de maio de 1943, foi promulgada, pelo Decreto-Lei nº 5.452, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), reunindo as leis sobre o direito individual do trabalho, o direito coletivo do trabalho e o direito processual do trabalho (Nascimento, 1999 *apud* Silva M., 2020, p.140). Esta legislação trabalhista, estabeleceu os princípios normativos gerais que regem o trabalho no Brasil até os dias de hoje. Conforme o artigo 41 da CLT e a Portaria MTP nº 671/2021 o empregador deve registrar todos os empregados seja de forma eletrônica (eSocial) ou então por outros meios físicos (livros ou fichas), devendo conter as informações mínimas indispensáveis do empregador no Termo de Abertura (Imagem 16) e no Registro de Emprego (Imagem 17): a) nome do empregado, b) data de nascimento, c) filiação, d) nacionalidade e naturalidade, e) número e série da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), f) número de identificação do cadastro no Programa de Integração Social (PIS), g) data de admissão,

h) cargo e função, i) remuneração, j) jornada de trabalho, l) férias, e m) acidente do trabalho e doenças profissionais, quando houver.

Imagem 16 - Termo de Abertura

TERMO DE ABERTURA

◇◇◇◇◇

estabelecido ou domiciliado à _____

_____ n.º _____, nesta cidade, com o negócio de _____

inscrito no I.N.S.S. sob n.º _____

registra o presente livro, n.º _____ com _____ folhas numeradas tipograficamente de n.º _____ (_____) a _____ (_____) no _____

SERVIÇO DE EMPREGO DA DRT LOCAL OU ÓRGÃO AUTORIZADO

em cumprimento ao disposto nos artigos 41 e 42 da C.L.T., declarando outrossim, que foi apresentada, na oportunidade, como prova de numeração anterior, o livro N.º _____

_____, _____ de _____ de _____

(ASSINATURA DO EMPREGADOR)

OBS.: Modelo de acordo com a Portaria N.º 195 de 10/5/68. D. O. 15/5/68

LIVRO REGISTRO DE EMPREGADO

Fonte: Fotografia do Livro de Registro de Empregados

Quadro 1 - Comparativo entre Livro de Matrícula Especial de Escravos e o Livro de Registro de Empregados

LIVRO DE MATRÍCULA ESPECIAL DE ESCRAVOS	LIVRO DE REGISTRO DE EMPREGADOS
Século XIX	Século XX e Século XXI
Dispositivo legal: Lei nº 2.040/1872	Dispositivo legal: Decreto-Lei nº 5.452/1943
<i>Dados dos senhores</i>	<i>Dados do empregador</i>
Nome	Nome
Residência	Endereço
-	Nº de inscrição no INSS
<i>Matrícula dos escravizados</i>	<i>Registro do empregado</i>
Nº de matrícula geral do município	Nº/ série da carteira de trabalho e Nº do PIS
Dia/mês/ano da matrícula	Data de admissão
<i>Dados dos escravizados</i>	<i>Dados dos empregados</i>
Nome	Nome
Sexo	-
Cor	Cor
Idade (que tinha ao ser registrado)	Data de nascimento
Estado	Naturalidade e nacionalidade
Filiação	Filiação
Aptidão para o trabalho	Função
Profissão	Cargo
-	Remuneração
-	Férias
-	Jornada de trabalho

Fonte: Elaborado pela autora.

Registro de dados do senhor de engenho e do empregador

Destaca-se que entre os dois enunciados, existe um dispositivo legal que normatiza quais informações devem ser enunciadas. Dessa forma, tanto o senhor de engenho quanto o empregador devem ser identificados. O senhor de engenho era identificado, na mesma forma nos Modelos A (Imagem 14) e B (Imagem 15), pelo nome e sobrenome, matrícula e pelo município da residência (Nichteroy, Côrte, Curato de Santa Cruz, por exemplo). A identificação do empregador no século XX e XXI ao invés de ser feita pelo nome próprio, passa a ser feita pelo nome fantasia da empresa, respectivo

número de cadastro do empregador junto ao Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) e endereço da empresa.

A legalidade do registro dos escravizados no século XIX e do registro dos empregados no século XX provavelmente é o que fez preservar similaridades entre o primeiro tipo de registro em comparação com o segundo. Entretanto, apesar do Registro de Empregado manter a garantia de identificação do empregador pela categoria “nome”, há uma mudança qualitativa quando o “nome” deixa de ser de uma pessoa para ser de uma empresa.

Identificação dos escravizados e dos empregados

O trabalhador escravizado ou liberto tem a identificação iniciada por um número, seja da matrícula ou da carteira de trabalho e do Programa de Integração Social (PIS). No entanto, apesar dos números de identificação de cada trabalhador (escravizado ou não) estarem associados a uma data, no caso da Matrícula de Escravos a data é de criação do número da Matrícula, enquanto que o Registro de Empregado a data associada é de admissão, ou seja, a partir de quando que aquele trabalhador passou a estabelecer uma relação trabalhista com a empresa contratante. A ausência de registro de quando a pessoa escravizada passou a pertencer ao senhor de engenho representa a objetificação da pessoa enquanto propriedade do senhor de engenho, ou seja, saber desde quando a pessoa é escravizada não tem importância, apenas o fato de que é propriedade e está sendo registrada como tal para possibilitar ao senhor de engenho a indenização do Estado.

Dados dos escravizados e dos empregados

O Livro de Matrícula é composto por várias informações pessoais das pessoas escravizadas (nome, sexo, cor, idade, estado, filiação, aptidão para o trabalho e profissão). O primeiro elemento é que as pessoas eram identificadas apenas pelo primeiro nome, diferentemente dos senhores de engenho que eram acompanhados pelos

sobrenomes. O sexo designado por masculino/feminino. A cor é registrada como preta/parda. O estado correspondia ao que é hoje o estado civil, portanto, solteiro/casado. A filiação para identificação dos pais, nesse caso, quando conhecidos, era registrado o nome dos pais e a profissão ou características de cada um, por exemplo “filho de Maria crioula”, quando não era conhecida a filiação era registrado “desconhecida”. A aptidão para o trabalho era a avaliação sobre quanto de trabalho era capaz de suportar e/ou executar, por exemplo, conforme a Imagem 14, “capaz de qualquer trabalho”, “capaz de trabalho que não seja muito pesado”, “inválido”, “nenhuma”. A profissão correspondia ao tipo de atividade desempenhada, logo, “costureira”, “carpinteiro”, “trabalhador de enxada”, “engommadeira”. Por último, no Modelo B (Imagem 15), ainda tem o registro da naturalidade (Rio de Janeiro, Bahia, S. Paulo, Côte). A partir da concepção de cada categoria de descrição e do respectivo preenchimento, podemos observar que se trata de um conjunto de informações que reforçam a desumanização das pessoas escravizadas, quando, por exemplo, o registro acontece apenas pelo primeiro nome (João, Mathias, Firmino...) diferentemente dos senhores de engenho (Justino de Mendonça) e, até mesmo, quando a criança não foi batizada, o termo para registro do nome é “pagão”. Além disso, o preenchimento da categoria “aptidão para o trabalho” em que respostas como “inválido” e “nenhuma” reafirmam o papel social de maquinário que ocupam na produção.

O Livro de Registro de Empregados (Imagem 17) é constituído por informação de descrição de características físicas do trabalhador (cor, cabelo, barba, bigode, olhos, altura, peso, sinais) acompanhadas de uma fotografia em tamanho 3x4. A descrição física a partir dessas categorias pode indicar uma adaptação da categoria “aptidão para o trabalho” do Livro de Matrícula, no sentido de quais características o trabalho tem que são compatíveis com a execução do trabalho para o qual foi contratado. Além disso, também compõem as informações do Livro de Registro de Empregados, previstas da lei, nome, CPF, Nº CTPS, título de eleitor, RG, data de admissão, função, salário, carga horária de trabalho, horário de trabalho, nacionalidade, filiação, naturalidade, estado civil, nome do cônjuge, grau de instrução, residência. É possível observar que a partir da transformação da relação de trabalho, escrava para de direitos, o gênero incorpora novas categorias, assim como transforma as que existem para corresponder ao reconhecimento da humanidade de todas as pessoas no novo sistema de produção capitalista. Assim, indicar o nome completo, ao invés de apenas o

primeiro nome como ocorre no Livro de Matrícula, indicada no Registro de Empregados a própria projeção da personalidade humana, onde são atribuídos direitos que asseguram a dignidade humana na vida social, reconhecidos posteriormente como Direitos da Personalidade previsto no art. 16 do Código Civil Brasileiro, Lei 10.406/02. Da mesma forma, registrar o sobrenome reconhece a origem do indivíduo, que, no caso das pessoas escravizadas era negado, afinal, o nome original, na língua e território de origem, foi forçadamente abandonado para dar lugar a um nome de origem portuguesa, do colonizador, a partir do batizado conforme os preceitos cristãos. Então, impor um nome português era viável por se tratar de um substantivo comum, porém, associar a algum sobrenome seria indicar uma linhagem portuguesa o que era incompatível com a relação de subordinação que era imposta às pessoas escravizadas, logo, a pessoa escravizada até poderia se chamar João, mas não poderia ser João Oliveira, porque aí ele seria igual ao seu explorador.

Nesse sentido de caracterização da pessoa de direitos e deveres, existe um conjunto formado por outras categorias de registro no Livro de Empregados. O RG, novamente, reafirma o direito ao reconhecimento da humanidade, é o documento oficial com as informações oficiais sobre a pessoa, como o nome, nome dos pais, data e local de nascimento. A nacionalidade, nome do cônjuge, grau de instrução, residência são um conjunto de informações que compõem a historicidade da pessoa. O CPF, identificação do contribuinte com a Receita Federal, é necessária já que o imposto de renda é descontado na folha de pagamento, como dever de um cidadão. Na perspectiva de garantia de direitos estão as categorias de número da CTPS, data de admissão, função, salário, carga horária e horário de trabalho.

A partir da análise dos dois livros, de Matrícula Especial de Escravos e de Empregados, apresentamos, na próxima seção, a análise da construção composicional do *caderninho*, estabelecendo conexões com ambos os registros contextualizando com a prática social e contexto social de que o gênero é produto.

3.2.2 Análise da construção composicional do *caderninho*

De antemão, assinalamos que diferentemente do Livro de Matrícula Especial de Escravos e do Livro de Registro de Empregados, o *caderninho* não é um

gênero cuja construção composicional tenha se constituído em formato de ficha e/ou com delimitação de espaço para cada categoria de registro.

A primeira análise fundamental é de que o *caderninho* é um gênero constituído para tratar o conteúdo temático “produção” na oficina, portanto, todas as informações sobre os trabalhadores, as condições de trabalho e informações da esfera pessoal advém do registro da produção. Essa seria a primeira diferenciação entre os três gêneros. Enquanto que os livros tratam dos trabalhadores (escravizados ou livres), o *caderninho* trata da produção e, como parte da produção, estão os trabalhadores. De certo, a concepção da pessoa como “maquinário” também pertencia ao modo de produção escravagista abordada no período colonial, porém, no Livro de Matrícula Especial dos Escravos a pessoa escravizada, ainda que desumanizada, é uma categoria descrita em razão do vínculo da sua existência como posse de um senhor de engenho e a indenização que a ele será dada pela proibição do tráfico transatlântico de escravos. Assim, a indenização ao senhor de engenho é o elemento da esfera extraverbal de produção do gênero que motivou na construção composicional a pessoa escravizada como uma categoria de descrição.

A seguir, examinamos o *caderninho* conforme os eixos de análise dos livros. Para tanto, ao invés de “Registro de dados do senhor de engenho e do empregador”, “Identificação dos escravizados e dos empregados” e “Dados dos escravizados e dos empregados” utilizaremos “Registro de dados da empresa contratante e do oficinista”, “Identificação dos trabalhadores” e “Dados dos trabalhadores”.

Registro de dados da empresa contratante e do oficinista

O gênero *caderninho* é produzido no contexto social em que o artigo 149 do Código Penal prevê os elementos que caracterizam como crime a redução de um ser humano à condição análoga à de escravo. Além disso, o gênero é produzido em uma oficina de costura que presta serviços à outra empresa terceirizada que compõe uma rede de terceirizações de uma produção descentralizada conforme o modelo de produção taylorista abordado no capítulo 2.

Retomar esses elementos da esfera extraverbal de produção do *caderninho* é importante para compreendermos que o interlocutor é o oficinista, pessoa que gerencia a produção da oficina, a quem o representante da empresa contratante faz interlocução para encomenda da produção. Dito isso, se em um livro constava o nome completo do senhor de engenho e no outro o nome da empresa (inclusive, também é vinculado à um nome completo de uma pessoa física), no *caderninho* o representante da empresa contratante da oficina é identificado por um pseudônimo, apelido ou pelo primeiro nome apenas. Novamente, o uso do nome e sobrenome como elemento de humanização ou desumanização. Nesse caso, para desvencilhar de uma possível imputação de crime, o uso de um pseudônimo, apelido ou primeiro nome pretende dificultar a atribuição humana, elemento de reconstituição identitária, logo, responsabilidade penal sobre o crime praticado como primeira hipótese, e, na segunda hipótese, também é a maneira pela qual a empresa matriz, da marca que as peças são costuradas, se mantém em anonimato para que não seja responsabilizada na possibilidade de desmonte da oficina em ação de resgate de trabalhadores pela auditoria fiscal do trabalho.

Para identificar quem seria o contratante da oficina dentre tantos nomes registrados, observamos que o pseudônimo, apelido ou nome próprio aparecia em mais de um caderno, em registros de anos diferentes e sempre acompanhado das maiores quantidades de peças produzidas e os maiores valores de pagamento, permitindo-nos entender que se tratava do valor total da produção, conforme a Imagem 18, a Imagem 19, Imagem 20 e Imagem 21.

Imagem 18 - Caderno 1: Produção encomendada

Outubre 2019		
S T Q Q S S D		
77		
78 = polo masc.	2088	Pago
92		
93 = HOLLISTER flexão	2112	Pago
3 = maletão super	798	Pago
7 = polo masc.	2352	Pago
9 = Tomy masc	2170	
5 = Bermuda Orelly	1470	

Legenda: Anotações do mês de “outubre” de 2019, quantidade de peças de cada marca/modelo, respectivo valor total para cada modelo que somam R\$10.913,00 e a condição de “pago”.

Imagem 19 - Caderno 1: Produção encomendada

21 Gucci feminino socialado	710
72 super masculino socialado	642
73 piner super socialado	682
77 polo masc.	2208
79 flexão super socialado	660
85 sacola masculina	1874
81 S masculina	1790
91 miston masculino	2130
90 Tomy masc	2105
70 Quilty super socialado	6290

Legenda: Anotações sem identificação de mês/ano, com quantidade de peças de cada marca/modelo e o respectivo valor.

Imagem 20 - Caderno 1: Identificação do representante da empresa contratante

22	Gucci fechado sacolado	710
72	siper masculina sacolado	642
73	prince siper sacolado	682
77	prince masc.	2208
79	reserva siper sacolado	660
85	lacoste masculina	1874
89	S masculina	1790
91	Atlatari masculina	2130
90	Tomy masc.	2105
30	Oacley siper sacolado	
		6290
		4579
		4484
		15353

Legenda: Anotações do mês de mayo (sem identificação de ano), quantidade de peças de cada marca/modelo e valor total somando R\$6.290,00 adicionando mais outros valores sem descrição R\$4.4579,00 e R\$4.484, totalizando R\$15.353,00.

Imagem 21 - Caderno 1: Identificação do representante da empresa contratante

Primer dia	5000	
X	= 4000	= 18/12/17
X	= 3000	= 18/12/17
X	= 5000	= 19/12/17
X	= 5000	= 19/12/17
X	= 5000	= 21/12/17
X	= 5930	= 26/12/17

Legenda: 3 nomes masculinos com quantias entre R\$3.000,00 a R\$5.930,00 reais entre dezembro de 2017 a abril de 2018.

Quanto ao oficinista, a identificação é muito mais desafiadora. No gênero *caderninho* não há registros de informações que possibilitem a associação a algum nome ou número, ou seja, a identificação do oficinista. A única característica evidente em todo o gênero *caderninho* é de que o interlocutor é falante da língua espanhola, muito provavelmente, boliviano(a) (Imagem 22 e Imagem 23).

Imagem 22 - Caderno 1: Escrita em espanhol

fecha	codigo	cantidad	total
21-02-17	239 LA.	1650 x 2	= 3,300
25-02-17	moleton sip.	640 x 3.50	= 2,240
07-03-17	046 AP.	910 x 3.50	= 3,185
11-03-17	palo	1745 x 2	= 3,490
15-03-17	Redell 80	831 x 3.5	= 2,908
22-03-17	246	1652 x 2	= 3,304
22-03-17	11	720 x 3.5	= 2,520

Legenda: “cuenta”, “fecha”, “codigo”, “cantidad”

Imagem 23 - Caderno 2: Escrita em espanhol

Se q' ambas nos hicimos daño tal ves no, pero la decision q' se tomo fue esa y no vera marcha atras.

Las dos semos orgullosas y creo q' nadie nos podia guiar, eso asi q' cada uno siga su camino y si algun dia volveremos a chocar entre si, ya no paso nada.

Jung, lo correcto seria decir pero va a ser todo principio tiene final, bueno era decision de cada uno, lo unico q' puedo pedir si es q' volveramos a hablar seria saber si me llegaste a querer como a nadie en este planeta, aung' es una pregunta estúpida mejor no dejemos todo como este.

Legenda: texto de diário em espanhol.

Nesse exercício de análise dos dados do representante da empresa contratante e do oficinista, fica explícito que assim como nos livros de Matrícula quanto no de Registro de Empregados o nome é uma categoria de identificação possível para o contratante, mas não é para o oficinista. O uso de pseudônimo, apelido ou primeiro nome cumpre a função de omissão da identidade da pessoa física (pessoa que contrata) quanto da jurídica (empresa da marca que as roupas são costuradas). Em relação ao oficinista, que não possui papel correspondente nos livros de Matrícula e de Registro de Empregados, existem dados que comprovam a prática social desempenhada por ele, mas a identificação é circunscrita à possibilidade de ser falante de espanhol como língua materna, o que pode indicar algumas nacionalidades.

Identificação dos trabalhadores

Diferentemente da identificação por número de matrícula ou pelo número da série da carteira de trabalho, o trabalhador na oficina de costura não é identificado ou associado a nenhum número. No que diz respeito à data de matrícula ou à data de admissão, o tempo de vínculo empregatício pode ser verificado por meio da data da produção e/ou pelos registros de pagamento, de modo geral, assinalados mensalmente.

Dessa forma, é possível saber se um trabalhador se mantém por um período contínuo ou se seu vínculo com a oficina é intercalado.

Dados dos trabalhadores

Assim como na construção composicional dos livros analisados acima, ao estudar sobre a composição do *caderninho*, notamos que a categoria do nome, neste caso dos trabalhadores, também é influenciada por uma lei, que é um gênero discursivo e a sua existência gera interdiscursividade na composição do *caderninho*, a de proibição do trabalho em condições análogas ao escravo, e, por isso, o fato de ser registrado apenas o primeiro nome não implica somente a desumanização implementada no período colonial para imposição da subordinação e exploração, mas também a necessidade de anonimato (ou de dificultar a identificação) no caso de possível investigação. Outra possibilidade importante a partir da categoria do nome é a identificação do gênero (masculino/feminino) e, em alguns casos, indica que a possível nacionalidade do trabalhador, considerando sua língua materna.

A categoria “nacionalidade” está presente no Livro de Registro de Empregados que, conforme desenvolvemos anteriormente, compõe um conjunto de dados que reconhecem a humanidade do empregado e, com isso, uma série de direitos que são garantidos aos brasileiros e imigrantes. No *caderninho*, é possível inferir, a partir dos nomes próprios em espanhol e pelos registros que indicam o percurso de La Paz (Bolívia) até São Paulo, conforme a Imagem 24, que a maioria dos trabalhadores, incluindo o próprio oficinista (na imagem 24 o que permite a presunção é pela escrita em espanhol), são imigrantes. Considerando a possibilidade de a maioria dos trabalhadores (possivelmente todos) serem imigrantes, compartilhamos a reflexão sobre essa categoria ocupar a mesma função da categoria “cor” no Livro de Matrícula Especial de Escravos no sentido de ser pela atribuição da nacionalidade, em outro momento histórico foi da cor, que justifica serem esses trabalhadores os explorados em condições análogas ao escravo.

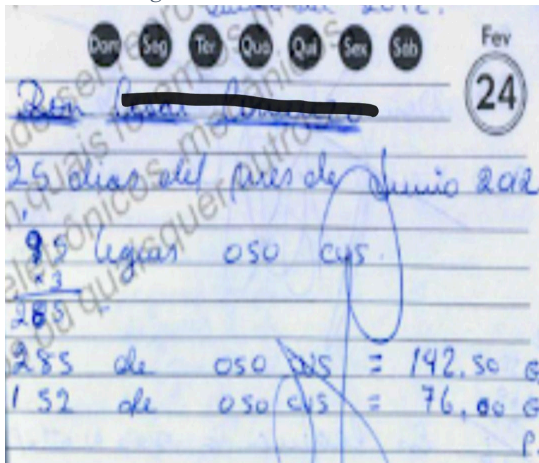
Imagem 24 - Caderno 2: Traslado de La Paz até São Paulo

Pasaje La Paz São Paulo			
La Paz	Cbba	40	Bs
Cbba	S. C.	80	Bs
S. C.	Auyarro	80	Bs
Auyarro	São Paulo	210	Reales
Imigración		130	Dólares
Comida			
Pollo		100	Reales
Eopa		50	Reales
Pan de Azúcar		10	Reales
Almuerzo		15	Reales
Desayuno		10	Reales
Cartón			175

Legenda: informações sobre traslado

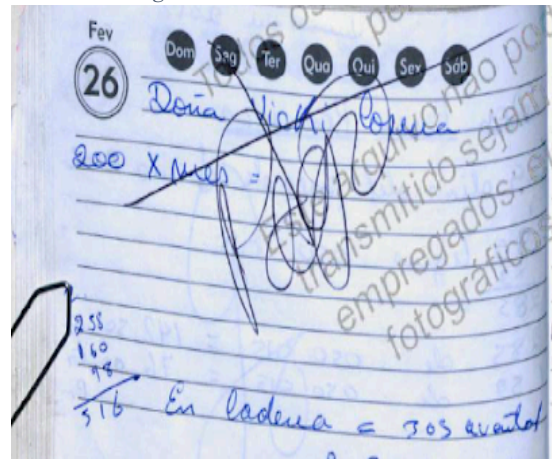
A categoria “data de nascimento” não é possível ser identificada no *caderninho*, porém, há indícios da faixa etária de algumas pessoas cujos nomes são antecidos por “Dom/Dueña” (Imagem 25, Imagem 26 e Imagem 27) e também indícios de que crianças fazem parte do dia a dia das oficinas.

Imagem 25 - Caderno 5: “Don”



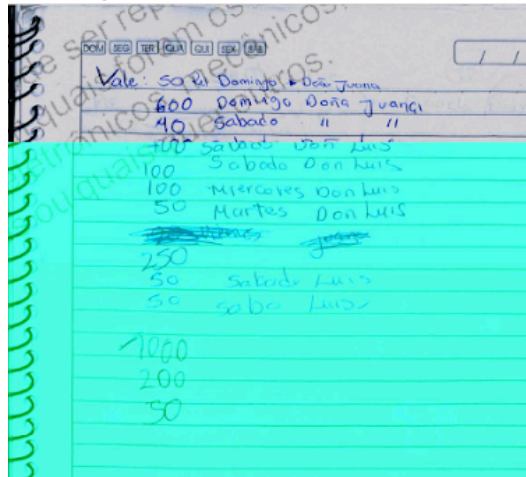
Legenda: pronome de tratamento antes de nome masculino

Imagem 26 - Caderno 5: “Doña”



Legenda: pronome de tratamento antes de nome feminino

Imagem 27 - Caderno 9: "Don" e "Doña"



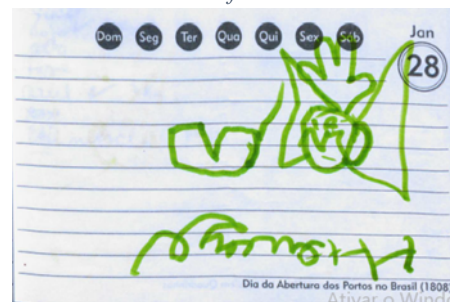
Legenda: pronome de tratamento antes de nomes

Como mencionado anteriormente, desenhos infantis (Imagem 28 e Imagem 29) e grafia característica da fase de alfabetização (Imagem 30 e Imagem 31) podem ser evidência de que crianças participam do dia a dia das oficinas, mas não somente. Também é a marca de um outro gênero discursivo, no caso, atividades escolares que é compreendido no gênero *caderninho* em razão da esfera extraverbal de enunciação. Neste sentido, destacamos que, como defendem vários estudos na área da Sociologia, como os de Souza (2013), é, antes de qualquer outro lugar, no interior dos lares que as classes sociais são formadas, onde as crianças são expostas a estímulos que, no fim das contas, têm enorme impacto no desenvolvimento de diferentes capacidades e no acesso distinto a todos os bens e recursos sociais escassos em competição na luta social.

Imagem 28 - Caderno 4: Desenho infantil – figura identificável



Imagem 29 - Caderno 5: Desenho infantil – figura não identificável



Legenda: desenho não identificável

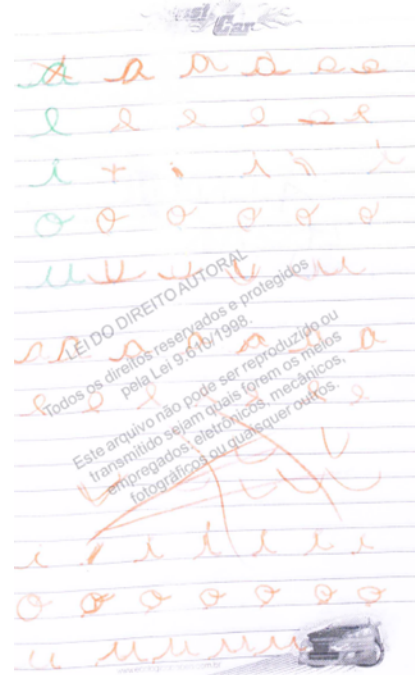
Legenda: desenho identificável

Imagem 30 - Caderno 4: Letra infantil



Legenda: possivelmente em nível pré-alfabético

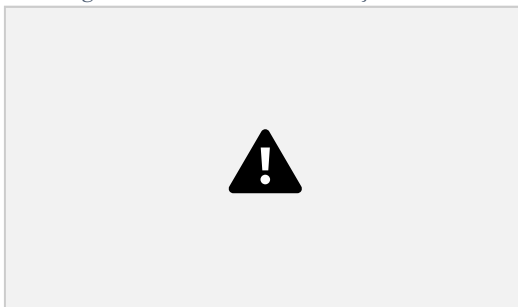
Imagem 31 - Caderno 4: Exercício escolar



Legenda: possivelmente em nível de alfabetização

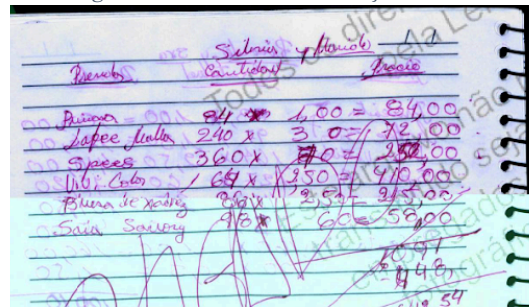
Quanto ao “estado” ou “estado civil”, o que tem de evidência é o registro de pagamento e/ou produção de um nome masculino associado a outro feminino indicando que seja um casal, conforme a Imagem 32 e a Imagem 33.

Imagem 32 - Caderno 10: Produção de casal



Legenda: Registro de produção de “Roman y Señora”

Imagem 33 - Caderno 10: Produção de casal



Legenda: Registro de produção de “Silvia y Marido”

A categoria “aptidão para o trabalho” no Livro de Matrícula Especial dos Escravos que designava se a pessoa escravizada era capaz de executar qualquer tipo de trabalho não tem correspondência no *caderninho*. No entanto, um ponto que nos

chamou bastante a atenção é o fato de ser designada não só a função do trabalhador nas atividades relativas à costura, mas também sua função em atividades de manutenção da oficina, como a limpeza do local (Imagem 3 e Imagem 35) e de preparo de alimentos para o grupo como mostra a Imagem 34.

Imagem 34 - Caderno 1: Divisão da função no preparo das refeições

Desayuno	Almuerzo	Cena
lunes = Ofelia 1	Ana 1	Nelida
martes = Yovanna 1	Beatriz 2	Dionicia 1
miercoles = Ana 2	Nelida	Ofelia 2
Jueves = Beatriz 2	Dionicia 2	Yovanna 2
viernes = Nelida	Ofelia 2	Ana 3
sabado = Dionicia 3	Yovanna 3	Beatriz 3

Legenda: Divisão entre as mulheres no preparo das refeições (desayuno, almuerzo, cena) por dias da semana (lunes, martes, miercoles, jueves, viernes, sábado).

Imagem 35 - Caderno 1: Divisão da função de limpeza da cozinha

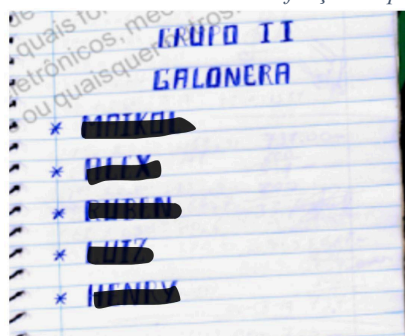
2ª	3ª	4ª	5ª
1ª: Yovanna			
2ª: Roger - Jaime			
3ª: Nestor - Victor			
4ª: Solinho - Dolly			
5ª: Ruben - Suer			
6ª: Anu - David			

Legenda: Divisão entre os homens para a limpeza da cozinha por dias da semana (2ª, 3ª, 4ª, 5ª).

Conforme é possível observar na Imagem 3, na Imagem 34 e na Imagem 35, o trabalho de limpeza é enunciado por uma escala de trabalho em que majoritariamente homens ocupam esse lugar, enquanto que é atribuída às mulheres a função de cozinhar para o grupo.

As atividades habituais de uma oficina de costura são identificadas, de maneira explícita pela menção ao trabalho ou mesmo ao equipamento empregado em tal função, como “galonera” (Imagem 36). Outra forma de identificar tais funções é o registro da divisão dos modelos de peças as serem costurados apresentada na Imagem 37.

Imagem 36 - Caderno 3: Divisão da função na produção



Legenda: registro dos nomes de quem costura na máquina galoneira

A “jornada de trabalho” pode ser identificada pela produção e pela divisão do preparo das refeições. A partir desses dois tipos de registro é possível presumir que os trabalhadores fazem todas as refeições na oficina porque trabalham em todos os turnos para cumprir com uma jornada de trabalho exaustiva, por exemplo, conforme mostra a Imagem 37 em que um trabalhador, em um mês, costurou 1.761 peças.

Imagem 37 - Caderno 10: Jornada Exaustiva

Peça	Quantidade	Peça
V. de Cinto	30 x 150 =	45,00
Sala	109 x 20 =	218,00
Etico Galoneira	26 x 20 =	52,00
pequena "	200 x 20 =	400,00
Lufoe B	30 x 10 =	300,00
"	100 x 7,00 =	700,00
"	10 x 30 =	300,00
Almeida R.	70 x 25 =	175,00
Bolero	198 x 20 =	396,00
" Regata	50 x 5 =	250,00
Lufoe U.	79 x 20 =	158,00
		277,30
		1761

Legenda: Lista de produção mensal de um trabalhador. Ao total foram costuradas 1.761 peças de diferentes modelos.

A gestão financeira da oficina consiste em: a) pagamento pela costura das peças de roupas, b) pagamento e cobrança do vale, c) cobrança da dívida dos trabalhadores e d) acertos com a empresa contratante. O pagamento tem espaço específico no *caderninho*, onde são registrados: o nome do trabalhador e o cálculo do pagamento (quantidade de peças x valor da unidade) subtraídos os vales. Além disso, é recorrente a assinatura dos trabalhadores logo abaixo dos cálculos do pagamento (Imagem 38), atribuindo ao gênero uma formalidade que contrasta com o contexto da prática social, de ilegalidade.

Imagem 38 - Caderno 3: Cálculo para pagamento

Day	Quantity	Unit Value	Total Value
1	59	3.2	
2	204	11.280	12.11 x 39 x
3	120	0.5	0.65 1.20
4	331		7.87 70.8
5	64	3.00	2.04 x 120 x
6	50	0.85	1.00 0.85
7	182		2.04 1.02
8	45	3.00	5.0 x
9	199		Ativar o Windows, 1.95.8
10	95	3.00	Acesse Configurações para Ativar o Win

Legenda: Cálculo para pagamento organizado por dia (1 ao 11), quantidade de peças (1.594 ao total) e valor por tipo de peça (0,65, 1,20, 1,00, 0,85), totalizando R\$1.195,80.

Imagem 39 - Caderno 4: Cálculo para pagamento

24/03/12		
10. B.ased.	7. R\$.	70
185. calsa.	4. R\$.	420
36. calsa	7. R\$.	252
140. calsa	4. R\$.	560
129. calsa.		580.50
		1882.50
		1545.
		337.50
10. Vales.		
50 Vale		
50 Vale		
100 Vale		
600 Vale		

Legenda: Cálculo de pagamento organizado pela quantidade de peças de cada modelo (500), multiplicado pelo valor de cada peça (R\$4,00 e R\$7,00), somado o valor total por cada peça (1.882,50), subtraído pelo valor de vales/dívida (R\$1.545,00) e o total a ser recebido (R\$337,50)

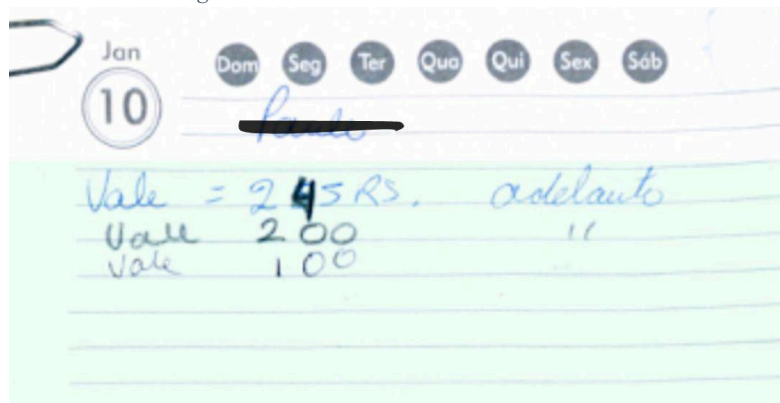
O vale é a antecipação de parte do valor total a ser pago ao trabalhador por sua produção. A cada valor registrado é adicionado um sinal gráfico de “mais” (+), indicando o somatório de valores, como também pode representar o número de vales que o trabalhador recebeu. Da mesma forma que os outros elementos constituintes do gênero, a construção composicional é configurada tanto por fundamentos individuais do sujeito quanto por fundamentos da coletividade. A Imagem 40 e a Imagem 41 nos permitem visualizar a articulação desses dois fundamentos. Alguns oficinistas registram, em uma lista coletiva, a data em que o vale foi concedido ao lado do nome dos trabalhadores, conforme mostra a Imagem 40 e outros registram os adiantamentos individualmente, como na Imagem 41.

Imagem 40 - Caderno 9: Lista coletiva de vales



Legenda: Vales de 2018 organizados pelo nome, valores separados pelo sinal gráfico “+”

Imagem 41 - Caderno 5: Lista individual de vales

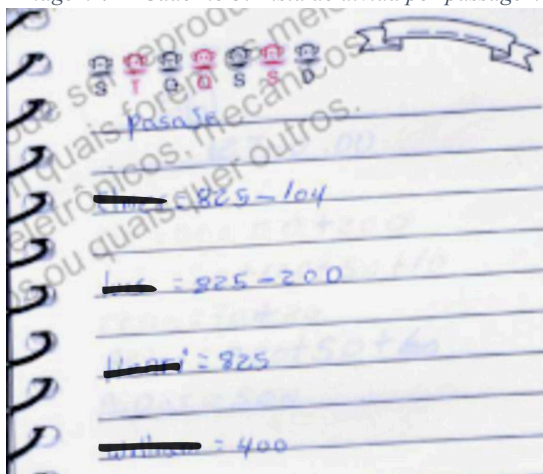


Legenda: Registro de Vale organizado pelo nome do trabalhador, o termo “vale” seguido do valor (entre R\$ 100,00 e R\$245,00)

A diferença de registro que vemos na Imagem 40 e na Imagem 41 revela tanto a dimensão individual do locutor quanto o contexto de produção do gênero discursivo *caderninho*.

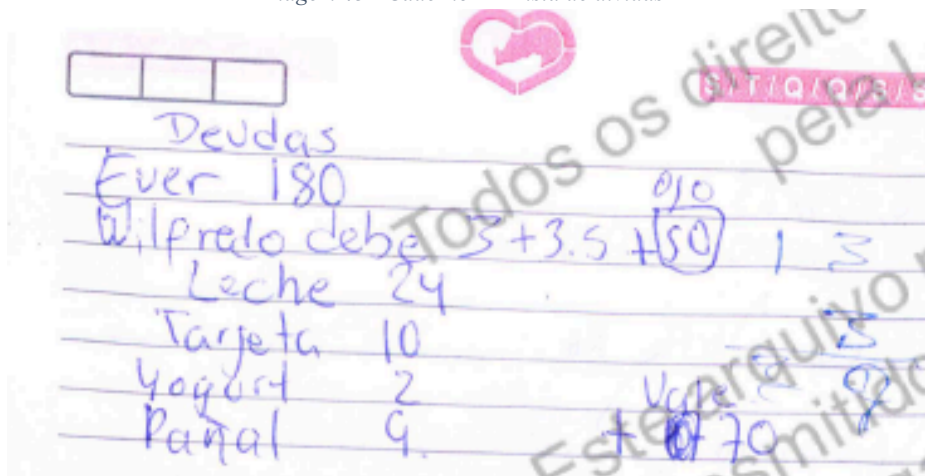
Por último, no que diz respeito à gestão financeira da oficina, há também o controle de dívidas que os trabalhadores supostamente têm com o oficinista para a compra de máquina de costura, celular, passagem do país de origem para o Brasil, entre outras finalidades (Imagem 42 e Imagem 43).

Imagem 42 - Caderno 3: Lista de dívida por passagem



Legenda: Lista de trabalhadores que devem dinheiro pela compra da passagem

Imagem 43 - Caderno 1 – Lista de dívidas



Legenda: registro dos gastos pessoais de um(a) trabalhador(a)

Considerando as categorias de composição dos livros de Matrícula Especial de Escravos e de Registro de Empregados, o *caderninho* também é motivado por uma lei, a de criminalização da prática do trabalho em condições análogas ao escravo, mas,

neste caso, diferentemente dos dois outros gêneros, a lei não implica objetivamente no gênero, ou seja, qual composição terá, por exemplo, e, sim, subjetivamente, a composição se dará para ocultar responsáveis pelas condições ilegais de trabalho. Por isso, apesar de ser possível identificar a pessoa que contrata o serviço da oficina, não é possível identificar enquanto pessoa física e nem jurídica.

A relação tempo x trabalho não pode ser identificada pelo início do trabalho ou da relação com o costurista, mas pela produção. Da mesma maneira, a jornada de trabalho pode ser classificada como exaustiva pela quantidade de peças costuradas ao final de um mês, reforçada pela rotina das refeições na própria oficina (Imagem 34) pelos desenhos infantis (Imagem 28 e Imagem 29) que indicam ser o local onde os pais passam a maior parte do tempo (e as crianças).

No que diz respeito à identificação do trabalhador, assim como no Livro de Matrícula Especial de Escravos, apenas o primeiro nome é usado. Um aspecto que fica evidente nos registros analisados é o predomínio de nomes masculinos nas listas de trabalhadores. Dado que é corroborado por Ribeiro C. (2016, p. 108-9), que, com base em sua pesquisa sobre a migração de mulheres bolivianas para São Paulo, destaca que “ao contrário de outros contextos migratórios, em que homens e mulheres realizam ocupações diversas, bolivianos e bolivianas se inserem [...] nos mesmos empregos, qual seja, de costureiros”. No entanto, conforme aponta a autora, os homens são maioria nas oficinas de costura da cidade. Ribeiro C. (2016, p. 110) explica que

De maneira geral, quando chegam a São Paulo, os migrantes não sabem ainda costurar; no caso dos homens, ao serem recebidos em uma nova oficina, se dedicam a aprender a costurar e recebem um valor menor por peça até se tornarem experientes. Mas, como comentamos, com as mulheres o processo pode ser diferente. Caso seja necessário, assumem o trabalho de faxineira ou cozinheira antes de poder trabalhar na costura, ou dividem as duas atividades até adquirirem experiência, o que leva mais tempo. A realização das atividades domésticas, de forma remunerada ou não, marca a diferença de inserção entre homens e mulheres nas oficinas.

No *caderninho*, a cor deixa de ser a categoria de identificação que justifica a exploração e a nacionalidade possivelmente ocupa esse lugar. Idade, sexo filiação e aptidão para o trabalho são categorias que não aplicam. Enquanto que função, remuneração/pagamento e jornada de trabalho são categorias significativas de organização do gênero. Para além de todas as categorias relacionadas aos gêneros

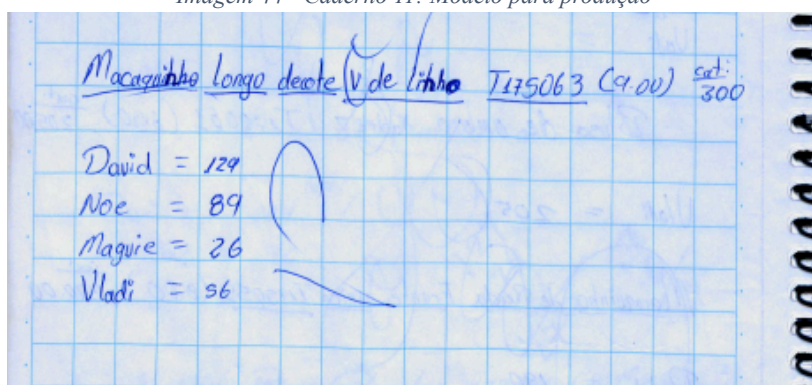
desenvolvidos até aqui, o *caderninho* ainda apresenta outras categorias da própria composição as quais apresentamos a seguir.

O caderninho para além das categorias dos livros de Matrícula Especial de Escravos e de Registro de Empregados

O Livro de Matrícula de Escravos e o Livro de Registro de Empregados são gêneros que não contemplam a produção, no entanto, como já desenvolvemos nesta pesquisa, o conteúdo temático do *caderninho* é a produção e com essa finalidade a construção composicional é organizada.

A produção está organizada pelo controle da costura das peças. Para isso, as informações de modelo e quantidade são fundamentais, assim como a quantidade de peças costuradas por cada trabalhador. O modelo pode ser identificado por um código numérico, pelo tipo da peça (Imagem 44 e Imagem 45) ou pelo croqui. A partir disso, verificamos o registro de datas, que indicam o período de produção. As marcas e tamanho distinguem as peças entre si.

Imagem 44 - Caderno 11: Modelo para produção



Macaquinho longo decote V de linho T175063 (9.00) cat: 300	
David	= 129
Noe	= 89
Maguire	= 26
Vladi	= 56

Legenda: Produção conforme o modelo a ser costurado, neste caso, a peça é “macaquinho longo decote V de linho”.

Imagem 45 - Caderno 8: Modelo para produção

Talla	38	40	42	44	46
Preto	18	18	18	18	18
Branco	6	6	6	6	6
Azul	4	4	4	4	4
Coral	6	6	6	6	6
Pink	2	2	2	2	2
Total	167 peças				

Legenda: Produção conforme o modelo a ser costurado, neste caso, a peça é “vestido longo com abertura frontal”, nas “talla: 28 ao 46” e nas cores “preto, branco, azul, coral e pink”.

Outro elemento de composição do *caderninho* é a assinatura. Na seção 3.1, defendemos que a assinatura constrói o conteúdo temático e, como elemento de composição, é geralmente enunciado próximo ao resultado do cálculo do pagamento ao trabalhador. Em contrapartida, na relação de vales, a assinatura é elemento constitutivo. A decisão em não registrar com assinaturas os vales pode indicar que seja uma forma de evitar que o trabalhador tenha acesso ao total aos vales que acumula, podendo chegar ao ponto de, diante do descontrole da quantidade recebida, se endividar com o oficinista e, por este motivo, ser coagido a trabalhar somente para pagar as dívidas. O pagamento sendo o “legal” e o vale, “ilegal”, podem ser as práticas sociais que justifiquem que em uma situação uma assinatura seja enunciada enquanto que na outra não.

O fato de haver assinaturas dos trabalhadores em apenas alguns registros nos remetem ao princípio do propósito comunicativo do gênero *caderninho*. Neste sentido, parece-nos oportuno reiterar que a escolha de um gênero é determinada, entre outras coisas, pela especificidade da esfera da troca verbal e pelas relações entre os parceiros da comunicação (Fiorin, 2006, p. 74), o que significa considerar que há um acordo entre os interlocutores a respeito da necessidade de os trabalhadores atestarem, por meio de suas assinaturas, a “veracidade” de determinadas informações.

Imagem 46 - Caderno 11: Lista de pagamentos confirmados por assinatura

Febrero 2017	
[Redacted]	6,00
[Redacted]	6,00
[Redacted]	3.488,3
[Redacted]	3.374,3
[Redacted]	1.117
MARZO 2017	
[Redacted]	700
[Redacted]	700
[Redacted]	3.692,6
[Redacted]	2.256
[Redacted]	1593,7

Legenda: Registro de pagamento dos meses de “febrero” e “marzo” de 2017 organizados pela sequência de mês, ano, lista de nomes.

Imagem 47 - Caderno 12: Relação de Vale sem assinatura

20.00
02/12 - R\$ 20,00 + 9,50
02/12 - R\$ 20,00
09/12 - R\$ 20,00
09/12 - R\$ 49,00
09/12 - R\$ 250,00
09/12 - R\$ 9,00
11/12 - R\$ 11,00
11/12 - R\$ 20,00
15/12 - R\$ 20,00 + 20,00
16/12 - R\$ 45,00
18/12 - R\$ 12,50 P
20/12 - R\$ 12,50 P
21/12 - R\$ 300,00
22/12 - R\$ 20,00
23/12 - R\$ 6,00
23/12 - R\$ 100,00
28/12 - R\$ 35,00
29/12 - R\$ 45,00

Legenda: Lista de vales de um trabalhador organizada pela data e valor, sem assinatura.

Por último, cabe destacar que a natureza da exploração da mão-de-obra nessas oficinas de costura tem, em seu cerne, relações de dominação da vida dos trabalhadores. A dominação vai além das tarefas regularmente assumidas pelos sujeitos nesse campo de atividade. Trata-se de controlar o que o trabalhador faz com o pagamento que recebe por seu trabalho e quais outras atividades faz para além da produção, essa temática foi desenvolvida na seção 3.1 deste capítulo. A análise da construção composicional do gênero *caderninho* nos permitiu verificar o controle explícito que o oficinista tem sobre a vida dos trabalhadores, evidenciando a dimensão que a esfera do trabalho tem na vida dessas pessoas, sobrepondo-se à esfera pessoal.

A relação de domínio do oficinista sobre os trabalhadores na esfera pessoal se dá por meio do controle do uso de dinheiro para gastos pessoais e do controle das relações sociais, evidenciado por registros referentes a formas de lazer, a relações

familiares, à alimentação e, em alguns casos, até mesmo a assuntos sobre os quais o trabalhador estuda, entre outras atividades de diversas naturezas.

Assim como a esfera extraverbal é determinante para a construção desse gênero, a própria produção do gênero *caderninho* serve como instrumento para a manutenção da relação de dominação e subordinação dos trabalhadores. Portanto, uma vez que a esfera extraverbal é a do trabalho em condições análogas à escravidão, o controle sobre a vida do trabalhador é registrado no *caderninho*, podendo ser usado para controlar do trabalhador. Fica evidente, assim, que as práticas sociais, ao mesmo tempo em que determinam a produção desse gênero do discurso, são impactadas pelos enunciados que o configuram, ou seja, que materializam esse gênero.

O controle dos gastos pessoais é um dos níveis da construção composicional que representa a condição de dominação que o oficinista exerce sobre o trabalhador, pois além impor horas extenuantes de trabalho e servidão por dívida, o oficinista mantém vigilância com o gasto que o trabalhador tem do próprio dinheiro, seja ele advindo do salário ou dos vales recebidos. Registros de gastos pessoais do oficinista e de sua própria alimentação, por exemplo, se misturam com os gastos da produção, ou seja, com informações sobre a compra de fios ou de maquinário. Quer dizer, não há limites muito claros entre enunciados referentes a práticas sociais do âmbito pessoal do oficinista – tais como relações pessoais, alimentação, atividades de lazer e até mesmo suas atividades da esfera da educação – e enunciados que dizem respeito à produção da oficina/trabalhadores ou a dados financeiros (da oficina, do oficinista e dos trabalhadores) e administrativos, conforme ilustram a Imagem 48 e a Imagem 49.

Imagem 48 - Caderno 15: Lista de gastos do oficinista

100 + 600	Rs + 54.
COSINA	31 Rs.
CENTRO	00 Rs
PAN	4 Rs
HILLO	10 Rs
COSINA	27 ²⁰ Rs.
PAN	5
PAN	5
MAQUINA	365.
MAQUINA	5 SAO
PASAJE	8
PTU	10
COSINA	45 ²⁰
COSINA	45 50.
LINHAS	10
LINHAS	13 62.
COSINA	60
CARRETTAS AQUE PAN	42 50
TRINA ACUA	14 40
COSINA	50
ALUGUE O	850 = 1639/4
ENCUQUEE	3:00 = 1134/6
PLANCIAA	540 = 273.6

Legenda: Lista de gasto do oficinista com a oficina e com alimentação.

Imagem 49 - Caderno 1: Lista de gastos do oficinista

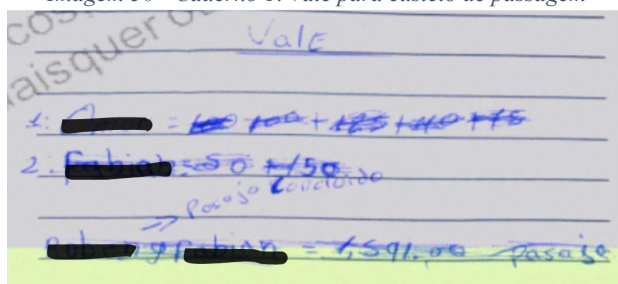
la plata que yo gaste		
Reales		
Pan	-10.00 +7.6	21-02-17
Carne	-50.00	24-02-17
pasaje	=7.6	25-02-17
Pan	-15	28-02-17
pasaje	=7.6	02-03-17
carne	=90.00	02-03-17
Feria	=50	05-03-17
Dolly	=10	03-03-17
alugel	=2985	03-06-17
recibo	=565.56	03-08-17
fijs	=512	03-08-17
papas	=489	03-06-17
carney	=172	03-05-17
shampo	12	03-05-17
pole	30	02-07-17
paul frank. 4973.36		Ativar o Acesso Com

Legenda: Gastos do oficinista (alimentação, fios, aluguel, passagem)

Cabe-nos apontar que esse controle da vida pessoal dos trabalhadores das oficinas se assemelha, em alguma medida, ao controle que se impunha às pessoas escravizadas, de forma a evitar rebeliões. O controle da esfera pessoal era objeto da Teoria Oitocentista de Administração de Escravos, no Brasil Colônia, descrita a partir das contribuições de Marquese (2004) no capítulo 2 desta pesquisa. A política de “bons tratos”, sustentada por Tuanay, associada à proposta de Werneck para controle do usufruto das roças e respectiva produção, venda e usufruto do dinheiro por parte dos escravizados, remete-nos ao controle da esfera pessoal das vidas dos trabalhadores que se manifesta no gênero do discurso *caderninho*. O dinheiro que as pessoas escravizadas recebiam era vigiado de maneira que fosse usado apenas para comprar tabaco, comida ou algum regalo – com o intuito de distraí-los e entretê-los com um suposto direito de propriedade. Essa prática parece-nos, de algum modo, ter a ver com as práticas sociais evidenciadas pelos enunciados sobre gastos pessoais dos trabalhadores das oficinas registrados nos *caderninhos*.

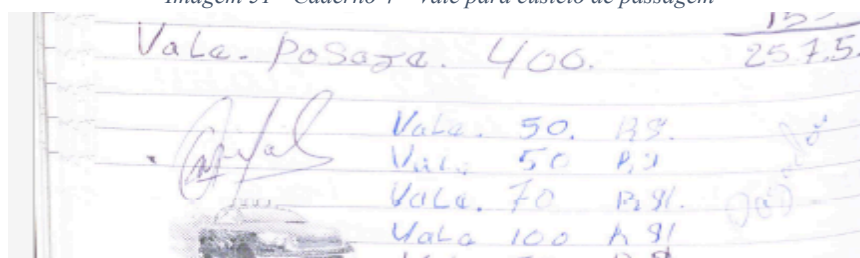
Em termos de gênero no discurso, a Teoria Oitocentista de Administração de Escravos e o gênero *caderninho* se relacionam. A seguir, a imagem mostra o registro de uma relação de vales dados aos trabalhadores. De um modo geral é possível agrupar a finalidade do uso do dinheiro, quando identificado, em três categorias: documentação, passagem e alimentação.

Imagem 50 - Caderno 1: Vale para custeio de passagem



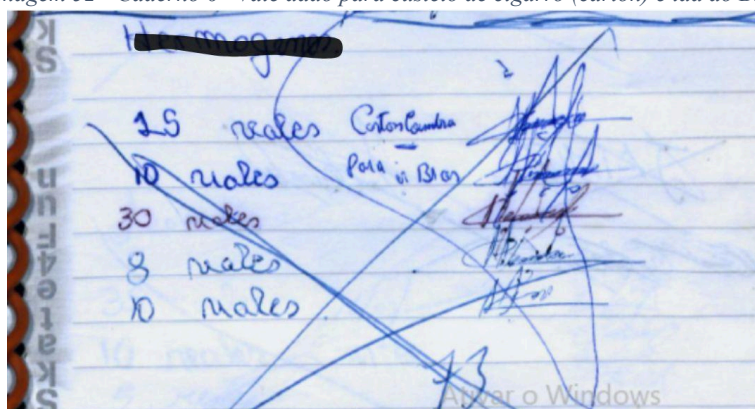
Legenda: registro da finalidade do vale para trabalhador(a)

Imagem 51 - Caderno 4 - Vale para custeio de passagem



Legenda: registro da finalidade do vale para trabalhador(a)

Imagem 52 - Caderno 6 - Vale dado para custeio de cigarro (carton) e ida ao Brás

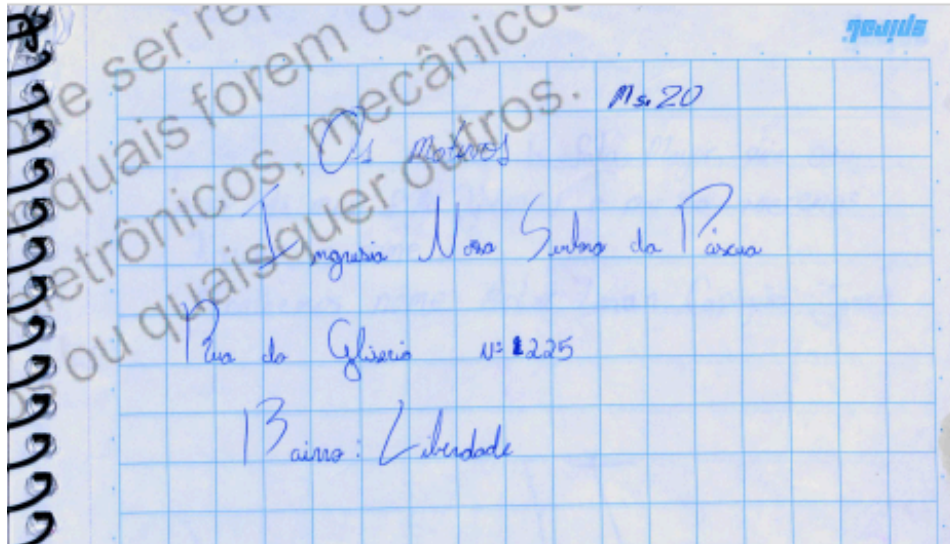


Legenda: registros da finalidade dos vales para o trabalhador

Por último, poderíamos correr o risco de pensar que os registros de cunho pessoal (do oficinista) tais como endereço de igreja (Imagem 53), indicação de música (Imagem 71), clínica de massagem (Imagem 60), diário (Imagem 23), relações amorosas (Imagem 59 e Imagem 72), desenhos de crianças (Imagem 28 e Imagem 29), tudo isso, não faz parte do gênero em termos de composição organizacional. Por outro lado, esse gênero, diferentemente de outros do campo do trabalho legal, reflete exatamente a esfera extraverbal em que os mundos do trabalho e o do pessoal se confundem. Esfera

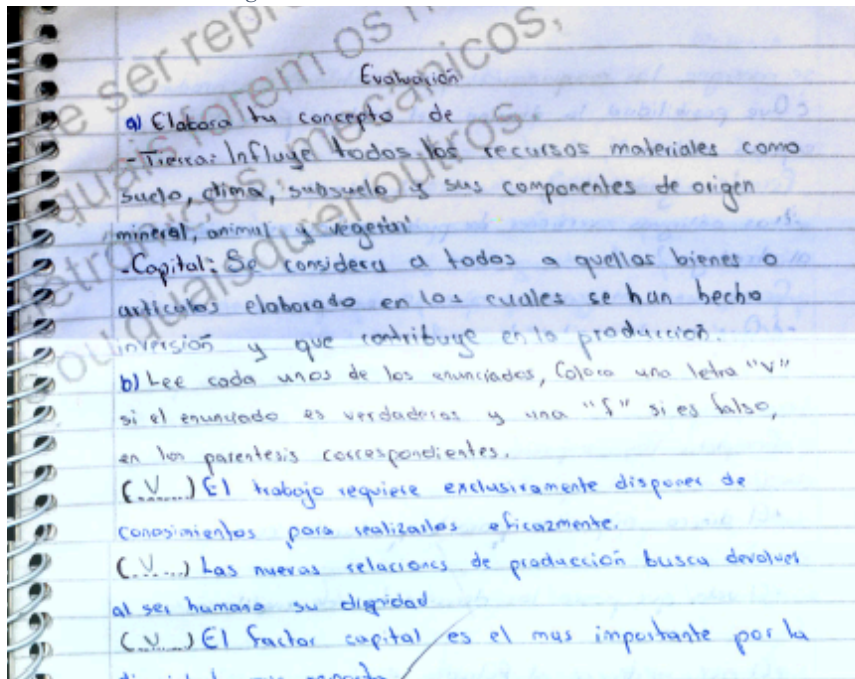
extraverbal que, como a análise parece demonstrar à exaustão, não tem limites claros entre esses mundos, ainda que a lista de quem cozinha (Imagem 34) e a de quem limpa (Imagem 35) não pareça estar no mesmo campo de atividade do trabalho de faculdade (Imagem 54).

Imagem 53 - Caderno 11: Endereço de igreja



Legenda: registro de informação do âmbito religioso

Imagem 54 - Caderno 16: Trabalho acadêmico



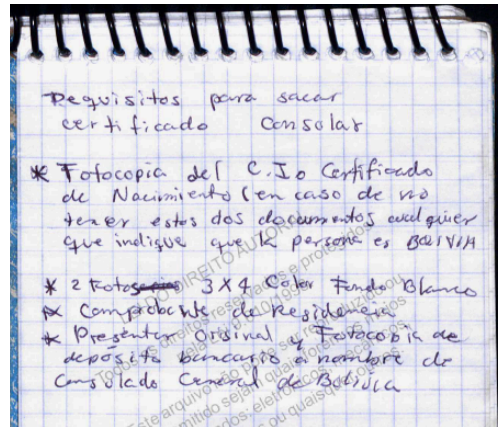
Legenda: registro de atividade do âmbito escolar

Imagem 55 - Caderno 2: desenho romântico



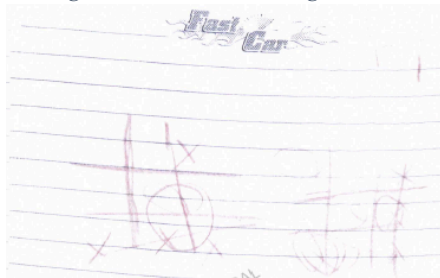
Legenda: desenho feito à mão

Imagem 56 - Caderno 2: Anotações para retirar certificação consular



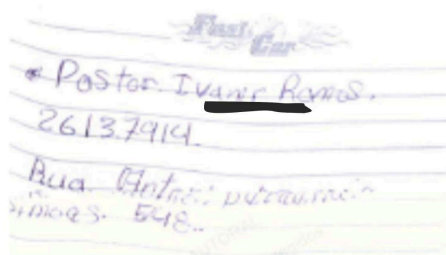
Legenda: lista de documentos

Imagem 57 - Caderno 4 – Jogo da velha



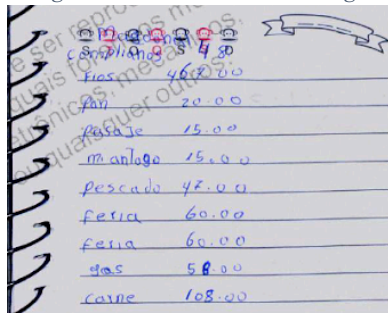
Legenda: passatempo

Imagem 58 - Caderno 4: Contato e endereço de Pastor



Legenda: registro de informação do âmbito religioso
("Pastor Ivanir Ramos 26137914 Rua ...")

Imagem 59 - Caderno 1: "mi antogo"



Legenda: Lista de gastos (mag donalds – complianos, fios, pan, pasaje, mi antogo, pescado, feria, feria, gas, carne).

Imagem 60 - Caderno 4: adesivo de casa de prostituição



Legenda: informações de casa de prostituição disfarçada de "cartão de visita" de clínica de massagem

O que as imagens acima, juntamente com praticamente todas as outras apresentadas nesta dissertação, revelam à exaustão é a indefinição de limites entre o público e o privado, entre a esfera do trabalho e a esfera pessoal, entre o sagrado e o profano que caracteriza essas oficinas de costura e, portanto, os *caderninhos*, talvez o gênero discursivo por excelência deste contexto de atividade humana.

Quadro 2 - Comparativo entre Livro de Matrícula Especial de Escravos, Livro de Registro de Empregados e Caderninho

LIVRO DE MATRÍCULA ESPECIAL DE ESCRAVOS	CADERNINHO DE REGISTRO DE TRABALHO NA OFICINA DE COSTURA	LIVRO DE REGISTRO DE EMPREGADOS
Século XIX	Século XXI	Século XX e Século XXI
Dispositivo legal: Lei nº 2.040/1872	Illegal	Dispositivo legal: Decreto-Lei nº 5.452/1943
Dados dos senhores	Dados do Contratante da Oficina	Dados do empregador
Nome	Nome (Pseudônimo)	Nome
Residência	-	Endereço
-	-	Nº de inscrição no INSS
Matricula dos escravizados	Dados do Oficinista	Registro do empregado
Nº de matricula geral do município	-	Nº/ série da carteira de trabalho e Nº do PIS
Dia/mês/ano da matricula	-	Data de admissão
Dados dos escravizados	Dados dos trabalhadores	Dados dos empregados
Nome	-	Nome
Sexo	Período de trabalho	-
Cor	Dados dos trabalhadores	Cor
Idade (que tinha ao ser registrado)	Nome	Data de nascimento
Estado	-	Naturalidade e nacionalidade
Filiação	-	Filiação
Aptidão para o trabalho	-	Função
Profissão	-	Cargo
-	-	Remuneração
-	Função	Férias
-	-	-
-	Pagamento	Jornada de trabalho
-	Vale	-
-	Dívidas	-
-	Jornada de trabalho	-
-	Produção	-
-	Controle dos gastos do pagamento e vales	-

3.3 ANÁLISE: ESTILO VERBAL

O estilo resulta das relações dialógicas que o enunciador mantém com o interlocutor, seu grupo social e o contexto social, conforme defende Bakhtin (1997). Isso explica as escolhas de diferentes línguas empregadas para anotações de distintas naturezas no gênero *caderninho*. O estilo, "longe de se esgotar na autenticidade de um indivíduo, inscreve-se na língua e nos seus usos historicamente situados" (Brait, 2008, p.83).

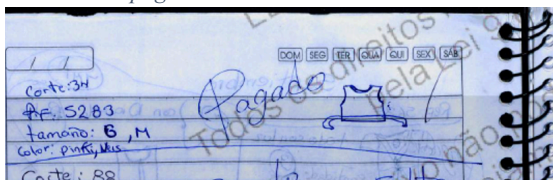
Pela própria natureza do gênero discursivo *caderninho*, contemplado em seu contexto social, podemos dizer que a análise do estilo nos pareceu, de início, a menos produtiva. Bakhtin (2003) e boa parte das análises de estilo empreendidas sob o foco de sua teoria dão bastante importância a formas verbais, a elementos essenciais e a elementos acessórios da oração, a relações sintáticas entre as orações e tantos outros aspectos da ordem da gramática que, a nosso ver, não são o que caracterizaria o gênero *caderninho*. Conforme descrito na análise da construção composicional, as anotações se limitam a palavras, códigos e números, geralmente dispostas em colunas ou em listas, sem comporem orações, o que não significa que não sejam enunciados. Organização típica de livros de registro dessa natureza. Daí esses aspectos não assumirem a relevância que têm em análises de outros gêneros, como as de textos jornalísticos ou literários.

Por outro lado, um olhar mais cuidadoso aos dados nos permitiu ver escolhas linguísticas do enunciador capazes de explicitar o dialogismo do gênero *caderninho*. A “mistura de línguas e de linguagens” (Brait, 2005, p. 135), tantas vezes ilustrada, nesta dissertação, as diferentes escolhas lexicais e o uso de determinados pronomes pessoais sincretizam as várias vozes presentes no discurso e revelam diferentes aspectos das relações sociais que aí são estabelecidas, conforme discutimos nas duas seções a seguir.

3.3.1 Escolha da língua de acordo com a interlocução (espanhol ou português)

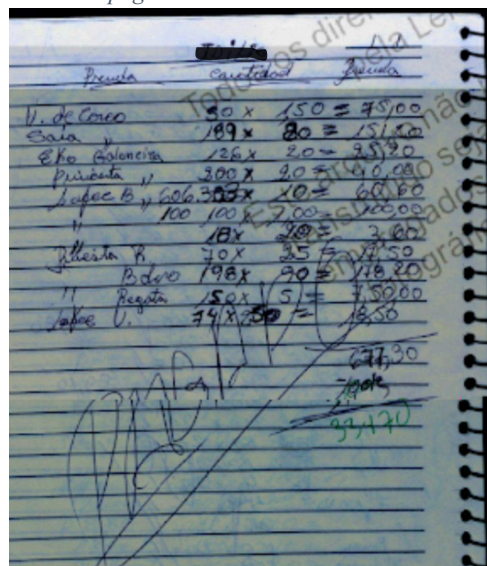
É evidente, em todos os *caderninhos* analisados, o uso de diferentes linguagens – verbal, imagética e numérica – e de pelo menos duas línguas – espanhol e português (com variações). A análise dos dados nos permitiu verificar que a escolha da língua é fortemente determinada pela interlocução à qual os enunciados são direcionados. Quando o interlocutor é um trabalhador da oficina ou é o próprio enunciador (oficinista), boa parte dos enunciados é escrita em espanhol e, em segundo lugar, em português escrito com base nos sons ouvidos por hispanofalante, por exemplo, os enunciados “pagado” (Imagem 61 e Imagem 62), “cancelado” (Imagem 63) e “yo debo” (Imagem 64 e Imagem 65). Por outro lado, quando os enunciados estão no âmbito da interlocução entre o oficinista e a empresa contratante, os registros são feitos em português, como na Imagem 66, em que se lê “pago”, o que pode indicar a assimetria na relação entre os dois interlocutores, isto é, as negociações possivelmente sejam feitas em português por ser “a língua” da empresa contratante.

Imagem 61 - Caderno 11: “pagado” – registro de pagamento aos trabalhadores



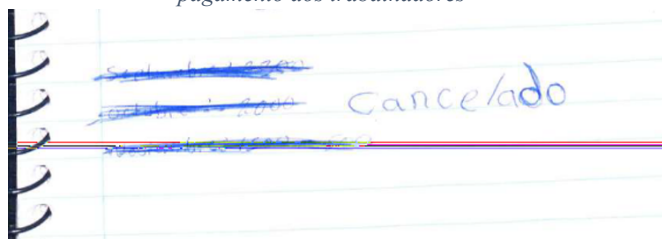
Legenda: “pagado”

Imagem 62 - Caderno 10: “pagado” – registro de pagamento aos trabalhadores



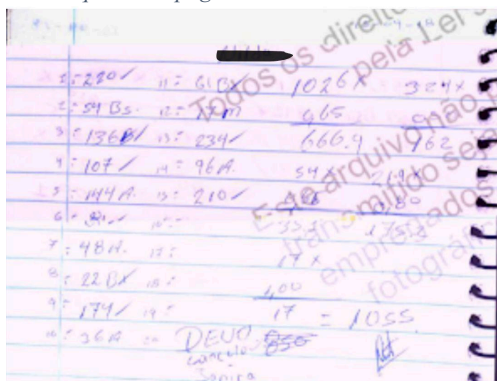
Legenda: “pagado”

Imagem 63 - Caderno 10: “cancelado” – registro de pagamento aos trabalhadores



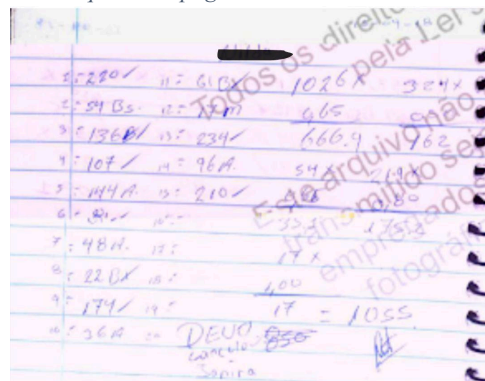
Legenda: “cancelado”

Imagem 64 - Caderno 3: “yo debo” – enunciado da quantia a pagar aos trabalhadores



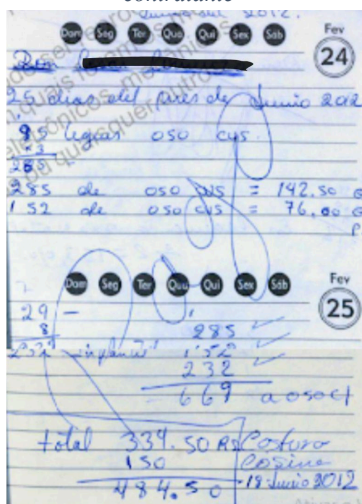
Legenda: “Devo”

Imagem 65 - Caderno 3: “falta pagar” – enunciado da quantia a pagar aos trabalhadores



Legenda: “Falta pagar Sandra y David”

Imagem 66 - Caderno 5: “pago” – registro de valor recebido da empresa contratante



Legenda: “pago” – pela empresa contratante ao oficinista

O emprego do espanhol e do português (escrito ou não de acordo com os sons ouvidos por hispanofalantes) para registrar distintas atividades realizadas na oficina, além de evidenciar que a natureza das anotações é direcionada a diferentes interlocutores, mostra que são atribuídos lugares distintos, no universo de atividades da oficina, a cada uma das línguas.

A alimentação, que é uma prática compartilhada pelo grupo, por exemplo, e que, em princípio, não está no rol de atividades específicas de uma oficina de costura, é registrada em espanhol ou português com marcas de espanhol. O léxico de alimentação, sendo as palavras parecidas ou não (entre português e espanhol), é muito mais recorrente a ortografia em espanhol do que em português, conforme a Quadro 3 abaixo.

A nosso ver, os interlocutores são bolivianos, que ao comprarem tais alimentos no supermercado, não necessitam falar com um(a) atendente.

Quadro 3 - Enunciados no caderninho em contraste com o português e o espanhol

Português	Espanhol	No caderninho
Palavras próximas ou não, mantendo a ortografia em espanhol		
Pão	Pan	pan
Feira	feria	feria
Batatas	papas	papas
Frango	pollo	pollo
Churrasco	asado	asado
Almoço	Almuerzo	Almuerzo
Café da manhã	desayuno	desayuno
Leites	leches	leches
Carnes moída	Carne molida	Carne molida
Ortografia próxima ou não, mantendo a grafia em português		
Carne de porco	Carne de certo / puerco	Carne porco
Maracujá	Maracuyá / Fruta de la pasión	maracujá
Refrigerantes	gaseosas	refrigerantes

Registros de custos fixos e variáveis da oficina são feitos em português baseados na oralidade, ou seja, na pronúncia. Isso pode indicar que o oficinista ouve tais termos, mas não os lê. Por exemplo: Sabespi - Sabesp (Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo), Semepeyota – CNPJ, Alugel/Alugueo – Aluguel.

Meses e dias da semana chama a atenção o fato de os meses do ano e os dias da semana estarem todos, em todo o gênero *caderninho*, escritos em espanhol.

Em relação às cores, constatamos que o número de palavras escritas em espanhol é bem maior do que o número daquelas escritas em português quando se trata de palavras próximas nas duas línguas. No caso de “branco”, a ortografia se alterna entre a do português e a do espanhol “blanco”. “Preto”, apesar de não ser parecida com

a ortografia em espanhol, também é escrita alternando entre as duas grafias (“preto” e “negro”). O que mais nos chamou a atenção, no entanto, foi a ortografia das cores cujo nome é bastante distinto nas duas línguas. É o caso de cinza/granizado, pink/rosa e vermelho/rojo que são enunciados em português, provavelmente pela empresa contratante, mas que são escritos pelo oficinista em espanhol ou em português com uma grafia que provavelmente tenha influência da oralidade: zinza, pingue e bermello.

Quadro 4 - Enunciados no caderninho em contraste com o português e o espanhol

Português	Espanhol	No caderninho
Ortografias próximas mantendo a grafia em espanhol		
Amarelo	amarillo	amarillo
Azul marinho	Azul marino	Azul marino
Lilás	lila	lila
Rosa	rosado	rosado
Ortografias próximas mantendo a grafia em português		
Laranja	naranja	laranja
Ortografias próximas alternando entre as duas grafias (espanhol e português)		
Branco	blanco	Blanco / branco
Preto	negro	Negro / preto
Ortografias bastante diferentes, mantendo a palavra em espanhol ou grafando-a conforme o português oral		
Cinza	granizado	Granizado / zinza
Pink	rosa	Pink / Pingue
Vermelho	rojo	rojo / bermello

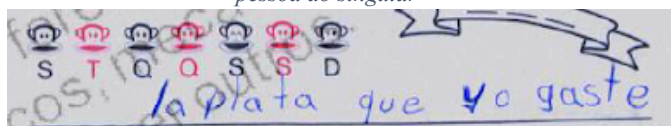
3.3.2 Escolhas sintáticas (escolhas gramaticais/estilísticas): o uso da primeira pessoa do singular

O emprego da primeira pessoa do singular e do pronome possessivo da primeira pessoa evidencia que o enunciador é o dono do *caderninho* e mobiliza uma perspectiva diferente de inscrição do sujeito em seu próprio dizer. Há, neste caso, aproximação do autor com os dizeres que produz. Trata-se de uma forma de explicitar,

de inscrever de maneira “visível”, sua posição de sujeito dos enunciados, de assumir a responsabilidade pela condução da produção do texto. Por meio do uso da primeira pessoa do singular, o oficinista marca sua posição de sujeito, o que, em larga medida, historiciza o gênero *caderninho*. O foco recai sobre o sujeito, evidenciando que ele participa das ações registradas no *caderninho*.

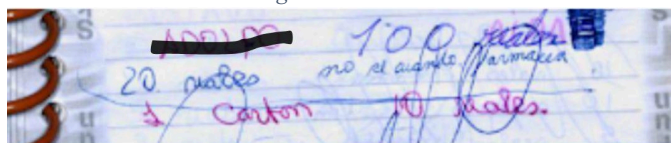
Sobre a relação entre sujeito dos enunciados e a participação das ações registradas, Minchillo e Cabral (1989, p.58) ao tratar dos tipos de narradores afirmam que o narrador em 1ª pessoa é personagem da história e narra tendo acesso aos acontecimentos que presencia ou às notícias que recebe sobre eles. No caso do *caderninho*, o interlocutor marca a própria existência na situação enunciada, por exemplo, “la plata que yo gaste” (Imagem 67) assim como, ao controlar o uso feito com o dinheiro antecipado ao trabalhador “Adolfo 20 reales no se cuando farmacia” (Imagem 68), ou seja, se não fosse uma prática registrar a data em que é dado um adiantamento, o interlocutor não registraria “no se cuando” indicando uma onisciência ou controle da situação por parte do “eu”.

Imagem 67 - Caderno 1 – Uso do pronome pessoal na primeira pessoa do singular



Legenda: “la plata que yo gaste”

Imagem 68 - Caderno 6: Verbo conjugado na primeira pessoa do singular



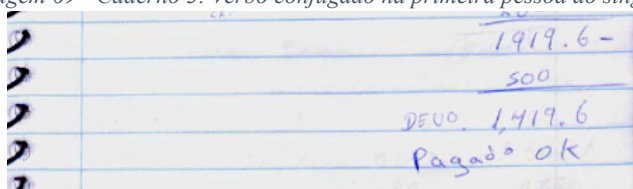
Legenda: “Adolfo 20 reales no se cuando farmacia”

O “eu” que narra e participa da história é possível porque a natureza dos pronomes, conforme Benveniste (2005, p.278), está presa “ao próprio *processos* da enunciação linguística e que são de uma natureza mais geral e mais profunda [...] pertencendo a esse nível ou tipo de linguagem [...] pragmática”. Então, conforme a necessidade enunciativa do interlocutor em razão do seu papel social, o “eu” pode assumir um referencial diferente

Qual é, portanto, a ‘realidade’ à qual se refere *eu* [...]? Unicamente uma ‘realidade de discurso’, que é coisa muito singular. *Eu* significa ‘a pessoa que enuncia a presente instância de discurso que contém *eu*’. Instância única por definição, e válida somente na sua unicidade (Benveniste, 2005, p. 278).

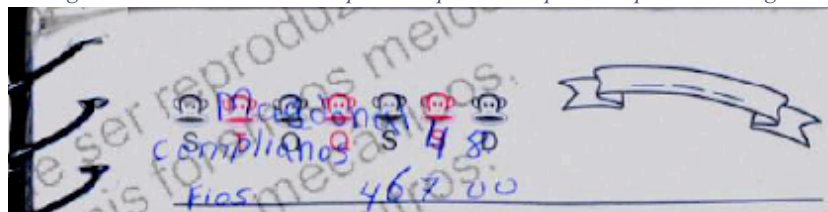
Além do uso do pronome pessoal “eu”, a análise revelou outras marcas linguístico-discursivas no *caderninho*, que igualmente inscrevem de forma explícita o enunciador no texto, tais como: uso de verbos conjugados na primeira pessoa do singular, por exemplo “devo 1,419.6 pagado ok” (Imagem 69) ou de pronome possessivo como em “mi cumpleaños 480” (Imagem 70) ou “mi antogo 15.00” (Imagem 59) referente à primeira pessoa.

Imagem 69 - Caderno 3: Verbo conjugado na primeira pessoa do singular



Legenda: “devo 1,419.6 pagado ok”

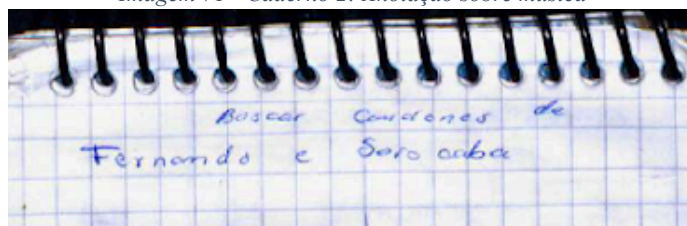
Imagem 70 - Caderno 1: Uso do pronome possessivo primeira pessoa do singular



Legenda: “mi cumpleaños 480”

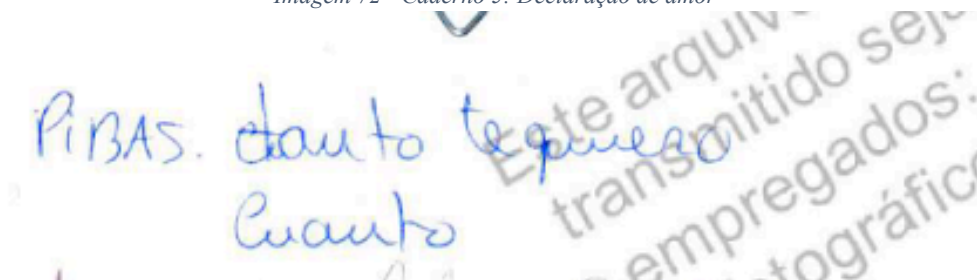
Ou ainda enunciados que aludem ao âmbito pessoal, produzidos por meio de elementos de sua realidade e mesmo de diálogo direto consigo mesmo, como na Imagem 58, na Imagem 71 e na Imagem 72.

Imagem 71 - Caderno 2: Anotação sobre música



Legenda: “Buscar canciones de Fernando e Sorocaba”

Imagem 72 - Caderno 5: Declaração de amor



Legenda: "Pibas tanto te quero quanto"

O estilo é o mais determinado pela interlocução do que o conteúdo temático e a construção composicional, na medida em que, a depender do interlocutor que interage com o oficinista, se brasileiro ou hispanofalante, o locutor enuncia em português, espanhol ou com grafia que provavelmente tenha influência da oralidade em português. Além disso, a marcação da primeira pessoa do singular é mais um indício de que o oficinista é o locutor e também participante das atividades da esfera extraverbal.

CONCLUSÕES

Inicialmente, o interesse da pesquisa era identificar de que maneira recursos linguísticos eram utilizados na escrita de contratos de trabalho em português firmados com venezuelanos no Brasil – nacionalidade escolhida em razão do fluxo migratório ao Brasil –, para prejudicar a compreensão do trabalhador em relação aos direitos e deveres trabalhistas, como estratégia para exploração do trabalho em condições análogas ao escravo, conforme Magalhães (2017) “A terceira estratégia de superexploração da força de trabalho haitiana, [...], a presença de cláusulas, em contratos de admissão e de demissão, em que o trabalhador abre mão de direitos trabalhistas sem saber.”

Conforme explicamos no capítulo 1, ao ter conhecimento dos registros em cadernos feitos nas oficinas de costura, decidimos adotar esses materiais para análise ao invés dos contratos de trabalho, até considerando o contexto do trabalho informal, mantendo o mesmo objetivo de pesquisa. A primeira conclusão da pesquisa é de que para os trabalhadores nas oficinas de costura em que foram produzidos os 16 cadernos analisados os enunciados no gênero *caderninho* são a representação da esfera extraverbal em que participam, ou seja, não são os enunciados em si e, portanto, nenhum recurso linguístico é fator para exploração dos trabalhadores. Primeiro porque a interlocução se dá em espanhol, de acordo com a análise do estilo verbal do gênero, o oficinista que é o locutor do *caderninho* é hispanofalante pois, majoritariamente, os enunciados são em língua espanhola com os trabalhadores, a não ser quando refletem uma situação comunicativa muito específica em que o interlocutor, representante da empresa contratante, é falante da língua portuguesa. Assim, a falta de proficiência na língua portuguesa por parte dos trabalhadores não é determinante para que eles estivessem submetidos à exploração, mas, sim, por outros elementos socioeconômicos que outras áreas de conhecimento explicam.

A partir da primeira conclusão, de que nesse caso específico a falta de proficiência não é uma estratégia de exploração em condições análogas ao escravo, a segunda conclusão foi de que a partir dos registros nos cadernos é possível compreender de que maneira esses trabalhadores eram explorados, por isso, os estudos de Bakhtin sobre o gênero do discurso contribuíram para pesquisar além de como os enunciados verbais do gênero *caderninho* funcionam, ou seja, entender como funciona a esfera de atividade que tem esse gênero, e, assim, a terceira conclusão de que o *caderninho* institucionaliza essa relação de trabalho quando na construção composicional, por

exemplo, o trabalhador assina ao cálculo do pagamento, ou seja, valida que quantas peças foram costuradas, o valor de cada uma, os descontos de vales e dívidas. Outro exemplo é quando o oficinista registra “pago” nos cálculos dos valores que devem ser pagos pelo representante da empresa contratante, em que ele próprio, valida a ação do outro. Esses elementos da construção composicional, que vêm de outros gêneros da esfera do trabalho formal, atribuem essa característica da formalidade, portanto, da institucionalidade, na esfera da informalidade, que não se iguala às práticas formais de emprego. Outra análise que ajuda na caracterização da institucionalidade é sobre os tamanhos dos cadernos. Todos são muito próximos, entre 10x15 centímetros, que sugere interpretar que precisam ser pequenos para poder facilitar escondê-los em caso de ação de fiscalização e, assim, evitar que o utilizem como prova das atividades executadas na oficina, revelando, então, jornadas de trabalho exaustivas, servidão por dívida, entre outros. Se o *caderninho* não fosse uma representação formal da esfera extraverbal, não haveria a necessidade de ser tão pequeno, compactado, para carregar consigo, guardar etc.

A quarta conclusão é sobre como o *caderninho* reflete a dinâmica interna da oficina. O conteúdo temático é a produção da oficina. É em torno dessa temática que todos os outros temas surgem. Ao enunciar sobre o uso de dinheiro, seja por parte do trabalhador ou do próprio oficinista, o endereço da igreja, o telefone da casa de massagem, se faz pela necessidade de controle da esfera pessoal para assegurar que o trabalhador vai cumprir com a produção. Não ser um gênero que enuncia diretamente sobre o trabalhador, como é o livro de empregados ou o livro de matrícula especial de escravos, se dá porque o trabalhador é uma peça da produção, tal qual uma máquina de costura.

Dessa maneira que se estabelece a construção composicional, que do início para o final do caderno agrupa os enunciados sobre a produção, do final para o início os gastos, pagamentos, dívidas, vales e no meio enunciados de diferentes naturezas, mas todos de cunho pessoal. Essa organização regular em que tem produção, controle financeiro e uma carta de amor, por exemplo, demonstra que o gênero *caderninho* reflete a indivisibilidade que existe nas oficinas de costura em que não há separação entre as esferas do trabalho e pessoal do oficinista e dos trabalhadores. Além de indivisível, tanto o gênero quanto as oficinas, provavelmente, são pequenas, em tamanho do caderno, quanto em metragem da oficina, ambos para serem escondidos,

correspondendo à ilicitude do que é praticado e, também, em relação ao gigantismo da diversidade das práticas sociais enunciadas e praticadas. Além disso, a pequenez ou reducionismo também reflete como as vidas são reduzidas a produzir, comer e produzir. Por último, a regularidade da composição do *caderninho*, de 2009 a 2020, mantendo ao longo dos anos a mesma estrutura, tamanho, categorias de informações, entre outras, indica que as práticas nas oficinas de costura se mantêm muito semelhantes ao longo dos anos e, que apesar do avanço tecnológico (uso de celulares e computadores) ainda são usados os cadernos como ferramenta de registro e produção do gênero *caderninho*.

Da mesma forma que o conteúdo temático, produção, incide sobre a construção composicional, também influencia o estilo, uma vez que a principal interlocução evidenciada na análise é entre oficinista e trabalhadores. Assim, os enunciados são produzidos predominantemente em espanhol porque tanto o oficinista quanto os trabalhadores são hispanofalantes, por isso, a lista de compras, os textos de cunho afetivo, anotações do oficinista sobre a pagamento da produção e de vales estão em espanhol e, quando aparece algum vocabulário em português e/ou português com marcas de espanhol provavelmente, assim como o vocabulário da produção, ocorrem por influência da interlocução com algum falante da língua portuguesa, por exemplo, “refrigerante”, “semepeyota”, “alugeo” entre outros que foram explicitados no capítulo 3. Outra perspectiva de análise do uso da língua espanhola ou portuguesa é que de que até essa “escolha” de qual delas usar e para que usar reflete a indivisibilidade na oficina de costura, em que é “tudo junto e misturado”, por exemplo, em “bermelho” ou “bales”, que não é nem português e nem espanhol.

Para nós, a pesquisa confirmou que o propósito enunciativo do gênero *caderninho* atende às necessidades sociais da produção em oficinas de costura, em contexto de exploração da mão de obra em condições análogas ao escravo, ou seja, o registro da produção e do controle do trabalhador, justamente por ser o reflexo do que é o universo das oficinas de costura, que por sua vez, são produtos de diversos fatores sociais, econômicos e históricos. É justamente por isso, que a partir do gênero podemos perceber a possível objetificação do trabalhador tal qual uma máquina, nestes casos, não pela falta de proficiência na língua portuguesa, mas pelas condições socioeconômicas as quais é afetado. A respeito dessa possibilidade, acreditamos que é aceitável desenvolver uma pesquisa de doutorado, com a perspectiva de análise etnográfica-linguística, que oportunize aos trabalhadores que foram resgatados das condições de trabalho análogas

ao escravo a própria percepção sobre o que viveu e de que maneira o aprendizado da língua portuguesa poderia ter incidido sobre a vivência tida e/ou pode incidir para evitar a revitimização (fenômeno em que a vítima, a pós resgatada, percorre deliberadamente o mesmo caminho que levou a violação de direitos anterior).

Por fim, estudar sobre o gênero do discurso a fim de compreender sobre as relações de trabalho e a vida dos bolivianos e das bolivianas nas oficinas de costura pareceu-me surpreendente porque, se a princípio, eu imaginava que estudando sobre a Bolívia e bolivianos eu encontraria as razões pelas quais seriam submetidos à mão de obra escrava, eu me dei de conta que as respostas precisavam ser buscadas, principalmente, na história, nas relações sociais e econômicas do Brasil. Por isso, ter analisado a partir das contribuições de Bakhtin nos possibilitou ir além das generalizações sobre os imigrantes “saberem ou não portugueses” e em que medida de fato isso é uma condição para a exploração que sofrem. E foi buscando contribuir para projetos dessa natureza de pesquisa sobre o trabalho em condições análogas ao escravo sob a perspectiva de erradicá-lo que empreendi a pesquisa que aqui se encerra.

REFERÊNCIAS

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS (ACNUR). Forced Displacement in 2020. **Global Trends**. Disponível em: <https://www.unhcr.org/statistics/unhcrstats/60b638e37/global-trends-forced-displacement-2020.html> Acesso em: 09 nov. 2021.

AMARAL, Pedro Aguiar Tinoco do. Mercado de trabalho na zona de fronteira Brasil-Bolívia: A mobilidade de trabalhadores bolivianos para o Brasil. **Revista GeoPantanal**, Corumbá/MS: UFMS/AGB, n. esp. p. 367-382, 2017.

ANDRADE, Everaldo Oliveira. **A Revolução Boliviana**. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

ARAÚJO, Ana Paula Correia de; FILARTIGAS, Danilo Magno Espíndola, CARVALHO, Luciani Coimbra de. Bolivianos no Brasil: migração internacional pelo corredor fronteiriço Puerto Quijarro (BO)/Corumbá (MS). **Interações**. Campo Grande, v. 16, n. 1, p. 131-141, jan./jun. 2015.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA PLURINACIONAL DA BOLÍVIA. In: WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Assembleia_Legislativa_Plurinacional_da_Bol%C3%ADVIA#:~:text=A%20Assembleia%20Legislativa%20Plurinacional%2C%20anteriormente,presidido%20Vice%2Dpresidente%20da%20Rep%C3%BAblica Acesso em: 28 ago. 2022.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. Tradução de Maria Emsantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1997. (Coleção Ensino Superior).

_____. **Marxismo e filosofia da linguagem**: Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem - 3. ed. / 1986

BASSO, Pietro. Imigração, racismo e antirracismo na Europa de hoje. Tradução de Patricia Villen. In: TAVARES, M. A.; GOMES, C. (Orgs.). **Intermitências da crise e questão social**: uma interpretação marxista. João Pessoa, PB: UFPB, 2013. p. 83-113.

BENVENISTE, Émile. **Problemas de lingüística geral**. 5ª ed., Campinas: Pontes Editores, 2005.

BIGNAMI, Renato. **Trabalho escravo contemporâneo**: o sweating system no contexto brasileiro como expressão do trabalho forçado urbano. SINAIT, 13 dez. 2011. Disponível em: <https://www.sinait.org.br/arquivos/artigos/artigo19216c4627d24e2563a4335ceb2c9469.pdf> Acesso em: 30 mai. 2023.

BRAIT, Beth (coord.). **Bakhtin**: conceitos-chave. São Paulo, SP: Contexto, 2005.

BRASIL, República Federativa. **Lei nº13.467, de 13 de julho de 2017**. Brasília, DF. 2017.

_____. **Lei nº 11.961 de 02 de julho de 2009**. Brasília, DF. 2009.

- _____. **Lei nº 9.675, de 29 de junho de 1998.** Brasília, DF. 1998.
- _____. **Lei nº 7.685 de 02 de dezembro de 1988.** Brasília, DF. 1988.
- _____. **Lei nº 6.964 de 09 de dezembro de 1981.** Brasília, DF. 1981.
- _____. **Decreto Lei nº 5.452 de maio de 1943 - Consolidação das Leis Trabalhistas.** Brasília, DF. 1943.
- BOLÍVIA, Estado Plurinacional da. **Decreto Supremo nº 28.699 de 2006.** La Paz. 2006.
- CACCIAMALI, Maria Cristina. (2006). **Entre o tráfico humano e a opção da mobilidade social:** os imigrantes bolivianos na cidade de São Paulo. *Brazilian Journal of Latin American Studies*, n.5, v.8, p. 129-143. <https://doi.org/10.11606/issn.1676-6288.prolam.2006.81803>. Acesso em: 30 mai. 2023.
- CAMPOS, Marden Barbosa. Migração. In: SILVA, L. C. da. et al. (orgs.) **Dicionário crítico de migrações internacionais.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2017, p. 453-460.
- CANAL BRASIL. **Eduardo Galeano l Sangue Latino**, 09 de janeiro de 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=47aFAIDierM> Acesso em: 28 ago. 2022.
- CARNEIRO JUNIOR, Nivaldo et al. Acesso e direito à saúde para migrantes bolivianos em uma metrópole brasileira. **Saúde e Sociedade.** São Paulo, n.31, v.3, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902022210761pt> Acesso em: 12 set. 2023.
- CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T.; SILVA, B. G. **Relatório Anual 2021 – 2011-2020:** Uma década de desafios para a imigração e o refúgio no Brasil. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2021.
- DELGADO, Mauricio Godinho. **Curso de direito do trabalho:** obra revista e atualizada conforme a lei da reforma trabalhista e inovações normativas e jurisprudenciais posteriores. 18ª ed., São Paulo: LTr, 2019.
- FALEIROS, Rogério Naques. Do escravo ao imigrante: cafeicultura e relações de trabalho em São Paulo. **Leituras de Economia Política**, Campinas, n.8, p. 87-110, jun. 2000/jun. 2001.
- FIORIN, José Luiz. **Introdução ao pensamento de Bakhtin.** São Paulo: Ática, 2006.
- _____. Entrevista concedida a Antônio Carlos Xavier e Suzana Cortez. **Conversas com linguistas:** virtudes e controvérsias da linguística. Editora Parábola. São Paulo – SP. p. 72-77, 2003.
- FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa / Uwe Flick;** tradução Joice Elias Costa, 3 ed., Porto Alegre: Artmed, 2009.

FUSER, Igor. **Bolívia**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2016.

GEDIEL, José Antônio Peres. Migração Irregular. In: SILVA, Leonardo Cavalcanti da. **Dicionário crítico de migrações internacionais**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2017, p. 468-472.

GONDIM, Andrea da Rocha Carvalho. **Trabalho em condição análoga à de escravo no meio urbano: análise das teorias da responsabilidade aplicáveis à cadeia produtiva na indústria têxtil** / Andrea da Rocha Carvalho Gondim. - São Paulo: USP / Faculdade de Direito, 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Produto Interno Bruto – PIB**. 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php> Acesso em: 07 mai. 2022.

_____. **Índice de Desenvolvimento Humano**. 2010. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rr.html> Acesso em: 09 nov. 2021.

_____. **Indicadores IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Divulgação Especial Medidas de Subutilização da Força de Trabalho no Brasil 3º trimestre de 2018**. Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Trimestral/Novos_Indicadores_Sobre_a_Forca_de_Trabalho/pnadc_201201_201702_trimestre_novos_indicadores.pdf. Acesso em: 09 nov. 2021.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – Ipea. Ministério da Justiça. Secretaria de Assuntos Legislativos. **Migrantes, apátridas e refugiados: subsídios para o aperfeiçoamento de acesso a serviços, direitos e políticas públicas no Brasil**. Brasília. Série Pensando o Direito, n.57, 2015.

MAGALHÃES, Luís Felipe Aires. **A imigração haitiana em Santa Catarina: perfil sociodemográfico do fluxo, contradições da inserção laboral e dependência de remessas no Haiti**. Campinas, SP: [s.n.], 2017.

MARQUESE, Rafael de Bivar. **Feitores do corpo, missionários da mente: senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860**. São Paulo: Companhia das Letras. 2004.

MESQUITA, Jacqueline Lobo de. **Lei de imigração no Brasil e processos de anistia: o olhar do imigrante boliviano**. 2016. 142 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2016.

MINCHILLO, Carlos Alberto C.; CABRAL, Isabel Cristina. **A narração: teoria e prática**. 2.ed. São Paulo: Atual, 1989.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO – MTE. **Atuação da Inspeção do Trabalho no Brasil para a Erradicação do Trabalho Análogo ao de Escravo – Balanço 2020**. Brasília, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/inspecao-do-trabalho/areas-de-atuacao/relatorio-2020-sit-oit-1.pdf> Acesso em: 01 jul. 2023.

RAMIREZ, Andrés; MORAES, Thais Guedes A. de. Refúgio/Refugiado. In: SILVA, L. C. da. et al. (orgs.) **Dicionário crítico de migrações internacionais**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2017, p. 617-620.

REYNOLDS, Johanna. Migração forçada. In: SILVA, L. C. da. et al. (orgs.) **Dicionário crítico de migrações internacionais**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2017, p. 461-468.

RIBEIRO, Juliana Carvalho. **Migrações Bolivianas**. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” / Unicamp, 2021.

RIBEIRO, Pollyanne Bicalho. Funcionamento do gênero do discurso. **Bakhtiniana**, São Paulo, v 1, n.3, p. 54-67, 1º sem. 2010.

RODRIGUES, Gilberto Marcos Antônio.; SILVA, Luiza Fernandes e. Legislação migratória nos países do Mercosul: um novo paradigma com o enfoque em Direitos Humanos? **Cadernos de Debates Refúgio, Migrações e Cidadania**. Brasília: Instituto Migrações e Direitos Humanos, v.13, n.13, p. 17-36, 2018.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SEGNINI, Liliana. Divisão Internacional do Trabalho. In: SILVA, Leonardo Cavalcanti da. **Dicionário crítico de migrações internacionais**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2017, p. 453-460.

SEVERO, Fabiana Galera. **Trabalho escravo urbano contemporâneo no Brasil: análise dos mecanismos de repressão e prevenção para a efetivação de direitos humanos**. 2017. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2140/tde-11122020-012036/pt-br.php> Acesso em: 30 mai. 2023.

SILVA, Adriana Rodrigues; VASCONCELOS, Angélica; LIRA, Thais Alves. **Inscrições contábeis para o exercício do poder organizacional: o caso do fundo de emancipação dos escravos no Brasil**. Revista de Administração de Empresas [online]. v. 61, n. 1. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-759020210106> Acesso em: 14 ago. 2022

SILVA, Mauri Antonio da. **Aporte Histórico Sobre os Direitos Trabalhistas no Brasil**. SER Social, [S. l.], v. 22, n. 46, p. 126–152, 2020. DOI: 10.26512/ser_social.v22i46.23516. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/23516. Acesso em: 6 dez. 2023.

SILVA, Leonardo Cavalcanti da. **Dicionário crítico de migrações internacionais**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2017, p. 453-460.

SILVA, Sidney Antonio da. **Virgem/Mãe/Terra: Festas e Tradições Bolivianas Na Metrópole**. São Paulo, HUCITEC/FAPESP, 2003.

_____. **Costurando sonhos:** trajetória de um grupo de imigrantes bolivianos que trabalham no ramo da costura em São Paulo. São Paulo, SP: Paulinas, 1997.

STANDING, Guy. **O precariado:** a nova classe perigosa. Tradução de Cristina Antunes. 1º ed., Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.